



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Educação e Humanidades**

**Instituto de Letras**

**Elaina Carla Silva Xavier**

**Ninguém morre de fome em Portugal?**

**– Pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888)**


Rio de Janeiro

2010

Elaina Carla Silva Xavier

**Ninguém morre de fome em Portugal?**

**– Pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

Q38

Xavier, Elaina Carla.

Ninguém morre de fome em Portugal ? pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós: 1878-1888/ Elaina Carla Xavier. – 2010.

99 f.

Orientador: Sérgio Nazar David.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Queiroz, Eça de, 1845-1900 – Crítica e interpretação. 2. Queiroz, Eça de, 1845-1900 – Personagens – Teses. 3. Pobreza na literatura – Teses. 4. Mobilidade social – Portugal – Séc. XIX – Teses. I. David, Sérgio Nazar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

---

Assinatura

---

Data

Elaina Carla Silva Xavier

**Ninguém morre de fome em Portugal?**  
**– Pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 09 de abril de 2010.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Maria de Souza Amorim  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luci Ruas Pereira  
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro

2010

## DEDICATÓRIA

À minha querida vovó Neuza do Nascimento Silva (*in memoriam*), que um dia, há 31 anos atrás, rejuvenesceu com minha chegada. Tornei-me o seu xodó. Seu amor, cuidado e dedicação por mim eram incondicionais. Pessoa simples, boa de coração, humilde, de pouca instrução. Porém, mensageira de palavras sábias e fartas, indicadoras de novos horizontes para minha vida. Sempre me fez acreditar, que tudo é possível para aqueles que creem. Mulher de fé, cujo caráter permanecerá em minha memória como um exemplo. Infelizmente, partiu um pouco antes da conclusão deste curso, mas com certeza contribuiu e muito para eu ser quem sou hoje.

Certa vez, disse-me mais ou menos assim: - “Se eu partir, não me tenha raiva por ter-lhe deixado, era minha vez, acontecerá com todo mundo. Se eu partir ria, ria muito, pois eu estarei feliz, se você estiver feliz”. Acredito que hoje o céu está em festa!

Sou grata a Deus por ter tido o privilégio de ser sua neta. Obrigada por ter sido uma das mais belas obras que Deus colocou na minha história. Para sempre te amarei!

*“As pessoas não morrem, ficam encantadas”.*  
(Guimarães Rosa)

## AGRADECIMENTO

A Deus por tudo que sou e tenho. Pela saúde, fé e perseverança que me deu para conclusão deste curso. Por me sustentar em todos os momentos difíceis que passei durante estes últimos dois anos dizendo-me: “Esforça-te filha, e tem bom ânimo” (Js 1:6).

À minha mãe Dilma, que honro pelo esforço e dedicação com que me criou, dando-me condições de chegar até aqui. Pelo seu exemplo de superação, força e coragem, me ensinando que nem tudo é fácil, mas possível para os que lutam com perseverança e honestidade.

À vovó Neuza (*in memoriam*), pelo exemplo de amor, dedicação, força e fé.

Aos meus irmãos Ana Lúcia, Claudio e Claudia pela vivência do compromisso solidário, pelo aprendizado da humanidade e pelo exemplo de perseverança.

Às minhas sobrinhas Jéssica, Larissa, Beatriz e Gabrielle, que tiveram uma tia muito ausente durante estes últimos anos.

Ao meu tio Nelson Saraiva, pela ajuda nos momentos mais importantes desta caminhada. Por valorizar o estudo e a leitura, pelo apoio, confiança e incentivo ao longo da vida.

À Professora Ângela Cristina Rego, minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação na Universidade Gama Filho, a quem tive o prazer de conhecer assim que entrei para o curso de Letras, em 2001, e com quem descobri que a literatura faria parte da minha vida para sempre. Seu incentivo intelectual foi determinante para as minhas escolhas dali em diante.

À Professora Luci Ruas, que me apresentou e me fez descobrir Eça de Queirós, durante a Graduação. Pelo incentivo e ajuda nos estudos para o processo seletivo da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

À Professora Denise David, por ter acreditado em mim. Fui sua aluna “de corredor” (expressão que ela criou), pois desisti de suas disciplinas. Porém, neste “corredor” aprendi muito de humanidade, tolerância e respeito. Sou grata pelo carinho, incentivo e pela oportunidade de estagiar sob sua coordenação.

À Professora Claudia Amorim, minha orientadora no Trabalho de Conclusão da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa. Pelo carinho, incentivo intelectual e por estar sempre disposta a ajudar.

Ao Sérgio Nazar David, meu orientador e importante referência nos estudos queirosianos, que me indicou uma nova direção. Se pudesse definir o Sérgio com uma palavra, talvez a melhor fosse: FORÇA. Sua presença segura, competente e estimulante me fez descobrir um novo olhar sobre o século XIX, fazendo ascender, ainda mais, minha paixão e admiração pelo “nosso” Eça.

Aos mestres da Graduação, Pós-Graduação e Mestrado, pelos doutos ensinamentos.

À Janaina Freitas, pela amizade e prontidão em ajudar.

À Renata Rodrigues, amiga de curso, pela força, incentivo e ajuda na reta final deste trabalho.

À Andreia Castro, companheira e amiga de curso, de disciplinas, de seminários, de idas e vindas à UERJ e de longas conversas enriquecedoras sobre literatura, família, vida. Sou grata pelo apoio e incentivo nos momentos de luta e desânimo.

E por fim, aos amigos que percorreram parte do caminho comigo, contribuindo, de alguma forma, para realização deste trabalho. Aos amigos de longe, que sempre disponibilizaram uma palavra de incentivo e força. Aos amigos mais chegados, pelo respeito aos meus momentos de ausência e por acreditarem nos meus sonhos. Sou grata pela paciência, tolerância e respeito que todos sempre me disponibilizaram durante os últimos anos.

*“O homem de muitos amigos deve mostrar-se amigável,  
mas há um amigo mais chegado do que um irmão”.*  
*(Provérbios 18:24)*

Jesus viveu há muito tempo, Jesus não sabia tudo... Hoje sabe-se mais, os senhores sabem muito mais... é necessário arranjar-se outra sociedade, e depressa, em que não haja miséria.

(Maria Eduarda, *Os Maias*, 1888)

Jesus tinha razão: haverá sempre pobres entre nós. Donde se prova que esta humanidade é o maior erro que jamais Deus cometeu.

("O Natal", in *Cartas da Inglaterra*, 1881)



## RESUMO

XAVIER, Elaina Carla. *Ninguém morre de fome em Portugal? – pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888)*. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O propósito desta dissertação é apresentar uma análise da pobreza e da mobilidade social na obra de Eça de Queirós no período de 1878 a 1888. Para tanto, examinaremos os personagens pobres, refletindo sobre seu papel na diegese, sua construção no texto e sua influência na concepção artística do autor; sobre a subjacente visão de mundo que nelas se expressa; e, finalmente, confrontamo-las, enquadradas no que tem sido considerado estética realista-naturalista. Esta pesquisa justifica-se pela proposta de criação de um novo foco de análise dentro da crítica queirosiana: aquele voltado às personagens que se dedicam de modo específico ao trabalho, e, ao fazê-lo, revelar a perspectiva do romancista relativamente à sociedade e ao momento histórico. O estudo que fazemos de alguns estratos sociais pouco valorizados (o pessoal doméstico, por exemplo) é uma lacuna nos estudos queirosianos. Algumas das personagens que acompanhamos passam quase despercebidas nos romances. Com exceção de Juliana, de *O primo Basílio*, têm intervenção mínima na ação. Ainda assim têm uma caracterização bastante elaborada, mesmo que por vezes com poucos traços, e não deixam de compor uma visão mais alargada da sociedade portuguesa do século XIX, desmentindo a ideia ainda hoje corrente de que Eça teria posto nos seus livros apenas os extratos sociais privilegiados de seu tempo. Para além da designação tão vaga de “crítico social”, Eça testemunhou um processo de transformação de um mundo em ruínas, que já não podia mais ser o que sempre fora.

Palavras-chave: Proletariado. Mobilidade social. Personagens secundárias. Eça de Queirós. Romance do século XIX em Portugal.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to present an analysis of poverty and social mobility in the Eça de Queiroz's production from 1878 to 1888. To do that, we will examine the poor characters, reflecting on their role in the diegesis, their construction in the text and their influence on the author's artistic conception; on the underlying view of the world expressed in them and, finally, we will compare those characters, based on what has been considered a realistic-naturalistic aesthetics. This research is justified by the proposal of a new focus of analysis within the critical brought up by Eça de Queiroz, which highlight the characters from the working classes. Therefore, we will expose the writer's perspective about the society and the historical moment. This study on some less valued classes (the household, for example) is a gap in works about Eça de Queiroz. Some of the characters we examine are almost unnoticed in his novels. Except for Juliana, from "O Primo Basilio", they hardly interfere in the action. Nevertheless, they are detailed characterized, even if sometimes with a few features, and they compose a broader view of the Portuguese society of the 19<sup>th</sup> century, denying the idea that Eça put in his books only the privileged social classes of his time. Beyond the vague designation of "social critic", Eça witnessed a world in a process of transformation, which could no longer be what it used to be.

Keywords: Working class. Social mobility. Supporting characters. Eça de Queiroz. A19th century novel in Portugal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 01 – Eça de Queirós no jardim da casa (Neuilly).....	12
Fotografia 02 – <i>In Memoriam</i> de Antero de Quental.....	18
Fotografia 03 – <i>O Primo Basílio</i> , 1878. 1. <sup>a</sup> ed.....	41
Fotografia 04 – <i>O Crime do Padre Amaro</i> , 1876. 2. <sup>a</sup> vers.....	55
Fotografia 05 – 1. <sup>a</sup> Edição d’O Mandarim (1880).....	67
Fotografia 06 – <i>Os Maias</i> , Grande fresco da sociedade portuguesa oitocentista, 1888.....	77
Fotografia 07 – Carolina Augusta Pereira d’Eça e Dr. José Maria d’Almeida Teixeira de Queiroz.....	88

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 - REVOLTAS E REVOLUÇÕES NO PORTUGAL DE XIX</b> .....	19
1.1. Revoltas e revoluções.....	19
1.2. O primeiro movimento liberal.....	23
1.3. Oposição à Revolução de 1820.....	25
1.4. A Guerra Civil Portuguesa.....	26
1.5. O liberalismo e a instabilidade constitucional.....	28
1.6. O Cabralismo.....	29
1.7. A Regeneração.....	32
1.8. A Geração de 70.....	36
1.9. Conclusão.....	37
<b>CAPÍTULO 2 – O PRIMO BASÍLIO: O MAIS HUMANO DOS ROMANCES DE EÇA</b> .....	42
2.1. Sucesso editorial.....	42
2.2. Transgressão às leis: a decadência dos costumes.....	45
2.3. As condições dos representantes das camadas populares.....	48
<b>CAPÍTULO 3 – O CRIME DO PADRE AMARO: “O ÚNICO ROMANCE QUE EÇA TROUXERA DO VENTRE”</b> .....	56
3.1. Crítica à sociedade Portuguesa.....	56
3.2. Amaro: O retrato de um homem ou de um padre? .....	59
3.3. A distribuição dos personagens secundários .....	62
<b>CAPÍTULO 4 – O MANDARIM: O HOMEM COMO VÍTIMA DA SOCIEDADE E DA CONSCIÊNCIA</b> .....	68
4.1. Em plena Fantasia.....	68
4.2. Teodoro: sempre na posição de vítima.....	70
<b>CAPÍTULO 5 – O PROLETARIADO NO ROMANCE OS MAIAS</b> .....	78
5.1. Cenas da vida portuguesa.....	78
5.2. A temática do trabalho no século XIX.....	79
5.2.1. <u>O papel da mulher portuguesa neste contexto</u> .....	81
5.3. O proletariado no romance <i>Os Maias</i> .....	83
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94



Fotografia 01. Eça de Queirós no jardim da casa (Neuilly). Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*, 1845-1900.

## INTRODUÇÃO

---

O propósito deste trabalho é apresentar uma análise da pobreza e da mobilidade social na obra de Eça de Queirós no período de 1878 a 1888. O objeto material, por nós analisado, são as obras de ficção publicadas em vida pelo autor e por ele integralmente assumidas, (da sua exclusiva autoria). Os demais romances, publicados após sua morte, bem como os ensaios, os artigos e os contos, foram compulsados, não se constituindo, entretanto, em material de pesquisa, mas de apoio. Assim, os romances que constituem o *corpus* do presente trabalho são: *O primo Basílio*, *O Crime do padre Amaro*, *O Mandarim* e *Os Maias*. Portanto, o período abarcado vai da primeira edição de *O primo Basílio* em 1878, passa pela última versão (a definitiva) em livro de *O Crime do padre Amaro* (1880), depois *O Mandarim* (1880) e *Os Maias* (1888). Justificamos a não inclusão de *A Relíquia* (1887) no *corpus* por priorizarmos as obras com temática e ambientação mais contemporânea, uma vez que dois terços deste romance transcorre em Jerusalém. Limitamos o presente estudo aos romances ditos realistas publicados nas décadas de 70 e 80, nas quais a problemática do realismo-naturalismo está mais evidente.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho analisamos, com destaque especial, o tratamento dado as personagens pobres, refletindo sobre seu papel na diegese, sua construção no texto e sua influência na concepção artística do autor, sobre a subjacente visão de mundo que nelas se expressa, confrontando-as entre si, no quadro maior das tendências realistas-naturalistas das décadas de 70 e 80 do século XIX.

O princípio que orientará o exame de cada uma das personagens destacadas nesta análise é o estudo dos traços semânticos presentes em cada texto, estabelecendo a leitura que deles se farão, aliado às perspectivas culturais e sociológicas.

A razão de ser desta pesquisa pode ser justificada pela criação de um novo foco de análise, e, ao fazê-lo, revelar a perspectiva do romancista, da sociedade e do momento histórico. O estudo que fazemos de alguns extratos sociais pouco valorizados – o “pessoal doméstico”, por exemplo – é uma lacuna a ser preenchida pelos estudos acadêmicos. É neste âmbito, um tanto quanto inexplorado ainda, que seguiremos. Para tanto, escolhemos acompanhar o percurso de personagens que passam quase despercebidas no romance, ou seja, as personagens secundárias, dotadas de mínima intervenção na ação, mas que, como

componentes da história, obtiveram um processo de caracterização também bastante elaborado.

Eça de Queirós não dedicou integralmente nenhum romance às classes menos favorecidas, social e economicamente. Entretanto, temos em *O Crime do padre Amaro*, dentre os romances do autor, o que apresenta o maior número de personagens das camadas populares. Estas personagens são criadas para revelar os embates e dilemas da sociedade em que estão inseridas.

O romancista raramente dá ao proletariado posição de protagonismo em suas obras. Os protagonistas são membros da alta burguesia e no máximo da classe média, como Luísa n' *O primo Basilio*, Amaro n' *O Crime do padre Amaro* e Teodoro em *O Mandarin*.

Luísa vive no ambiente burguês de Lisboa e realiza a ambição de toda moça da época, casando-se. Cheia de pensamentos romanescos e com o corpo despertado para a sexualidade, vivendo no ócio, entrega-se a Basílio. Luísa chega ao ponto de pensar, mergulhada no tédio, que “talvez fosse necessário recomeçar sempre para gozar sempre” (BERRINI, 1984, p. 300). O conflito de Luísa situa-se entre essa busca, que colide com preceitos sociais da época. Materialista, valorizando acima de tudo o dinheiro, a sociedade conserva ainda outros valores, aparentemente, com os quais Luísa não romperá. “Não havendo adequação entre os supostos valores sociais e as suas ambições reais materialistas, surge um conflito, conflito que não ultrapassa a questão de ter ou não dinheiro” (BERRINI, 1984, p. 300).

Amaro, filho de um criado do marquês de Alegro e uma criada de quarto da marquesa, torna-se padre sem vocação, apenas porque sua madrinha, a Marquesa de Alegros, desejava, e também por que assim ascenderia socialmente. Amaro demonstra uma atração acentuada pela vida de luxo. Ele quer fazer carreira e o “enredo explicita-lhe as diferentes etapas: Seminário, Feirão, Leiria, Santo Tirso, quem sabe Vila Franca e depois Lisboa. Dentro da carreira, sem perturbá-la, apenas tornando-a mais amena e interessante, Amaro usufruir os prazeres da mesa e os prazeres do amor, sobretudo estes. Ascendendo economicamente e socialmente, caminha da província para a capital, e a sua busca é essencialmente materialista, embora sacerdote” (BERRINI, 1984, p. 300). Já Teodoro, personagem d' *O Mandarin*, vive o dilema entre a fortuna e a pobreza. O dinheiro parece ser o objetivo principal de sua busca.

Eça de Queirós, através destes protagonistas, mostra-nos uma sociedade cujo objetivo principal é a conquista da fortuna, a ascensão social, somente escapando a essa atração aquelas personagens que já a possuem em abundância, como Carlos da Maia. Assim, sua busca será diferenciada, ele quer encontrar o amor. Entretanto, frustrado, ao final do romance, Carlos volta à sua vida de homem rico.

A sociedade que vive nas páginas dos romances de Eça, em geral, é representada pela burguesia. Logo, quem não tem dinheiro, quem não possui bens, tem pouco espaço.

A maior parte da crítica costuma dizer que Eça de Queirós ignorou o proletariado. Isto não é uma verdade absoluta, pois já em 1874 o autor publicou, no *Diário de Notícias*, em Lisboa, o conto “Singularidades de uma rapariga loura”, coligido postumamente por Luís de Magalhães, no volume *Contos*, em 1902, cujos protagonistas são pobres. Sendo este o primeiro conto de cunho realista do autor, sua literatura já se inicia tratando da ascensão social, uma vez que a ascensão para Macário se dá pelo trabalho e para Luísa, como para toda rapariga da época, através do casamento.

Nos romances de Eça, os melhores exemplos de personagens representantes das camadas populares encontram-se entre a criadagem. Estas personagens falam muito a respeito da realidade da vida da classe subalterna portuguesa. Elas são, de certo modo, a expressão do senso comum, a “voz do povo”. Temos o exemplo de Juliana n’*O Primo Basílio*, que, melhor do que qualquer outra personagem, retrata a vida do pobre, exemplificando também as relações entre patrões e empregados. O romancista constrói Juliana dentro do quadro histórico da época. Ela trabalha muito e anseia ascender socialmente. Porém, é apresentada como vítima de um sistema social. O olhar aguçado de Eça mostra-nos que ele não ignorou as serviçais domésticas, criando-as com riquezas de detalhes, destacando-as perfeitamente. Juliana perdura na memória do leitor e torna-se, apesar de tudo, verdadeiro símbolo da força da mulher, ainda que numa posição desprivilegiada, subalterna, ainda que lutando através de métodos condenáveis.

Eça de Queirós coloca na voz de Juliana, por exemplo, afirmações demasiadamente “pesadas” a respeito da pobreza em Portugal, que se tornariam inviáveis, se as pensássemos vindas de Luísa, representante da classe média portuguesa. Portanto, qual será a funcionalidade destes personagens pobres? Como Eça de Queirós coloca estes questionamentos? Como o autor enfrenta o problema social de Portugal no século XIX?

Para enfrentar as questões acima propostas, organizamos este trabalho como abaixo se segue.

No primeiro capítulo, procuramos conhecer as condições históricas, as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas, isto é, todos esses elementos que revelam uma nova concepção do mundo e, conseqüentemente, apresentam-se também no universo literário, em que se fundem tradição e renovação. Estas transformações trazem cenas que resultam de uma constante guerra de poder entre o antigo Regime (absolutista) e o novo mundo que surgia (liberal e constitucional). Verificar, portanto, a lenta e complexa criação do



Estado moderno, da gestação dos símbolos e imagens da cultura nacional e da fundação de um novo percurso entre as relações campo e cidade, centro e periferia, é a razão desse capítulo.

No segundo capítulo, procuramos conhecer as condições históricas das serviçais no romance *O primo Basílio*. A análise é voltada para as personagens-criadas (Juliana e Joana). Refletindo sobre o momento histórico vivido por estas, pretendemos verificar como elas agem e sofrem pressões típicas de sua época e como Eça de Queirós coloca o “homem” na posição de produto, resultado e conclusão das circunstâncias que o envolvem. Refletir sobre a ação dessas personagens na diegese, revelar como são construídas e os artifícios de estilo utilizados para a sua caracterização são os objetivos principais desse capítulo.

No terceiro capítulo, estudaremos a crítica de Eça de Queirós ao velho mundo beato e ao novo mundo burguês e democrático, presente no romance *O Crime do padre Amaro*. A sociedade burguesa presente neste romance apresenta-se incapaz de criar ou admitir uma nova realidade social, econômica e política, por estar presa, de certa forma, ao modelo herdado do passado e refém também, de algum modo, dos novos costumes liberais. Talvez por isso este seja o romance em que encontramos um maior número de personagens pobres, dentre as obras do romancista. Analisar a ação de algumas destas personagens, através de uma visão realista do autor, buscando revelar como as classes sociais viviam em constantes conflitos é o propósito deste capítulo.

No quarto capítulo, estudaremos como Eça de Queirós se preocupou em questionar o modelo de literatura que ele próprio forjara em Portugal. *O Mandarim* não é propriamente um romance. Narrado em primeira pessoa, é antes um conto que uma novela, pois toda a sua trama se concentra à volta de um único personagem, Teodoro. Por se tratar de um texto ficcional publicado em vida pelo autor e por ser o seu enredo muito próximo ao dos romances, achamos conveniente integrá-lo ao *corpus*. Neste capítulo mostraremos que o século XIX forjou a crença no evangelho do trabalho, ao mesmo tempo em que manteve velhas estruturas (arranhadas, mas ainda de pé) que permitiam a manutenção do *status quo* e o enriquecimento ilícito.

No quinto e último capítulo, mostraremos a importância do proletariado no romance *Os Maias* de Eça de Queirós. Apresentaremos um breve percurso sobre a temática do trabalho no século XIX e o papel da mulher portuguesa neste contexto. Escolhemos acompanhar o percurso de personagens que passam quase despercebidas no romance, ou seja, as personagens secundárias, dotadas de mínima intervenção na ação, mas que, como componentes da história, obtiveram um processo de caracterização também bastante

elaborado: Miss Sarah, Mr. Brown, Batista. Pretendemos também investigar em que medida Eça de Queirós traz para o romance, através destes personagens, um pouco da discussão que se travava à época, o embate entre o dado particular da sociedade portuguesa e o universal, que viria da França e da Inglaterra, supostamente “civilizadas”.



Fotografia 02. *In Memoriam* de Antero de Quental.  
Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*,  
1845-1900.

---

## REVOLTAS E REVOLUÇÕES NO PORTUGAL DE XIX

“A arte oferece-nos a única possibilidade de realizar o mais legítimo desejo da vida – que é não ser apagada de todo pela morte... a arte é tudo – tudo o resto é nada.”

Eça de Queirós.

### 1.1. Revoltas e revoluções

A primeira metade do século XIX em Portugal apresenta um cenário de muitos conflitos. As transformações sociais, culturais, políticas e econômicas fazem-se com cenas que resultam de uma constante guerra de poder entre o antigo Regime (absolutista) e o novo mundo que surgia (liberal e constitucional).

As sublevações, as revoluções e os golpes militares que eclodiam em um espaço curto de tempo criavam controvérsias sobre qual seria a melhor forma de governar Portugal, ou melhor, qual seria a melhor maneira de instaurar no país a condição de um indivíduo não ser submetido ao domínio de outro, ou seja, ter pleno poder sobre si mesmo e sobre seus atos.

Os liberais pretendiam criar uma nação de cidadãos, com direitos e deveres iguais, tratados igualmente pelo poder político. Neste contexto, logo após a Revolução de 20, as elites liberais tentaram instaurar uma nova organização institucional, política e econômica da sociedade portuguesa, com o objetivo de criar uma nação civilizada, moderna. A instabilidade política da primeira metade do século mostra-nos, porém, que o caminho a ser trilhado era árduo. Nesta época, o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento da burguesia não se afirmaram inteiramente, fatos que a Regeneração iria, a partir de 1851, tentar colocar em prática, restabelecendo a paz e proporcionando condições de desenvolvimento econômico, expansão industrial, financeira e mercantil.

Portugal passou por muitos progressos ao longo do século XIX, que foram decisivos para as mudanças que ocorreram em sua estrutura econômica, social e política, desde o triunfo da Revolução liberal de 1820: os comboios, as estradas, as pontes, os processos agrícolas e técnicos, caminhos-de-ferro, telégrafos, abertura dos portos, abertura dos novos mercados, promulgação do código civil, desamortização, sufrágio (mesmo que censitário), desaparecimento de direitos senhoriais, o melhoramento nos transportes e nos meios de

comunicação abrindo novos caminhos aos mercados urbanos e criando condições para a organização de um verdadeiro mercado nacional. Todos estes progressos alargaram os horizontes das populações rurais, promovendo a aproximação entre a cidade e o campo.

A burguesia chegava ao topo, a industrialização e o capitalismo expandiam-se, e Portugal sentia os golpes de uma sociedade que tentava buscar a modernização. A literatura desta época narra estas transformações e suas consequências, tanto positivas, quanto negativas. As inúmeras críticas que surgiram, nesta época, não foram apenas em relação às inúmeras mudanças ocorridas, mas também pelas várias promessas feitas e não cumpridas. Escritores, poetas e políticos intervinham publicamente nos hábitos da nação, com o objetivo de influenciar no destino do país.

Apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade após a primeira experiência liberal, torna-se necessário ressaltar que ainda vigorava em 1820 em Portugal o desequilíbrio dos sexos. A mulher era condenada a ser secundária, pois “nunca seria um funcionário pontual, nem um magistrado íntegro e inexorável, nem um operador de execução firme e rápida, nem um médico, nem um legislador” (SERRÃO, 1986, p. 5-6). Não obstante este destino transluz no pensamento da sociedade de então, como um reflexo destes progressos, que o papel da mulher não era absolutamente estático perante as concretas realidades desta sociedade em transformação. O crescimento das forças sociais e econômicas proporcionou à mulher que ela própria fosse se libertando, lentamente, da submissão a que era imposta como um dever moral. A doutrina da separação das esferas do século XIX dividia claramente os sexos e ditava o território adequado para o trabalho das mulheres de classe média: a família (GAY, 2002, p. 219).

Qualquer que fosse a ideologia dominante na era vitoriana, a separação das esferas não seria jamais integral. As mulheres do século XIX, excluídas de uma ativa participação na sociedade, de garantirem dignamente sua própria sobrevivência, de não poderem assumir cargos públicos e de não terem acesso ao nível superior, eram submissas aos maridos. Tinham a função de gerenciar seu lar, supervisionar os empregados, assumir o papel principal na criação dos filhos, dentro do espaço doméstico, como colaboradoras do marido e boas anfitriãs. “Ordem e limpeza, devem existir na casa em toda a parte e em todos os momentos: essa é a precondição para uma dona de casa competente. Em poucas palavras, esse era o trabalho das mulheres – responsável, variado, árduo e jamais terminado” (GAY, 2002, p. 220). Porém, as mutações estruturais impostas pela Revolução Industrial e pela experiência sociopolítica do liberalismo proporcionaram empregos para as mulheres mais instruídas, mais respeitáveis. Além de muitas exercerem as funções de professoras, governantas e até mesmo

escritoras, o surgimento das invenções tecnológicas do século XIX, de novas empresas, novos bancos, novas indústrias e instituições governamentais proporcionou a necessidade de funcionárias alfabetizadas e educadas, engajando assim muitas pequeno-burguesas no mercado de trabalho, mesmo sendo estes empregos, ainda, de nível baixo.

Pelos meados do século XIX, o sexo feminino já contava com 3,6 % das escolas públicas. Percentual ainda muito desfavorecido em relação ao sexo oposto, mas bem mais avançado em relação ao início do século, quando fora “barbaramente abandonada”, como afirma Mouzinho de Albuquerque, em 1823:

Tendo o sexo feminino igual direito de repartir as vantagens do estado social, visto que sobre ele como sobre o outro sexo recai o ônus público, a educação das mulheres não deve ser como até agora barbaramente abandonada. Criar-se-ão, pois, escolas primárias para este como para o outro sexo, e os estabelecimentos de instrução pública serão completamente franqueados (FERREIRA, 1975, P. 9) <sup>1</sup>.

Em 1829, Garrett também tratava com cautela este assunto dizendo:

A fôrça que Deus poz no braço do homem, está nos lábios e nos olhos da mulher. A fortaleza e decisão são o vigor do character masculino; a generosa resignação, a gentil deferencia, a constancia no soffrimentos e nas privações, são o vigor, não menos poderoso e efficaz, da indole feminina” (GARRETT, 1829, p. 190-191).

Em 1835, José Augusto Braancamp defende que “é com o fim de serem úteis à sociedade que as mulheres devem ser educadas.” Acentua ainda “que a cultura do espírito é a base da moral e da religião” (FERREIRA, 1975, p. 438).<sup>2</sup> Neste mesmo ano, Oliveira Marreca relata que a verdadeira condição do gênero humano, por conseguinte das mulheres, é a liberdade e diz ser necessário “que sua educação se cultive, cuidadosamente, que sua inteligência se emancipe, e que se alguma, por cultura assídua dos dotes naturais, sair fora da esfera do seu sexo, partilhe essa ilustre exceção, partilhe com o homem o cetro e o domínio da sociedade, e tenha a influência e importância que compete aos grandes gênios” (MARRECA, 1835, p. 38). Ao mesmo tempo que Oliveira Martins discorre sobre a educação da mulher oitocentista, Manuel Ferreira Deusdado proclama: “para uma nação se tornar progressiva e grande é mister pela educação à mulher abrir os horizontes da arte e da moral, ao homem horizontes da ciência e da política” (FERREIRA, 1975, p.339).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*, Paris, 1823, in ALBERTO FERREIRA, *Antologias de Textos Pedagógicos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1975, p. 9.

<sup>2</sup> *Reflexões sobre a Educação Pública* (1835), in ALBERTO FERREIRA, *Antologias de Textos Pedagógicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1975, p. 438.

<sup>3</sup> *A necessidade da preparação pedagógica no professorado português*, 1887, in ALBERTO FERREIRA, *Antologias de Textos Pedagógicos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1975, p. 339.

Com efeito, é notório percebermos que o papel da mulher portuguesa oitocentista, mesmo que lentamente, vai evoluindo com o passar dos anos. O acesso ao ensino, mesmo que ainda em percentual desfavorável, aumenta o número de funcionárias alfabetizadas inseridas no mercado de trabalho. Porém, a grande maioria das mulheres ainda se atinha ao governo de sua casa. Outras mais, se dedicavam a tarefas agrárias e algumas acabavam fazendo parte da grande massa de trabalhadoras em serviços domésticos: costureiras, engomadeiras, modistas, operárias e comerciantes. Ainda havia as mendigas e uma grande parcela da sociedade cuja profissão ignoramos.

O processo político português viveu até meados de oitocentos um percurso de tensos conflitos sociais e constantes oscilações. Mas, a partir de 1851, experimenta uma certa estabilidade, o mudar de rumo, o renascer para o desenvolvimento econômico e para a modernização. Inicia-se a *Regeneração*, designação dada ao período da Monarquia Constitucional portuguesa que se seguiu à revolta militar, liderada pelo duque de Saldanha em maio de 1851, que depôs o governo de Costa Cabral.

O primeiro governo regenerador, que se manterá até 1856, tem em António Maria de Fontes Pereira de Melo o criador de uma política de desenvolvimentismo econômico, que é habitualmente designada por “fontismo”. Esta política incrementa a rede viária e ferroviária, o desenvolvimento da indústria e o crescimento econômico.

A Regeneração tinha como principal objetivo estabelecer de forma definitiva o liberalismo em Portugal e para isso adotou os princípios estabelecidos na Carta Constitucional de 1826, introduzindo-lhes as necessárias reformas no Acto Adicional de 1852, sancionado em 5 de julho pela Rainha.

Foi em 1868, com a revolta da Janeirinha, que a Regeneração chegou ao fim e levou o Partido Reformista ao poder. A Janeirinha foi o movimento contestatário que eclodiu como protesto às leis que criavam o imposto de consumo e procediam à reforma administrativa do território. Deu origem a um novo conjunto de forças políticas, formando um novo partido político: o Partido Reformista. Seguiu-se um prolongado período de instabilidade governativa.

Após o triunfo deste movimento, Portugal viverá um novo ciclo político, com a emergência do regime de novos pequenos partidos, em disputa com o período regenerador.

O movimento do Fontismo e da Regeneração acentuam desequilíbrios econômicos crônicos da sociedade portuguesa durante a segunda metade do século: subida de dívida pública portuguesa e o agravamento crescente da dívida externa. Tal condição arrastou, num ritmo acelerado, a derradeira crise do sistema monárquico-constitucional.

É a partir destas datas, passagens e transformações elencadas que faremos um percurso, a fim de entendermos o fenômeno político em Portugal. As representações literárias compõem uma certa imagem do país, construída pelas elites intelectuais, que, pela palavra impressa, também incluem por vezes as classes menos favorecidas da população. Estudaremos como a literatura transforma e constrói uma abordagem paralela dos indivíduos com a sociedade, assinalada pelas convenções, pelos estilos, pelas condições políticas e sociais e pelos recortes ideológicos dominantes da época. Assim, mostraremos que a literatura, além de ser parte da realidade, forja também esta realidade. É uma esfera de imagens e construções da sociedade e do mundo em geral, que nos permite examinar minuciosamente situações, ambientes e práticas sociais de um determinado tempo histórico.

A literatura e a política sustentaram uma generosa convivência durante todo o período da monarquia constitucional. Durante o romantismo, publicar romances, novelas ou contos, mesmo que em periódicos, ter cursado faculdade em Coimbra, ter percorrido alguns jornais, eram cenas que faziam parte da carreira política de numerosa parte da elite liberal em Portugal.

O século XIX foi então, o século da lenta e complexa criação do Estado moderno, da gestação dos símbolos e imagens da cultura nacional e da fundação de um novo percurso entre as relações campo e cidade, centro e periferia.

## 1.2. O primeiro movimento liberal

Os anos 20 do século XIX introduziram Portugal no movimento liberal, marcando um momento de ruptura e evolução social. Embora a Revolução tenha acontecido na Europa, precisamente no Porto, está ainda assim intimamente ligada aos rumos da história política do Brasil no século XIX. Enquanto a família real permanecia no Brasil, desde 1808, Portugal passava por uma crise social, política, econômica e institucional, o que corroborou para as ideias liberais. Deste modo, a Revolução de 20 foi um pronunciamento procedente da insatisfação da burguesia mercantil com a alteração do pacto colonial em consequência da abertura dos portos brasileiros, colocando um ponto final no monopólio comercial português sobre o Brasil:

(...) a partir de 1808 amplia-se uma situação de miséria econômica em Portugal, com as fábricas em declínio, agricultura em decadência, o que provocava nos anos entre 1808 e 1820 um colapso nas rendas públicas, que arrastava consigo a miséria, o desemprego e os atrasos nos pagamentos ao funcionalismo e aos militares (VARGUES, 1998, p. 46).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 45-64.



A nobreza perdeu uma série de privilégios que possuía como integrante da corte portuguesa, não mais em Portugal, mas no Rio de Janeiro. Desde a transferência da Família Real para o Brasil, Portugal foi governado por uma junta presidida pelo marechal Lord Beresford, que comandava o exército e mantinha sob seu domínio a nação. Neste momento, a economia de Portugal vivia um momento de profunda crise e parecia contrastar com a suposta prosperidade do Brasil. O comércio estava praticamente paralisado, decadente. Os comerciantes estavam descontentes, pois haviam perdido o monopólio comercial, situação provocada pelos Tratados de 1810, assinados com os ingleses. As cidades estavam colhendo a miséria, destruídas devido às lutas com os franceses. Para algumas pessoas, toda esta crise era proveniente da ausência do rei. Sabia-se também, que as lojas maçônicas, em Portugal, propagavam as ideias liberais, defendendo uma Constituição que limitaria o poder do soberano, instituindo, assim, uma monarquia constitucional.

A Revolução Liberal do Porto acarretou o regresso de Dom João (VI) a Portugal, atendendo às exigências das Cortes, mas, deixando D. Pedro como príncipe-regente, agradava o Partido Brasileiro – grupo político que defendera a permanência da família Real no Brasil – que começa a se formar e, perante a grande pressão para a sua recolonização, este proclamou a sua independência em 1822.

A situação política que dominou Portugal entre agosto de 1820 e abril de 1823 é denominada vintismo, que se distingue pelas soluções radicalistas liberais e pela predominância política das Cortes Constituintes, influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz. Este movimento tem início na revolução de 1820 com o pronunciamento militar do Porto, que conduziu à formação da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, presidida pelo brigadeiro-general Antonio da Silveira Pinto da Fonseca e terminou em 27 de maio de 1823 quando o infante D. Miguel chefiou, em Vila Franca de Xira, uma revolta militar, intitulada Vila-francada, que leva à abolição da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 e à restauração, ainda que tênue, do absolutismo. O numeroso quadro de militares e profissionais liberais que participaram no processo político caracterizava o vintismo, que, apresenta um caráter nacionalista, doutrinário e burguês, sendo a ala mais radical da ideologia liberal.

### 1.3. Oposição à Revolução de 1820

A incapacidade de melhorar a crise econômica que se agravou com a independência do Brasil, gerou um desalento e descontentamento crescentes e afetou sobretudo a burguesia. Muitos dos progressos ocorridos após a Revolução de 1820 foram enfrentados com resistência pela grande maioria da população, do clero e da nobreza. O partido liberal logo sofreu o isolamento e sentiu a ausência imediata de apoio à sua política.

Já em 1821, nasce uma expressiva oposição contra esta primeira experiência liberal em Portugal. O regime liberal não podia satisfazer os setores mais reacionários da população que reclamava a restauração do absolutismo. O cardeal-patriarca D. Carlos da Cunha foi obrigado a sair de Portugal, de onde regressaria somente após o êxito da revolta militar da Vila-Francada em 1823, tornando-se figura preponderante da contra-revolução. Com o afastamento do referido patriarca, o bispo de Olba e o bispo de Angra recusaram-se ao juramento da Constituição. A rainha Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, figura central da contra-revolução em Portugal, também se recusou a jurar as bases da Constituição. À cabeça dos descontentes, a rainha exerceu certa influência na insurreição liderada pelo seu filho D. Miguel, o movimento anti-constitucional conhecido como Vila-Francada, movimento militar de forças políticas contrárias ao liberalismo. Logo, D. João VI decidiu tomar a direção da revolta, obrigando o infante a submeter-se à sua obediência e regressou a Lisboa em triunfo. As cortes dissiparam-se, vários políticos liberais partiram para o exílio (inclusive Garrett), alguns presos por motivos políticos ganharam a liberdade e assim foi restaurado o regime absolutista em Portugal. Porém, o rei logrou impedir a ascensão do partido ultrarreacionário ao poder, propondo um absolutismo moderado. Descontente e impaciente, o partido contrarrevolucionário encabeçado pela rainha e D. Miguel, voltou a conspirar, e em 1824 eclodia a nova revolta absolutista, chamada Abrilada, que resultou no exílio de D. Miguel.

Portanto, Vila-Franca foi, sobretudo, sintoma das tensões e conflitos que a velocidade das mudanças políticas em Portugal haviam trazido à tona, contribuindo para sustentar o clima de instabilidade que continuou a assombrar o país até a Regeneração:

Terminava o primeiro movimento liberal com o avanço das forças contra-revolucionárias, mas não terminava a experiência liberal, que vai conhecer, nos anos subseqüentes, um tempo de moderação (VARGUES, 1998, p. 68).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 65-88.

#### 1.4. A Guerra Civil Portuguesa

Em 1826 a situação do país agrava-se com a morte de D. João VI. Inicia-se uma nova regência com D. Isabel. D. Miguel permanecia exilado em Viena, por ter conspirado contra seu pai na revolta da Abrilada. Mas D. Pedro, Imperador do Brasil, confirmou a instituída regência, até decretar a Carta Constitucional, que iria ser promulgada. Em 2 de maio de 1826 abdicou D. Pedro de seus direitos à coroa de Portugal em nome de sua filha, D. Maria da Glória, que haveria de ser futura rainha, pois deveria se casar com seu tio D. Miguel, que retornaria a Portugal como regente.

A contestação à Carta Constitucional começou antes mesmo de seu juramento. Os opositoristas preparavam outro movimento conspirativo – a conspiração do prior-mor da Ordem de Cristo, com D. Luís Antonio Carlos Furtado de Mendonça, um de seus mentores. Ocorreram muitas prisões e julgamentos como resultado desta conspiração. Mais tarde, no Porto, enquanto a Carta era julgada, as forças políticas contrarrevolucionárias portuguesas uniram-se às espanholas, começando um movimento amplo de contestação ao liberalismo. Os anos de 1826 e 27 ficaram marcados por uma teia contrarrevolucionária ao liberalismo. A Carta e a sucessão à coroa Portuguesa geraram uma situação de crise no país e a instabilidade virou assunto principal nos gabinetes europeus.

Em 22 de fevereiro de 1828 D. Miguel regressou a Portugal, cumprindo as determinações do irmão D. Pedro: a substituição da regência de D. Maria Isabel e a efetivação do casamento com a sobrinha, D. Maria II. Começara a Guerra Civil Portuguesa, também conhecida como Guerras Liberais, que termina em 1834, com a assinatura da Convenção de Évora Monte, opondo o Partido Constitucionalista liderado pela rainha D. Maria II de Portugal e o Imperador do Brasil D. Pedro, seu pai, ao partido absolutista de D. Miguel. A questão estava na transformação do país em uma Monarquia Constitucional oposta aos princípios vigentes do absolutismo.

Rei de Portugal durante o período da Guerra Civil Portuguesa, D. Miguel, foi denominado pelos liberais “usurpador” do título monárquico de sua sobrinha. A oposição à Carta outorgada por D. Pedro e os atos políticos do infante no sentido de legitimar o poder absoluto geraram diversos movimentos de revolta contra o seu governo. A década revolucionária de 30 apresenta sinais notórios da disputa política entre o absolutismo e o liberalismo. A reação do país contra D. Miguel é visível. A Revolução Francesa em 1830 e o regresso de D. Pedro à Europa, em 1831, dão um novo ânimo ao combate dos liberais portugueses, mesmo os que estavam exilados, contra D. Miguel:

A reação no país contra D. Miguel é grande, pois ainda em 1831 ocorrem significativas rebeliões, que, embora frustradas, são um importante sinal da fragilidade política do governo miguelista, apesar de estar rodeado de um aparelho de repressão verdadeiramente tentacular e de se ter desenvolvido na sociedade portuguesa um importante culto popular que mitificou a figura de D. Miguel (VARGUES, 1998, p. 76).<sup>6</sup>

A política miguelista durante o período de guerras liberais centrou-se inicialmente em um importante movimento ideológico de combate ao liberalismo. A Carta Constitucional que estava em vigor desde 1826, almejava a conciliação entre o partido liberal e o absolutista. Porém, acarretou um grande movimento de desprezo pelos miguelistas, que se manifestou através de muitos pronunciamentos militares contrarrevolucionários. Esta luta política gerou controvérsia acerca da legitimidade do rei, pois para os absolutistas D. Miguel era rei de direito, mas para os liberais ele tinha se apoderado ilegitimamente da coroa. Entretanto, D. Miguel governava com o apoio de grande massa popular e utilizava a repressão como meio de se impor e acabar com a oposição liberal. Os liberais, chamados de “malhados”, termo depreciativo criado pelos miguelistas, eram perseguidos e sofriam a fúria dos caceteiros e, muitas vezes, condenados à prisão e à morte:

A ação de repressão desencadeada pelo governo miguelista exercia-se sobre os liberais que ficaram em Portugal e traduziu-se essencialmente em inúmeros homizios, prisões e condenações à morte por fuzilamento ou enforcamento (VARGUES, 1998, p. 76).<sup>7</sup>

Durante estes três anos de crise política, os movimentos de revolta contra o rei D. Miguel não tiveram fim, e no Porto foi constituído um Governo Revolucionário, a Junta do Porto. Depois da Vila-Francada, da Abrilada e do retorno de D. Miguel a Portugal, muitos liberais tinham ido para o exílio em França e em Inglaterra, com intenção de prevenir-se contra vinganças, mas ainda eram um número pouco significativo. Depois da instauração do absolutismo em Portugal, um novo movimento em direção ao exílio se intensificou. As adversas situações da emigração determinavam a saída do país, sobretudo, dos liberais mais cultos e comprometidos com o governo. Estes políticos contaram com o desenvolvimento do país de acolhimento. Portanto, tiveram a oportunidade de se beneficiarem da vivência política e cultural e dos contatos sociais, sem deixarem de assumir as diferenças ideológicas que os dividiam em vintistas (apoiantes da Carta Constitucional de 1822) e cartistas (partidários do texto Constitucional de 1826). Assim, percebemos que os liberais exilados tiveram uma participação muito significativa na vitória do liberalismo em Portugal, em 1834, tanto pela

---

<sup>6</sup> VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 65-88.

<sup>7</sup> Idem

atuação na guerra civil, quanto através do jornalismo, da diplomacia e de outras publicações de propaganda ideológica e política.

### 1.5. O liberalismo e a instabilidade constitucional

O liberalismo português não vencida suas próprias contradições internas, acarretando crises políticas, como o Setembrismo, ou seja, a política resultante da revolução de Setembro, em 1836, que voltou a adotar a Constituição de 1822. O Setembrismo foi a corrente mais à esquerda do movimento liberal em Portugal. Os Setembristas eram defensores do princípio vintista e defendiam a supremacia da soberania popular, em oposição ao espírito realista do cartismo. A Constituição de 1838 (texto constitucional setembrista) foi um compromisso entre o caráter democrático e progressista da Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826. O setembrismo lutava pela substituição da Carta 26, outorgada pelo rei D. Pedro IV, por uma constituição aprovada por um congresso democraticamente eleito pelo povo e não redigida e votada por Cortes Constituintes, tal como acontecera com a Constituição de 22.

A nova administração setembrista desenvolveu uma intensa produção legislativa, estabelecendo reformas nas finanças, na economia, na administração e, sobretudo, no ensino, na cultura, na arte e na ciência. Esta política reformista, pautada no rigor financeiro, almejava o desenvolvimento do país, sem desprezar os interesses das diferentes camadas da burguesia. O incentivo ao comércio, à criação de associações de créditos, comércio, indústria e agricultura, visava tentar proteger a pequena burguesia do aumento da desigualdade econômica resultante da concentração capitalista. Permaneceram, contudo, os direitos feudais dos proprietários e os privilégios fiscais.

O setembrismo assumiu-se como oposição ao cartismo. Em pouquíssimo tempo dividiu-se em facções: os moderados e os mais radicais. A facção moderada era dominante e tinha como grande obreiro Passos Manuel, que governou cerca de um ano, exercendo uma enriquecedora atividade legislativa no domínio da cultura e da educação. Esta facção também contava com o apoio de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, o primeiro visconde de Sá da Bandeira, que tentava estabelecer uma solução de compromisso com D. Maria II e um entendimento com o grupo de Silva Carvalho. A facção radical era dominada pelos maçons e pelos arsenalistas. Seus líderes eram membros da maçonaria do Sul, como João Gualberto Pina Cabral. Entre os deputados da facção radical, eleitos em 1836, estavam José Estêvão Coelho de Magalhães e Costa Cabral.

Em março de 1838 houve a Revolta do Arsenal, liderada pelos setembristas radicais, entre os quais estavam Costa Cabral e José Estevão. Sá da Bandeira, então presidente do Governo, pactuou com a revolta e direccionou o governo num sentido mais radical, que caiu em abril de 1839. Sucedeu-lhe um novo governo, cartista, presidido pelo conde de Bonfim, adepto da Constituição de 1838, muito embora ainda estivesse em vigor a constituição setembrista. Costa Cabral foi inicialmente um setembrista radical, associado aos clubes maçônicos. Posteriormente foi mudando até se tornar o restaurador do texto constitucional de 1826.

### 1.6. O Cabralismo

No pronunciamento que ocorreu em janeiro de 1842, no Porto, António Bernardo da Costa Cabral deu um golpe militar e restaurou a Carta de 1826. A rainha ordena que o texto constitucional de 26 seja restabelecido pelo voto nacional e nas cortes o restabelecimento do texto também é defendido. O golpe foi tramado sigilosamente, entre Costa Cabral e o duque da Terceira, que contavam com o apoio das forças armadas. Costa Cabral combate os grupos contrários ao governo: uma coalisão de forças entre setembristas, miguelistas e cartistas é formada com o objetivo de defender o país de um governo poderoso e opressor da liberdade política. Esta coalisão de forças políticas ideologicamente antagônicas visava ao combate, por todos os meios, ao ministério chefiado por Costa Cabral:

A 10 de Julho de 1842 reúnem as Cortes e, no discurso da coroa, a rainha D. Maria II ordena que o texto constitucional de 1826 seja restabelecido “pelo voto nacional, espontaneamente manifestado”. Para os cartistas, 1842 marca o início de um período de conciliação, de “ordem” e de progresso. Para os Setembristas, miguelistas e cartistas dissidentes enceta-se um sistema governativo que provoca de imediato a sua hostilidade (RIBEIRO, 1998, p. 107).<sup>8</sup>

O Cabralismo é associado à ala da direita do liberalismo, enquanto o Setembrismo, derrubado pelo pronunciamento militar do Porto, é associado à ala da esquerda. A administração cabralista causava oposições de todas as facções políticas da época: cartistas dissidentes, setembristas e miguelistas. Apenas alguns cartistas viam no golpe de Costa Cabral o início de um período de progresso e ordem, que se legitimava como resposta à revolução setembrista, vista como injusta. Os setembristas moderados pretendiam, entre outras coisas, a reforma da Carta Constitucional, da Câmara dos Pares e da lei eleitoral. Já os setembristas radicais reivindicavam mudanças estruturais do código constitucional de 1838, a

---

<sup>8</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo*”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 107-120.

diminuição dos impostos e a realização de eleições diretas. Os cartistas dissidentes estavam descontentes com a atuação do governo de Costa Cabral e os miguelistas contestavam a legitimidade da rainha e desejavam recolocar o rei D. Miguel no trono português.

Todas estas forças uniram-se na luta contra o regime Cabralista. Contudo, não perderam a integridade de seus princípios e intensificaram, no Parlamento e na imprensa, o debate ideológico, que confrontava as facções políticas com o poder central. “Censurava-se a administração econômica, política e fiscal, a organização administrativa, a estrutura municipal” (MATTOSO, VI 5, p. 110). O avanço do capitalismo no campo, a má distribuição da carga tributária, a supressão dos direitos comunitários, o descontentamento do clero pela supressão dos dízimos, a proibição dos enterros nas Igrejas (decreto de 28 de Setembro de 1844) e, por conseguinte, os altos custos dos impostos para o depósito dos restos mortais dos falecidos em cemitérios de campos abertos, levaram à revolta popular da Maria da Fonte (1846) e da Patuleia (1846-1847).

Para muitos, o regime instaurado por Costa Cabral no Porto era considerado despótico. Apoiado também por seu irmão José Bernardo da Silva Cabral, mantinha um reformismo que exacerbava os grupos reacionários que tinham sobrevivido à implantação do liberalismo. Assim, o descontentamento ia crescendo rapidamente, aflorando ressentimentos remanescentes das guerras liberais anteriores. Os miguelistas sonhavam em restaurar o absolutismo. A guerra civil entre liberais e miguelistas, apesar de terminada oficialmente em 26 de maio de 1834, com a Convenção de Évora, continuava a dividir os portugueses. O descontentamento popular era generalizado e nas zonas rurais mais distantes, principalmente naquelas sujeitas a maior fanatismo religioso, pontificavam os agentes mais avessos ao progresso e declaradamente anti-liberais.

Neste clima de acesa contestação ao governo, o surgimento de novas exigências fiscais, o recenseamento da propriedade e o trabalho de matrizes prediais, para apuramento dos impostos e maior severidade no recrutamento de militares, levaram ao crescimento do descontentamento das camadas populares. O desemprego, a fome, a instabilidade política, o crescente descontentamento com a administração opressora explicam a persistência dos golpes militares, das guerrilhas, e a tentativa de reorganização das forças setembristas dando novo alento à facção miguelista. A pobreza que transparecia na época, agravada pela crise econômica resultante da guerra civil, pela praga da batata e pela seca que tinha assolado o país nas décadas anteriores, agravava a crise agrícola européia. O movimento popular da Maria da Fonte levou António Bernardo da Costa Cabral ao exílio, triunfando, então, a oposição cabralista e o ministério formado em 1846, pelo duque de Palmela, pelo marquês de Saldanha

e pelo duque da Terceira, que pretendiam governar de forma mais progressista. Perante a impotência do governo cabralista frente à violenta guerra civil provocada por levantamentos populares que se expandiram por todo o país, a rainha D. Maria II viu-se obrigada a demitir o governo e os irmãos “Cabrais” emigraram para a Espanha.

Em 6 de outubro de 1846, eclodiu a Emboscada, golpe militar dirigido pelo marquês de Saldanha, que conduziu à remodelação ministerial. Saldanha preside à nova administração, que continuaria uma política governamental similar à cabralista. Após a remodelação ministerial, a oposição novamente entrou em ação. A guerra civil continuava, com a Patuleia. Esta guerra teve duração de apenas alguns meses, opondo os cartistas com uma coligação contra-natura que juntava setembristas e miguelistas. Esta guerra terminou com uma intervenção estrangeira, pois a Europa era contrária a um regime de instabilidade. A supremacia política continuava na mão dos cartistas. A convenção de Gramido deu fim a guerra em 29 de Junho de 1847, iniciando uma anistia geral.

As eleições de agosto de 1847 deram a maioria às forças políticas que apoiaram o executivo ministerial e o poder de Saldanha e do próprio Costa Cabral. Em janeiro de 1848, verifica-se uma grave situação nas finanças do país. O governo era devedor a nível interno e externo, provocando a perturbação da ordem pública. Houve um aumento de focos de rebeliões e os revolucionários contavam com a adesão de oficiais e de unidades militares. Entre as juntas revolucionárias que se formaram pelo país, uma foi criada em Coimbra com a participação de estudantes, intelectuais e políticos:

Passos Manuel, Garrett, Herculano, Bulhão Pato, António Pedro Lopes de Mendonça – encontram-se frequentemente no Marrare de Polimento, célebre café do Chiado, onde se liam textos literários e se discutia a situação política portuguesa (RIBEIRO, 1998, p. 119).<sup>9</sup>

D. Maria II havia confiado a Saldanha a organização do gabinete ministerial. Após oito meses de governo, Saldanha, que manteve correspondência com Costa Cabral no exílio, é demitido pela rainha. Em junho de 1849, Costa Cabral, já investido conde de Tomar, reassume a chefia do executivo governo, por decreto régio, regressando a Portugal. As divergências mantiveram-se, radicalizaram-se as oposições e será o próprio marechal Saldanha que, em abril de 1851, chefiará, do Porto, a insurreição militar que afastará Costa Cabral do poder. Foi com a Regeneração (a partir de 1851) que Portugal entrou na modernidade.

---

<sup>9</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo*”, In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 107-120.



## 1.7. A Regeneração

Este período político foi caracterizado pelo esforço de desenvolvimento econômico e de modernização do país, a que se associaram muitas medidas fiscais. Triunfante o golpe militar de 1851, liderado pelo duque de Saldanha no Norte de Portugal, constitui-se o novo governo constitucional regenerador: com este na presidência do Conselho; com Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino; e António Maria de Fontes Pereira de Melo, ministro da Marinha, da Fazenda e da Indústria. Apesar de o ministério que resultou do golpe ser presidido pelo marechal Saldanha, a figura grada da Regeneração em Portugal foi Fontes Pereira de Melo. Mesmo tendo um passado cartista, conta com o apoio de progressistas regeneradores, preocupados com a viabilização de um país moderno. Maria Manuela Tavares Ribeiro pergunta:

A Regeneração – vocábulo que no decurso de Oitocentos assume no discurso liberal o renascer, o mudar de rumo, a vários níveis, da vida nacional -, cuja busca incessante perpassa ao longo dos primeiros decênios do século XIX, será, enfim, “a hora da efetiva regeneração burguesa da Pátria?” (RIBEIRO, 1998, p. 121).<sup>10</sup>

Em 1852, os progressistas separam-se em dois grupos, que se organizarão em partidos: o partido progressista dissidente ou histórico capitaneado por Loulé; e o partido progressista regenerador em torno de Saldanha. Constitui-se, assim, o sistema bipartidário. Ambos os partidos recebem membros cartistas, embora esta facção se mantenha autônoma até a década de 60 e em manifesta oposição à política ministerial dos regeneradores. Neste confronto, os cartistas logo se manifestam na discordância do Acto Adicional de 1852.

A concepção intelectual de “regeneração” fez parte da matriz inicial do pensamento vintista português e andou sempre no pensamento e nos discursos dos liberais portugueses desde os anos de 1820. Uma fonte inspiradora do movimento político da Regeneração em Portugal foi Alexandre Herculano, que, juntamente com o grupo de intelectuais da Universidade de Coimbra, formaram o escol ideológico do liberalismo. Este grupo passou a aspirar por uma mudança eficaz que libertasse Portugal das enormes contradições sociais em que parecia submergir, do abatimento moral em que se encontrava e de um governo corrupto e ineficaz.

O movimento regenerador tem como alicerce do seu programa político a renovação do sistema político e a criação das infraestruturas básicas necessárias ao desenvolvimento de

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*A Regeneração e o seu significado*”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 121-130)

Portugal. Seu objetivo principal era estabelecer de forma definitiva o liberalismo no país e para isso adotou os princípios estabelecidos pela Carta Constitucional de 1826, promovendo-lhe as necessárias reformas pelo Acto Adicional de 1852. O planejamento político regenerador assegurava um conjunto de reformas administrativas, econômicas e sociais, cuja aplicação tinha como objetivo estimular o crescimento econômico de Portugal e superar os constrangimentos políticos e institucionais que impediam o país de chegar aos níveis de desenvolvimento da Europa. As várias lutas políticas e a má administração dos governos anteriores, que assolavam a vida política em Portugal, ocasionavam bloqueios à economia do país.

Para colocar em curso estes objetivos, a primeira medida do regime regenerador foi a reforma institucional, aprovando o Acto Adicional de 1852 à Carta Constitucional de 1826, revalorizando a atividade parlamentar e a disputa político-partidária. A segunda medida foi o fomento do crescimento econômico focado na construção de infraestruturas de comunicações e transportes, visando primeiramente à tentativa de quebrar o isolamento de vastas regiões do país, apoiando o desenvolvimento comercial e industrial. Foi a partir destes objetivos que se instituiu o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, confiado a Fontes Pereira de Melo, um dos mais dinâmicos e capazes políticos da segunda metade do século XIX.

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria cresceu rapidamente e assumiu o papel principal na ação governativa. Seu titular passou a ter um grau de reconhecimento que ultrapassa o que era dispensado ao presidente do governo. Assim, surge o fontismo, que muito mais que uma doutrina política, era uma forma de ação. A construção das redes rodoviárias e dos principais portos, a rápida expansão da rede ferroviária e a instalação do telégrafo foram medidas que contribuiriam largamente para a evolução do país e faziam parte da vertente desenvolvimentista das políticas regeneradoras. Este longo esforço pela procura incessante do progresso material está bem patente na política regeneradora de Fontes de Melo.

O governo saído do golpe militar procurava a conciliação. A lei eleitoral foi mudada e adquiriu uma maior abertura. Consolidando o novo regime, o governo apresentou um novo projeto de alterações a introduzir na Carta Constitucional, o qual veio a constituir, com algumas mudanças, o Acto Adicional de 1852. Coloca-se assim termo à contestação antiga e sangrenta que dividia Portugal desde as hostes de D. Pedro. A pena de morte para crimes políticos foi abolida, não sendo tocados os direitos da Coroa nem a composição da Câmara dos Pares. Os deputados passaram a ser eleitos diretamente e as convenções, tratados e concordatas deviam ser aprovados pelas Cortes em sessão secreta.

O Acto Adicional manifesta um compromisso claro em matéria financeira, entre a carta original e a constituição saída da Revolução de Setembro. Compromisso político presente no acordo constitucional que esteve na base da longa duração das instituições do regime regenerador. António Maria de Fontes Pereira de Melo apostava nos melhoramentos materiais, nas obras de fomento. É então, a partir de agosto de 1852 que o jovem engenheiro acumula as pastas da Fazenda e do Ministério das Obras Públicas. Fontes aponta a necessidade de mobilizar grandes empréstimos e aprova a construção e exploração das linhas e caminhos-de-ferro.

Inicialmente a Regeneração assume uma feição política. “Procura-se a harmonia possível entre as facções e entre as instituições orgânicas do Estado, de modo a conquistar a confiança na ixequibilidade de uma *terceira via*” (RIBEIRO, 1998, p. 126). A regularização no pagamento dos vencimentos do funcionalismo público contribuiu para a paz social. Registrou-se em dezembro de 1851 uma certa estabilidade no mundo rural. O Estado liberal exercerá um papel interventivo no processo material de Portugal. Para financiamento desta política desenvolvimentista, Fontes altera a política financeira mediante o recurso de empréstimos estrangeiros e reorganização da dívida pública. A dependência externa e a revisão da política de impostos fizeram, porém, desencadear um grande descontentamento popular através de uma polémica violenta na Câmara dos Pares e na dos Deputados. Assim em junho de 1856, o novo ministério presidido pelo marquês Loulé assume as funções, visando continuar a política regeneradora do governo que o antecederá.

Em 1856-1857 regista-se uma depressão mundial referente à questão da subsistência. Em Portugal esta crise reflete-se na diminuição da exportação, que leva a uma acentuada retração nos investimentos, sobretudo na construção naval e nos investimentos nos caminhos-de-ferro. A crise, o crescimento da fome e a proliferação de epidemias careciam de uma análise imediata da situação econômica e social, a que o marquês de Loulé não correspondeu. As vozes da oposição não se calaram. Aspirava-se, novamente, ao governo dos regeneradores. Analisa Maria Manuela Tavares Ribeiro:

Assim o manifesta A. P. Lopes de Mendonça, em 1857, quando comenta que o ministério atual é uma paródia da regeneração (...) aspiramos e que ela volte ao poder mas como forte partido, progressista por amar e realizar o progresso, liberal por promover os princípios da liberdade” (RIBEIRO, 1998, p. 127).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*A Regeneração e o seu significado*”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 121-130.

Assim, em 16 de março de 1859, os regeneradores reassumem o poder e constituem o novo ministério, no qual duque da Terceira é o presidente. As divergências entre D. Pedro V e Fontes de Melo e deste com o duque Saldanha, ocasionadas pelas diferentes práticas do poder moderador e da intervenção régia no governo regenerador, explicam a curto período de vigência do ministério que, sob a presidência de Joaquim António de Aguiar, pede demissão em 1860. É o início de um forte movimento de instabilidade social, a nível urbano e rural, com o regresso dos históricos e do seu líder Loulé. Algumas medidas procuraram fazer face às mais urgentes carências económicas. Por exemplo: em 19 de maio de 1863 foi referido o decreto de extinção do morgadio e em 13 de julho de 1863, o decreto da reorganização do crédito hipotecário.

Apesar das divergências entre o partido regenerador e o partido histórico, “apostou Fontes, como membro da oposição, na coligação partidária como meio viabilizador da continuação de uma política de progresso material” (RIBEIRO, 1998, p. 126). Assim, formase um ministério de fusão entre estes dois partidos, em 14 de abril de 1865, com um compromisso partidário, presidido pelo marquês de Loulé. Tal acordo não vigoraria por muito tempo.

Em 1867 emerge outra onda de contestação, que veio a eclodir em janeiro de 1868, no Porto, denominada revolta da Janeirinha, que se opunha à nova política fiscal e torna-se responsável pela queda do governo de fusão, levando o partido Reformista ao poder. António José de Ávila assume a Presidência do Conselho, que até 1871 se baterá com muitas dificuldades em prosseguir o programa fontista. Esta revolta tem como característica relevante o protesto às leis que criavam o imposto de consumo e procediam à reforma administrativa do território. Além da queda da Regeneração, a Janeirinha deu origem a um novo conjunto de forças políticas, formando o Partido Reformista, que abriu caminho a um prolongado período de instabilidade governativa, pondo fim à estabilidade imposta pelo movimento regenerador. Em 13 de setembro de 1871, Fontes de Melo volta ao poder como presidente do Conselho e ministro da Fazenda e da Guerra, e permanece na presidência até 5 de março de 1877, enfrentando as novas alterações que Portugal vivia.

Após dezessete anos sem nenhuma revolta, notamos que a política da regeneração consolidou as bases administrativas de Portugal através de um desenvolvimento geral: em 1867 o Código Administrativo e o Código Civil foram aprovados; e a pena de morte foi abolida. Logo em 1868 foi adotada a unificação dos pesos e medidas; foram feitos melhoramentos nos sistemas de créditos e das instituições bancárias. A inauguração do telégrafo elétrico em 1857, que em 1867 já possuía 3323 Km de linhas e 108 estações, a

criação de novas linhas férreas, que, em 1869 registrava 3083 Km, a ampliação da rede de estradas, que em 1875 atinge 2883 Km, contribuíram para o aumento das comunicações marítimas e dos transportes.

A política da regeneração procurava, sobretudo, implementar o desenvolvimento da agricultura para que ela fomentasse a industrialização, o que esta não conseguiu, retardando a própria dinâmica capitalista. O aumento do crescimento demográfico, dominante na zona rural, em desajuste com o crescimento econômico, gerou um acentuado fluxo migratório, principalmente ao Brasil (87,28% dos emigrantes entre 1855 e 1865). Analisa ainda Maria Manuela Tavares Ribeiro:

Período difícil, vivido por um país que se vai ressentindo de uma crise grave de identidade nacional, que se agrava, progressivamente, nas décadas finisseculares (RIBEIRO, 1998, p. 129).<sup>12</sup>

### 1.8. A Geração de 70

Com a década de 70 começaria a surgir uma modernização do campo cultural nacional. A Geração de 70 faria um enorme esforço para tal modernização, apoiada em uma gama de influências que começavam desde o realismo literário, passava pelo positivismo, pelo hegelianismo, pelo socialismo de inspiração proudhoniana e pelos alvares do movimento operário internacional.

Provenientes dos grupos intelectuais das classes médias e das elites, formados pela Universidade de Coimbra, intelectuais como Antero de Quental, Eça de Queirós, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, entre outros, procederão a uma crítica sistemática ao regime liberal e à sociedade a que ele deu origem. Estes críticos utilizaram outra via para tornar o país sabedor da modernidade, aproximando-o dos novos modelos políticos e culturais em voga na Europa. Era este o plano destes intelectuais, que encetaram as Conferências do Casino em 1871. Para estes críticos da Regeneração, esta falhou no momento em que não conseguiu melhorar a imagem negativa que a nação tinha da sua administração pública, da política e do funcionamento do Estado. A alusão aos políticos, ao rei, ao Parlamento, às eleições, aos ataques ao governo, à decadência nacional e à literatura era um extenso plano cultural de desconstrução do velho Portugal e, então, instituir um outro país, a fim de aproximá-lo dos modelos da modernidade oitocentista.

---

<sup>12</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*A Regeneração e o seu significado*”, In: MATTOSO, José. História de Portugal, vol. 5, O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, pp. 121-130.

Neste contexto, estes intelectuais, procuravam estimular a crítica e motivar a população, recorrendo aos modelos estéticos internacionais e ao debate de ideias em voga. Assim, as representações intelectuais traziam marcas que não apresentavam correspondências com a sociedade portuguesa, uma vez que reproduziam modelos dos grandes centros intelectuais da Europa, que não coincidiam com os acontecimentos de Portugal. Porém, formariam um conjunto de traços que a população regional reconheceria como correto.

Destacamos nesta pesquisa Eça de Queirós, que, com sua vasta obra, criou uma nova forma de descrever o fenômeno político de sua época. A literatura de Eça mostrava a descrição minuciosa das condições de vida de grupos sociais e se aproximava de cenários e experiências individuais caracterizadas pela tentativa de transgressão das regras burguesas, explorando por vezes registros de pendor psicológico.

Durante a década de 70 o romance realista fez sua aparição em Portugal, sendo caracterizado pela descrição rigorosa da percepção sensível e pela precisão dos fatos apresentados à análise. Eça de Queirós foi seu principal cultor e o mais significativo dos intelectuais portugueses entre 1870 e 1900. Tendo como objetivo retratar a sociedade criada pelo constitucionalismo monárquico, Eça dá vida a uma série de personagens que representam a vida pública oitocentista. Nesta época, a política e a literatura andavam juntas.

À medida que a reação ao liberalismo monárquico se acentua, tornando-se discurso do senso comum intelectual, e as lutas políticas e ideológicas se tornam mais evidentes, a literatura mostra, através da literatura realista-naturalista, o crescimento do pendor à análise crítica da vida íntima e da vida pública da nação. Cresce também neste momento uma crítica ao sentimentalismo romântico.

A partir da década de 1870, com o movimento iniciado com a publicação das *Farpas*, a crônica política e jornalística reforçaria o seu peso no campo intelectual. Nas décadas seguintes, além de Eça de Queirós, nomes como Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Carlos Malheiro Dias e Fialho de Almeida, teriam grande destaque. A vida moderna seduzia os escritores ao jornalismo e com o passar do tempo acentuaria a especialização e a separação dos campos literário e político.

## 1.9. Conclusão

Depois do percurso feito ao longo da história política, social e econômica de Portugal, percebemos que o século XIX seria o século da lenta e complexa criação do Estado moderno, da formação dos símbolos e das imagens da cultura nacional. Podemos dizer que a literatura

ocupou lugar privilegiado na construção destas imagens. Neste contexto, os intelectuais e suas literaturas podem ser reconhecidos como os artífices de um conjunto de valores que os ultrapassou e que perdurou para além das décadas do regime liberal, continuando ainda hoje a orientar o senso comum.

Eça de Queirós abraça a ideia do romance como um elemento crucial na reforma de costumes. O ideal prefixado pelo espírito realista inspira em Eça o desejo de criar e, ao mesmo tempo, fazer a “a anatomia do caráter” e “a crítica do homem”. Antônio Salgado Júnior nos relata que Eça de Queiroz informa algumas noções mais concretas do Realismo dizendo: *A arte não deve ser destinada a causar impressões passageiras, visando simplesmente o prazer dos sentidos. Deve visar a um fim moral: deve corrigir e ensinar. Se a arte não estabelece a moral, - perderá a sociedade.*<sup>13</sup>

É imbuído deste propósito que Eça escreve romances que buscam dissecar a sociedade portuguesa do século XIX, que ele quer expor, para apontar-lhe os males como, por exemplo, *n’Os Maias*.

Percebemos como a literatura, partindo do real, transforma e constrói uma abordagem paralela dos indivíduos com a sociedade, assinalada pelas convenções, pelos estilos, pelas condições políticas e sociais e pelos recortes ideológicos dominantes da época. Assim, verificamos que a literatura, além de ser parte da realidade, é também o autor, o contexto social. É uma esfera de imagens e construções da sociedade e do mundo em geral, que nos permite examinar minuciosamente situações, ambientes e práticas sociais de um determinado tempo histórico. Prova disso é que para vários escritores portugueses o seu país, em fins do século XIX, estava em plena dissolução, e as culpas desta ruína caberiam à revolução de 1820. Declara Oliveira Martins:

Tornou-se moda, para muitos, escarnecer da revolução de 20, pela sua franqueza, pelas suas ilusões, sobretudo pelo seu mau êxito (MARTINS, 1951, p. 275).

Será que o liberalismo teria criado em Portugal um caso único na Europa? Observemos a declaração atenta de Oliveira Martins, cujo juízo histórico foi implacável:

Um povo que não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não só vive de copiar, literária e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto; que não só possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio.... (MARTINS, 1951, p. 325).

---

<sup>13</sup> Antônio Salgado Junior cita Eça de Queiroz na 4ª Conferência do Casino em *História das Conferências do Casino*. Lisboa: 1871, p. 58.

Eça de Queirós, um dos conferencistas do Casino, chegou ao ponto de declarar que “toda a arte governativa do século XIX consistia em tiranizar o país com o aplauso do cidadão e em nome da liberdade”. O nome da doença: “constitucionalismo liberal”.<sup>14</sup> Será o autor falando através da boca de uma personagem? Observando o Paula, *d’O Primo Basílio*, romance publicado em 1878, que era dono de uma loja de objetos velhos e juntava-se com a carvoeira e a estanqueira para bisbilhotar quem entrava e quem saía da casa de Jorge, marido de Luísa, percebemos uma faceta da voz do escritor. O Paula detestava a alta sociedade: “Falo da alta sociedade, das fidalgas, das que arrastam sedas! É uma cambada! Eu é que sei!” (p. 239). Detestava os reis e os padres. O estado das coisas públicas enfurecia-o. Assobiava frequentemente a *Maria da Fonte*; e mostrava-se nas suas palavras um patriota exasperado” (p. 33), culpando a igreja pela imoralidade de se solidarizar com a burguesia, permitindo que o povo vivesse na miséria e sob opressão. O Paula comparava também a iniquidade social com a prostituição, uma vez que aponta durante suas aparições no romance que a aventura amorosa ilegítima da protagonista Luísa, com o primo Basílio, simboliza a decadência e imoralidade da burguesia.

Eça de Queirós, através de Julião, também personagem de *O Primo Basílio*, que vive o descontentamento e a frustração profissional, diz que Portugal do constitucionalismo “está a preceito para um intrigante com vontade! Esta gente está velha, cheia de doenças, de catarros de bexiga, de antigas sífilis! Tudo isto está podre por dentro e por fora! O velho mundo constitucional vai a cair aos pedaços... Necessitam-se Homens!” E continuava: “este país, meu caro amigo Sebastião, tem-se governado até aqui com expedientes. Quando vier a revolução contra os expedientes, o país há-de procurar quem tenha os princípios. Mas quem tem aí princípios? Ninguém; têm dívidas, vícios secretos, dentes postiços; mas princípios, nem meio!” (p. 491).<sup>15</sup>

*O Primo Basílio* é, com efeito, a representação do Portugal constitucional. As personagens são símbolos representativos de classes sociais e instituições. Portugal traído pelos seus próprios dirigentes políticos, por uma burguesia frágil, sem consciência das suas responsabilidades sociais para com a nova sociedade que surgia a duras penas.

<sup>14</sup> Eça escreveu em “Um Sonho Moderno”, que o cardeal Manning, que só apetecia a paz do céu, teve, para realizar os mandados do Céu, de se misturar ao mundo, aos clamores e às lutas do mundo para melhorar em toda a Terra o viver das classes pobres” (Notas Contemporâneas, Porto, Lello & Irmãos Ed., s/d, pp 239-40).

<sup>15</sup> Todas as transcrições do romance *O Primo Basílio*, são feitas da edição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento do Romancista, Porto: Lello & Irmãos, 1945.



O que podemos assistir, de certo modo, n'*O Primo Basílio*, são às aspirações frustradas de um país que se quis forte e livre, condensadas nas atitudes de algumas personagens.

Eça de Queirós, em *O Primo Basílio*, caracteriza as personagens com uma riqueza de traços pessoais, criando figuras comuns, extraindo delas tudo quanto as identifica. O escritor almejava pintar o retrato da família lisboeta, ou melhor, da sociedade portuguesa da época, tal como fez o Constitucionalismo desde 1830, mostrando que triste país “eles” estavam formando. Com cores vivas traça o retrato de uma mulher vencida por uma sociedade nova, e lamentavelmente uma sociedade onde perderam velhos usos e costumes.



Fotografia 03. *O Primo Basílio*, 1878. 1.<sup>a</sup> ed. Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários, 1845-1900*.

---

## O PRIMO BASÍLIO:

### O MAIS HUMANO DOS ROMANCES DE EÇA

“Perdoem, gentis meninas, se a nossa pena nem sempre for glorificadora como um sonho de Petrarca: mais a tinta moderna sai do poço da verdade”.

Eça de Queirós.

#### 2.1. Sucesso editorial

Posto à venda, em Portugal, no dia 28 de Fevereiro de 1878, *O primo Basílio* dividiu opiniões e gerou muitas polémicas. Foi escrito durante a estada de Eça de Queirós na Grã-Bretanha, em consequência de sua carreira diplomática, quando, longe de seu país, pode olhar criticamente a sociedade portuguesa, e muito mais que expô-la, explicá-la, desvendando a vida da média burguesia lisboeta.

A primeira edição de *O Primo Basílio* foi publicada pela editora Chaldron do Porto em 1878. Alcançou sucesso junto ao público não só de Portugal, mas também do Brasil. Esta edição, com 3.000 exemplares, esgotou-se rapidamente e neste mesmo ano é lançada uma segunda edição revista. Em uma carta endereçada a Ramalho Ortigão datada 03/11/1877, Eça de Queirós faz a seguinte consideração acerca do romance:

(...) O estilo tem limpidez, fibra, transparência, precisão, *netteté*. – Mas a vida não vive. Falta a *poigne*. Os personagens – e Você verá – não têm a vida que nós temos: não são inteiramente *des images découpées* – mas têm uma musculatura gelatinosa; oscilam, fazem beijo como os queijos da serra, espapam, derretem. Há inquestionavelmente – alguma cena, alguns traços correctos: e há maravilhas de habilidades de *métier*; enfim, sou uma besta. E o que é triste é que me desespero por isso ... (QUEIROZ, 1940, p. 7).

Ao contrário de Eça de Queirós, que afirma em carta de 20/12/1878 endereçada também a Ramalho, que o romance “não era publicável; devia ter ficado em cartões – como ficam em *atelier* os quadros amalgamadamente borrados onde os pintores se familiarizam com a paleta”, o doutrinário Teófilo Braga, elogia o romance escrevendo: “como processo artístico *O Primo Basílio* é inexcédível; não haverá nas literaturas europeias romance que se lhe avante”. (QUEIROZ, 1940, p. 39).

Não só Teófilo aprova e elogia a obra, como vários intelectuais da época publicaram considerações extensas e importantes para a fortuna crítica do romance. Vejamos o que

observa o escritor Adolfo Casais Monteiro acerca do romance, nas páginas da *Seara Nova*<sup>16</sup> em 23 de Janeiro de 1943:

N' *O Primo Basílio*, cada um dos personagens está tão perfeitamente caracterizado, que eles tomam naturalmente o aspecto de tipos, de símbolos: o conselheiro, a criada biliosa, o bom rapaz, o falhado, etc. .... para não falar em Luísa e Basílio, a burguesinha leviana e o D. Juan. (...) É característico de Eça que os seus personagens não se confundam, quando os evocamos, uns com os outros; um tique, uma atitude, uma pose característica, descritos por ele bastam para nos dar uma imagem tão viva que jamais se esquece (Seara Nova, nº 806, 23-1-1943, p. 155).

Moniz Barreto, político, jornalista, escritor e professor, também publica em 1944, suas razões referentes à obra:

Pela coerência interna, pela abundância e convergência dos pormenores úteis, pela lógica veloz que conduz a acção sem desvio, da primeira à última página, pelo talento da narração e do diálogo, e, sobretudo pela perspicácia aguda com que esmiúça os escaninhos duma alma, e a habilidade dramática com que expõe a influência duma alma sobre a outra, este livro ficará sendo o exemplar culminante do romance português, comparável às obras-primas do romance estrangeiro. Há mesmo certas proporções dele, como o retrato da criada Juliana, que um simples homem de talento nunca escreveria. É aí visível a intervenção de alguma coisa de inteiramente superior (BARRETO, 1944, p. 242).

Em maio de 1945, o escritor José Régio, por altura do centenário de Eça, escreve na página do *Primeiro de Janeiro*<sup>17</sup>:

O Primo Basílio é o mais humano dos romances de Eça de Queirós – não já só o mais humano, mas simplesmente o melhor (MATOS, 1988, p. 508).

A partir destas considerações, podemos perceber que Eça de Queirós neste romance constitui uma análise da família burguesa urbana lisboeta. Para tanto, enfoca um lar burguês aparentemente perfeito, saudável e feliz, mas com bases falsas e deterioradas. Percebemos que a criação destas personagens acentua e denuncia o compromisso do romance, ou melhor, do autor com o seu tempo. Na verdade, para Eça de Queirós, nesta época, a obra deveria funcionar como arma de combate social. A burguesia – principal fonte de consumo de romances da época – deveria descobrir-se no romance e nele encontrar seus deslizos, defeitos

---

<sup>16</sup> A *Seara Nova* é uma revista fundada em Lisboa, no ano de 1921, por iniciativa de Raul Proença e de um grupo de intelectuais portugueses da época. Na sua origem era uma publicação essencialmente doutrinária e crítica, assumidamente com fins pedagógicos e políticos. O grupo de intelectuais reunidos em torno do projeto editorial a definiu como *de doutrina e crítica*, tendo como objetivo, como se lê no editorial do n.º 1, datado de 15 de Outubro de 1921, ser de *poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes*. Com a publicação pretendiam contribuir para quebrar o isolamento da elite intelectual portuguesa, aproximando-a da realidade social.

<sup>17</sup> *O Primeiro de Janeiro* é um jornal diário que se publicou na cidade do Porto pela primeira vez em 1 de Dezembro de 1868. A publicação deve o seu título às manifestações da Janeirinha, que em 1 de Janeiro de 1868 iniciaram o processo que levou ao fim da Regeneração. No cabeçalho indicava tratar-se do órgão do Centro Eleitoral Portuense.

e frustrações analisados criticamente, para, assim, poder alterar seus costumes, conduta e comportamento.

O motivo central do romance (o adultério) somado à análise queirosina, à perspectiva crítica do escritor foram os responsáveis pelo sucesso editorial da obra. Logo após a primeira edição portuguesa, o romance chega ao Rio de Janeiro, causando frisson no público e na imprensa carioca, tornando-se a “nova sensação” do momento. Prova disto é que *A Gazeta de Notícias*<sup>18</sup> de 12 de Abril deste mesmo ano comentou na coluna “Folhetim”, as primeiras reações positivas causadas pelo romance. No entanto, Machado de Assis, no mesmo ano da publicação de *O primo Basílio*, indicou nele a presença de *Eugénie Grandet* (de Balzac); e a de *La Faut de l’Abeé Mouret* (de Zola), n’*O Crime do Padre Amaro*, romance publicado em sua primeira versão em 1875. Através do pseudônimo de Ezequiel, Machado comentou a fraqueza de Luísa, protagonista de *O Primo Basílio*, e ironizou a preocupação dos realistas, precisamente Eça de Queirós, com o excesso de detalhes utilizados para retratar a sociedade.

Em um artigo publicado na revista *O Cruzeiro*, de 16 de abril de 1878, Machado de Assis, que cultivava também a crítica literária, detém-se na censura de um “realismo sem estofa, sem verdade moral”. A propósito, sublinha o referido autor:

Eu, que não lhe nego a minha admiração, tomo a peito dizer-lhe francamente o que penso: O Primo Basílio era uma reincidência nos propósitos d’O Crime do Padre Amaro, e isso “sem que a ação seja mais intensa, mais interessante ou vivaz, nem mais perfeito o estilo”. O Primo saía desta recensão estrangulado. Luísa não é uma “pessoa moral”, é um títere. A concepção é incongruente, a trama um equívoco. Luísa não conhece o remorso, só o medo da criada. Se nisto houver tese ou ensinamento, é apenas que “a boa escolha dos fâmulos é uma condição de paz no adultério (ASSIS, 1910, p. 62-63).

As dificuldades na relação entre Machado e Eça começaram quando a referida obra chegou ao Brasil com um considerável sucesso editorial e o picante do erotismo. Isso bastou para incomodar Machado. O escritor português de imediato escreve a Machado de Assis, afirmando-lhe:

O seu artigo, pela sua elevação e pelo talento com que está feito, honra o meu livro, quase lhe aumenta a autoridade. Quando conhecer os outros artigos de V.S.<sup>a</sup>, poderei permitir-me discutir as suas opiniões sobre este – não em minha defesa pessoal (eu nada valho), não em defesa dos graves defeitos dos meus romances, mas em defesa da Escola que eles representam e que eu considero como um elevado fator do progresso moral na sociedade moderna (Apud MATOS, 2000. P. 371).

<sup>18</sup> A *Gazeta de Notícias* foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, do último quartel do século XIX até 1942. Fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou a partir de Agosto de 1875. Inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (que publicava em folhetins) e debatia os grandes temas nacionais. Antimonarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de *Prudhome*) iniciou a sua campanha pela Abolição (1879). Machado de Assis, Capistrano de Abreu, e os portugueses Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, entre outros, também escreveram em suas páginas.

Através desta resposta a Machado, Eça de Queirós mostra-nos o quanto se preocupava com o Realismo, que em sua perspectiva não era “um processo formal”, mas “uma base filosófica”, uma “lei”, uma “carta de guia”, um “roteiro do pensamento humano”, a “negação da arte pela arte”, a “abolição da retórica”, a “análise com o fito da verdade absoluta”.

Eça de Queirós confessa em *A Afirmação do Realismo como nova Expressão de Arte*, título com que o escritor português refere-se à Conferência no Casino Lisbonense em 12 de junho de 1871, ser submisso a um espírito revolucionário, à Revolução. Preconiza a presença do Realismo na arte, não para impressões passageiras, mas para estabelecer a moral, com a finalidade de corrigir e ensinar, visando promover o desenvolvimento da justiça e da verdade nas ações humanas.

Quando Eça apontava o “Realismo como nova expressão de arte”, ele não se referia a uma reprodução exata do real, mas à construção de uma arte capaz de reproduzir irônica e indiretamente a realidade, envolvendo, como disse o próprio escritor, “com o diáfano manto da fantasia, a nudez forte da agressiva verdade”.<sup>19</sup>

## 2.2. Transgressão às leis: a decadência dos costumes

Eça de Queirós não escreveu nenhum romance que tratasse exclusivamente das classes menos favorecidas, econômica ou socialmente: operariado urbano, pequenos negociantes, homens do campo, empregados domésticos e profissões da plebe (criada, cozinheira, costureira, engomadeira, carvoeira, chapeleira, estanqueira<sup>20</sup> e inculcadeira<sup>21</sup>). O que encontramos em seus romances são alguns elementos representativos das camadas populares que atuam através do seu relacionamento com as classes mais favorecidas.

N’*O Primo Basílio* encontramos grande número destes elementos entre os quais se destacam: a criada Juliana Couceiro Távira, que é o retrato da miséria da população

<sup>19</sup> Candido, Antônio. *Tese e Antítese*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1978.

<sup>20</sup> O *Dicionário da Língua Portuguesa 2008*, da Porto Editora, registra **estanqueiro**, dizendo que se trata de «pessoa que tem estanco ou tabacaria; monopolizador». A palavra vem «de *estanco* + *-eiro*». Por sua vez, **estanco** (derivado de *estancar*) é «loja onde se vendem artigos estancados; estanque» ou (antiquado = palavra que caiu em desuso) «tabacaria». O *Dicionário Eletrônico Houaiss* (brasileiro) registra **estanqueiro**, dizendo que se trata de «indivíduo que tem monopólio de venda e de compra sobre determinadas mercadorias» e, como regionalismo de Portugal, «dono de estanco (“tabacaria”)». Acolhe, ainda, o feminino **estanqueira** [«dona de estanco (“tabacaria”)» ou «mulher de estanqueiro (“dono de tabacaria”)»].

<sup>21</sup> O *Dicionário da Língua Portuguesa 2008*, da Porto Editora, registra **inculcadeira** (de *inculcar* + *-deira*), trata-se de «mulher que inculca; alcoviteira», e **inculcar** significa «dar indicações a respeito de; indicar»; «sugerir; propor; recomendar»; e «infundir no ânimo de; incutir». O *Dicionário Eletrônico Houaiss* (brasileiro) registra também **inculcador** (do latim tardio] *inculcator, ōris* “que inculca”), e diz que é «que ou o que inculca, manifesta, revela, denuncia, informa» ou, por extensão de sentido, «que ou aquele que faz mexericos; alcoviteiro, intrigante».

portuguesa na sua submissão; e o Paula, dono de uma loja de trastes velhos, representando a vizinhança pobre e bisbilhoteira dos protagonistas Jorge e Luísa.

É a sociedade burguesa que prevalece nos romances de Eça, tendo como base a família, e possivelmente os seus antepassados. O poder aquisitivo era o que fazia toda a diferença. Portanto, quem não se enquadrava neste perfil, quem não tinha dinheiro nem bens, não tinha lugar nesta sociedade e vivia sempre sob o domínio burguês.

A falta de instrução, de meios, de garantias e de dinheiro, dava à criadagem a condição de escravidão, totalmente dependente da complacência e da compaixão dos dominadores, pois era a única possibilidade de conseguir o indispensável para uma simples sobrevivência.

Os poderosos permaneciam imersos na cegueira social, causada, na maioria das vezes, por deficiências na educação. Ao criar Jorge e Luísa, o autor retrata a vida tranquila e fácil da burguesia, que, de forma egoísta, agia sem compaixão social. Jorge, engenheiro de minas, funcionário do Ministério das Obras Públicas, bem-sucedido e conservador, e Luísa, moça romântica, protagonizam o casal burguês de classe média da sociedade lisboeta do século XIX. Casados e aparentemente felizes, vivem em perfeito alheamento do povo sofredor. Como diz J. Jarnaes: A ociosidade da vida de Luísa simboliza esse modo de viver. São o langor, a preguiça, a sonolência e a frouxidão que dominam os quadros domésticos burgueses<sup>22</sup>, simbolizados por Luísa:

Luísa espreguiçou-se. Que seca ter de se ir vestir! Desejaria estar numa banheira de mármore cor-de-rosa, em água tépida, perfumada, e adormecer! Ou numa rede de seda, com as janelas serradas, embalar-se, ouvindo música! Sacudiu a chinelinha: esteve a olhar muito amorosamente o seu pé pequeno, branco como leite, com veias azuis, pensando numa infinidade de coisinhas: - em meias de seda que queria comprar, no farnel que faria a Jorge para a jornada, em três guardanapos que a lavadeira perdera... / Tornou a espreguiçar-se (QUEIROZ, 1945, p. 13).

Excluídas de uma ativa participação na sociedade, de garantirem dignamente sua própria sobrevivência, de não assumirem cargos públicos e de não terem acesso ao nível superior, as mulheres do século XIX permaneciam fechadas em casa sempre à espera do marido:

Mas Luísa, a Luisinha, saiu muito boa dona de casa: tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era asseada, alegre como um passarinho, como um passarinho amiga do ninho e das carícias do macho: e aquele serzinho louro e meigo veio dar à sua casa um encanto sério (QUEIROZ, 1945, p. 9).

---

<sup>22</sup> Jarnaes, Johan – Uma leitura política de “*O Primo Basílio*”. *Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 40, Novembro 1973.

Luísa exemplifica claramente esta submissão ao marido no início do romance. Educada para o casamento, amiga das leituras romanescas, sem outras perspectivas, torna-se vítima do ambiente social que a retém fechada em casa, alheia a tudo o que acontece no mundo. Luísa, antes da viagem de Jorge era caseira, permanecia trancada em casa e o marido para ela: “Era o seu tudo – a sua força, o seu fim, o seu destino, a sua religião, o seu homem!” (QUEIROZ, 1945, p. 20).

Após a viagem de Jorge, Luísa revela-se frágil e deixa-se atingir pelo adultério. Sentimental, entrega-se ao seu primo Basílio, um conquistador que busca apenas uma aventura. Vaidoso, egoísta, finge amá-la, mas na verdade a tem apenas como um passatempo, sem se comprometer. É o protótipo do homem descomprometido e afeito aos prazeres da vida urbana.

Luísa, comprometida pelo casamento, queria fugir para o mundo exótico evocado pelo primo, queria correr riscos e entregar-se ao prazer.

A mulher burguesa é criticada por Eça de Queirós como vítima fácil de sedução em consequência da educação sentimental que recebe com bases em leituras românticas. Na sociedade da época à mulher estava proibido o prazer, e a mulher adúltera merecia a morte. A própria postura de Jorge no começo do romance revela o pensamento machista do século XIX.

Luísa torna-se produto do meio social monótono, corrupto e hipócrita em que vive. Através de suas ações, o romancista denuncia a educação formada por leituras ultrarromânticas, as bases fracas da instituição do matrimônio, a ociosidade e o tédio decorrentes da vida caseira do lar burguês. Assim, Eça constata por meio das ações da personagem a influência do meio sobre o indivíduo e prova que uma educação em bases românticas é falha.

Outra personagem do romance *O primo Basílio* que tenta romper com as bases do código moral é Leopoldina. Vítima de um casamento infeliz com João Noronha, empregado da alfândega, envolve-se em vários adultérios e escandaliza a sociedade. Leopoldina encarna o avesso da moral da época, e afronta os valores da instituição do matrimônio. Conclui o estudioso J. Jarnaes:

Leopoldina é a antítese de Luísa; enquanto nesta predomina a ânsia irreflectida de gozar a vida, Leopoldina, mais consciente, não se deixa vencer pelos homens. Detesta padres; tem horror a gerar filhos; atacando a moral burguesa, encarna uma visão do Portugal futuro, livre, forte, moderno, activo, sem injustiça social (JARNAES, 1973, p. 34).



A submissão da mulher no século XIX fica evidente pelo caráter, pelo temperamento e pelas ações das personagens: sejam elas românticas como Luísa (que é levada a cometer aventuras com o primo) ou antirromânticas como Leopoldina, cujo ímpeto para aventura é inato (MATOS, 1988, p. 376). De fato, Eça de Queirós cria personagens submissos, inquietos, mas também alguns que ousam transgredir as leis sociais da “ordem” e dos “bons costumes”.

### 2.3. As condições dos representantes das camadas populares

Os melhores exemplos de personagens, entre os que compõem as obras de Eça de Queirós, representantes das camadas populares, estão entre o pessoal doméstico. Estes apresentavam certa hierarquia: os professores e preceptores, ou seja, aqueles que apresentavam algum grau de instrução representavam o topo dessa escala social e só trabalhavam nas famílias de maior poder aquisitivo, como o preceptor Mr. Brown, responsável pela educação típica do modelo inglês aplicada a Carlos da Maia no romance *Os Maias*, que representava a criadagem fina. Os criados subalternos, normalmente com pouca instrução e pobres, encontravam-se ao mesmo tempo dentro e fora da família, incluídos e excluídos da vida doméstica simultaneamente, pois, apesar de estarem envolvidos na intimidade da casa, eram vítimas de injustiças sociais, como é o caso de Juliana, personagem de *O Primo Basílio*, que retrata de forma viva a vida do pobre, mostrando também as relações conflitantes entre patrões e criados. Esta representa a criadagem mais baixa, “de dentro”.

Juliana Couceiro Tavira, personagem em torno da qual se vai desenrolar a intriga do adultério de Luisa, é a antagonista do romance. Características peculiares e decisivas para sua formação ficam já marcadas no primeiro capítulo, quando o narrador relata seu caráter físico asqueroso:

Devia ter quarenta anos, era muitíssimo magra. As feições, miúdas, espremidas, tinham amarelidão de tons baços das doenças de coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tique nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias – mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duraque com ponteiros de verniz (QUEIROZ, 1945, p. 11).

Juliana nascera em Lisboa e era filha natural de um pai degredado em África por homicídio e de uma engomadeira que julgavam prostituta. Criada de Luísa e Jorge desde o casamento destes, ambicionava ter um “negociozito, uma tabacaria, uma loja de capelista ou de quinquilharias, dispor, governar, ser patroa” (QUEIROZ, 1945, p. 86), para se libertar das humilhações do serviço doméstico e das patroas, que sofria há vinte anos:

Como ela dizia, mudava de amos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repêlões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfaltar-se quando voltava a saúde!... (...) Nunca se acostuma a servir (QUEIROZ, 1945, p. 85).

A doença levou todas as suas mesquinhas economias que juntara durante os vinte anos de serviço árduo, frustrando os seus planos e aumentando-lhe a revolta e o despeito. Juliana revolta-se contra a sua própria natureza. Seu aspecto doentio (feia e magra, amarelada e de olhos encovados e avermelhados) caracterizado pela feiúra proveniente da falta de atributos, deixava-a azeda e amargurada. Todos a tratavam com hostilidade e colocavam-lhe alcunhas – “a isca-seca, a fava torrada, a saca-rolhas”. Seu caráter invejoso, maldoso e detestável era o prenúncio de uma vida inteira de ressentimentos contra a sociedade em geral. Desde rapariga Juliana aspirava à mobilidade social, queria ser outra pessoa, almejava tornar realidade todos os seus sonhos construídos sobre humilhações e privações. Na verdade, o que Juliana quer é ser o modelo típico do feminino português, assim como mostra a personagem de Luísa:

Juliana pusera um vestido de chita claro; dois sujeitos que estavam à porta do estanque riam, erguiam de vez em quando os olhos para a janela, para aquele vulto branco de mulher: Juliana, então, gozou! Tomavam-na decerto pela senhora, pela do engenheiro; faziam-lhe “olho”, diziam brejeirices... Um tinha calça branca e chapéu alto, eram janotas... e com os pés muito estendidos, os braços cruzados, a cabeça de lado, saboreava, longamente, aquela consideração (QUEIROZ, 1945, p. 103).

Nesta busca por viver este ambicioso modelo, Juliana passa a cultivar o hábito de odiar, sobretudo as patroas, “com um ódio irracional e pueril”. Resumia todas as patroas na mesma palavra: “uma récua!”. A patroa era para ela o “inimigo”, o “tirano”, enfim, a “criada é o animal”, a patroa, “o ser humano”. São estas humilhações e diferenças que fazem Juliana chantagear Luísa:

Tenho passado anos e anos a ralar-me!(...) É que eu que levanto-me às seis horas da manhã – e é logo engraxar, varrer, arrumar, labutar, e a senhora está muito regalada em vales de lençóis, sem cuidados, nem caseiras. Há um Mês que me ergo com o dia, para meter em goma, passar, engomar! A senhora suja, suja, quer ir ver quem lhe parece, aparecer-lhe com tafularias por baixo, e cá está a negra, com a pontada no coração, a matar-se, com o ferro na mão! E a senhora, são passeios, tipóias, boas sedas, tudo o que lhe apetece – e a negra? A negra a esfaltar-se! (QUEIROZ 1945, p. 326).

A partir da cena que irá desencadear o drama entre patroa e criada, “prenúncio da articulação do par mórbido que está no cerne de toda a ação da obra” (MATOS, 1988, p. 362), prenúncio da antipatia mútua entre as duas mulheres, estará declarada a luta de morte entre as duas infelizes que tiveram a má sorte de viverem e conviverem dentro do mesmo lar.

A luta pelo poder, travada pelo par mórbido do romance, a “piorrinha” (Luísa) e a “isca-seca” (Juliana) e consequente do adultério de Luísa, atinge o ápice quando esta é forçada a fazer o trabalho da criada. São o ódio, a chantagem e a revolta que tornam Juliana uma figura repugnante. É o ódio que torna a luta tão dura e impiedosa, resultando na morte de ambas. O que Eça novamente nos mostra é a mulher como vítima de um sistema, vítima fatal de uma sociedade que gera e forma criadas desprezíveis e senhoras mal-casadas em meio a uma instituição deficiente e decadente, psicológica, social e moralmente frágil. Eram muitas as Luísas, muitas as Julianas.

O pai de Eça, Dr. José Maria, em uma carta publicada na edição d’*O primo Basílio* de Livros do Brasil, evidencia o fato de que o ódio de Juliana “sai fora das paixões comuns” em um país “de onde a brandura dos costumes faz dos criados uma espécie de membros da família”. De fato, Juliana, movida por uma inveja, que com o tempo exagerou-se de um modo áspero, retrata a imagem de um “monstro” do ressentimento, ódio e inveja que suscita a tragédia naquele lar burguês, contando com a felicidade maléfica do maldoso Paula dos móveis, também personagem secundário “saído da paleta realista de Eça”.

Beatriz Berrini, no *Portugal de Eça de Queirós*<sup>23</sup>, enquadra tanto Juliana, como o Paula dos móveis no grupo da criadagem “rebelde”, ou seja, “daqueles que têm alguma consciência da situação social injusta de que são vítimas” (p. 86). E diz:

A não ser Juliana, os demais não são criados, no sentido português da palavra à época, mas têm patrões de que dependem ou, como o Paula, vivem de pequenos negócios e são obrigados a adular os fregueses. Os insubmissos são raros, na verdade (BERRINI, 1984, p. 86).

Eça de Queirós através da voz de Paula dos móveis, dono de uma loja de trastes velhos, compara a iniquidade social com a prostituição. O Paula, ao mesmo que cumprimenta respeitosamente Luísa, qualifica a sua casa de prostíbulo. Juntava-se com a carvoeira e a estanqueira (personagens secundárias da obra) para bisbilhotar quem entrava e quem saía da casa do engenheiro:

Nessa casa, aos domingos, reúnem-se os amigos. D. Felicidade, fidalga, representante da alta sociedade, muitíssimo católica e egoísta, é completamente destituída de compaixão social apesar da sua religiosidade. Podre, sofre de gases e namora sem resultado o conselheiro Acácio, símbolo do constitucionalismo monárquico, balofo, hipócrita e lisonjeador. Julião, o estudante de medicina, encarna a ciência positiva, mostrando-se indiferente à dor do povo oprimido. Ernestinho, escritor, epígono do Romantismo, é um expoente da cultura burguesa. Sebastião, física e moralmente são mas fracos de ânimo, é o único que tem dó do povo: faz lembrar o Portugal antigo e rural, o Portugal dum passado vil,

<sup>23</sup> Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

mas corroído agora pelo fatalismo e por isso incapaz de salvar-se. Juliana, a criada de Luísa, feia, enfermiça, cheia de ódio e desejos de vingança, espenha a miséria do povo português na sua submissão. Leopoldina, anti-romântica, menospreza a moral convencional e os valores burgueses. Jorge, que a detesta, proíbe Luísa de se encontrar com ela (JARNAES, 1973, p. 32).

A maior revolta de Paula dos móveis é contra a nobreza, representada por Basílio, que na verdade apenas convivia com aristocratas. Paula demonstra indignação com a aventura amorosa de Luísa com o primo, e suas observações sobre o caso mostram que as classes subalternas muitas vezes assumem para si o discurso moralista das classes superiores:

Apenas ela dobrava a esquina o conciliábulo juntava-se logo a cochichar. Tinham a certeza que se ia encontrar com o “peralta”. Onde seria? – era a grande curiosidade da carvoeira./ – No hotel – murmurava o Paula. – Que nos hotéis é escândalo bravio. Ou talvez – acrescentava com tédio – nalguma dessas pocilgas da baixa! / A estanqueira lamentava-a: uma senhora que era tão apositada! / – Vaca solta lambe-se toda, Sr<sup>a</sup> Helena! – rosnava o Paula. – são todas o mesmo! / -Mesmo isso! – protestava a estanqueira. – Que eu sempre fui uma mulher honeta! / E ela? – reclamava a carvoeira – ninguém tinha que lhe dizer! / – Falo da alta sociedade, das fidalgas, das que arrastam sedas! É uma cambada! (...) / E acrescentava gravemente: - No povo há mais moralidade. O povo é outra raça! (QUEIROZ, 1945, p. 238-239).

Na rua em que Luísa morava, estreita e com casas de edificação velha, havia pobres que moravam mal e representavam o símbolo típico da dependência de Portugal: “da loja, por baixo da casa Azevedo, veio a carvoeira, enorme de gravidez bestial, o cabelo esguedelhado em repas secas, a cara oleosa e enfarruscada, com três pequenos meios nus, quase negros, chorões e hirsutos, que se lhe penduravam na saia de chita”. (QUEIROZ, 1945, p. 32). A casa de Luísa era, na verdade, rodeada de casas pobres e de vizinhos bisbilhoteiros. Mas não eram só vizinhos, Juliana também morava em péssimas condições. Eça de Queirós, através destas personagens pobres, mais uma vez critica as condições a que eram submetidos:

Seu quarto era baixo, muito estreito, com o tecto de madeira inclinado; o Sol, aquecendo todo o dia as telhas por cima, fazia-o abafado como um forno; havia sempre à noite um cheiro requentado de tijolo escandecido. Dormia em um leito de ferro, sobre um colchão de palha mole coberto duma colcha de chita (QUEIROZ, 1945, p. 80).

O contraste entre riqueza e pobreza, entre os asseios das senhoras e a sujeira e feiura dos serviçais foi o ponto culminante para gerar um relacionamento antagônico entre a patroa e a criada. “A pobreza é feia em si mesma. É injusta e não pode ter beleza: é o incogrúente” (BERRINI, 1982, p. 91). A vida de Juliana foi marcada desde a infância por insatisfações – sentimentais, familiar e profissional – criando uma rebeldia amordaçada pela necessidade de sobrevivência. A intenção do autor era criar a empregada feia, antipática e ignorada pela sociedade, enquanto a patroa era agradável e atraente. Contudo, seu espírito crítico apontava uma controvérsia: quem estava com a razão era a antipática e não a agradável. Quem vivia de aparências era a patroa e não a criada. Então, Juliana, cresce com uma deformidade humana,

acumulando frustrações e ódio. Sua participação mostra um dos princípios do realismo, que tende tratar de maneira dramática a vida cotidiana nos seus detalhes mais profundos.

Eça de Queirós constrói Juliana dentro do quadro histórico da época. Sem família, depende totalmente dos patrões para sobreviver, é solteira, não tem filhos, tem pouca instrução, ganha mal e trabalha como escrava, porém anseia por uma projeção social. O que o autor faz, em *O primo Basílio*, é reagir contra o sentimental escrevendo como um patologista social. Assim, ele criou alguns retratos das mulheres portuguesas do seu tempo.

Juliana e Joana representam o feminino da classe inferior portuguesa, portanto não são criadas em seu habitat natural, nas suas relações sociais, econômicas e mentais. Juliana é apresentada como vítima de um sistema social. Joana talvez não. Vejamos...

Personagem secundária do romance *O primo Basílio*, Joana é cozinheira de Luísa e Jorge e amante de Pedro, o carpinteiro. Mesmo vivendo desviada das intimidades do lar burguês, habita debaixo do mesmo teto dos patrões, totalmente depende deles, assim como Juliana. Sua participação na obra é evidenciada no terceiro capítulo, quando Juliana fala que Luísa permitiu sua ida ao médico, intensificando a oportunidade de Joana ficar sozinha em casa:

A cozinheira fez-se vermelha, pôs-se a cantar, foi logo sacudir, estender na varanda um velho tapete esfiado; e os seus olhos não deixavam, defronte, uma casa baixa, pintada de amarelo, com um portal largo, – a loja de marceneiro do tio João Galo, onde trabalhava o Pedro, o seu amante. A pobre Joana babava-se por ele. Era um rapazola pálido e afadistado; Joana era minhota, de Avintes, de família de lavrador, e aquela figura delgada de lisboeta anêmico seduzia-a com uma violência abrasada. Como não pode sair à semana, metia-o em casa, pela porta de trás, quando estava só; estendia então na varanda para dar sinal o velho tapete desbotado, onde ainda se percebiam os paus de um veado. Era uma rapariga muito forte, com peito de ama, o cabelo como azeviche, todo lustroso do óleo de amêndoas doces. Tinha a testa curta de plebéia teimosa. E as sobranceiras cerradas faziam-lhe parecer o olhar mais negro (QUEIROZ, 1945, p. 65-66).

Nesta passagem do romance, Eça destaca claramente a origem de Joana, suas características físicas e um fator muito interessante, o antagonismo em relação a Juliana, embora ambas estejam em condições de igualdade na escala social. Joana, ao contrário de Juliana, tinha uma sexualidade exagerada num corpo totalmente preparado para o amor. Como representante da classe inferior, Eça a constrói também dentro do quadro histórico e social de sua época. Solteira, sem filhos, totalmente dependente dos patrões, com pouca instrução, empregada doméstica de um lar, não buscava ascensão social.

Juliana é magra, feia, antipática e virgem. Joana é forte, doce e sensual. Podemos analisar Juliana como sagaz, pois além de almejar um subterfúgio que a promova socialmente, sabia perfeitamente lutar por isto. Joana apresentava-se totalmente oposta, era tola e tímida, almejava apenas desfrutar a vida com seu amante, longe de qualquer rito de ordem social.

Eça constrói Joana como personagem secundária de elaboração psicológica mais simples. A esperteza de Juliana, a gulodice exarcebada e o físico doentio aproximam-na de Joana, além, é claro, da situação econômica e social, ainda que reprovando seus encontros com o carpinteiro. Como Juliana tem a cozinheira “na mão”, conseguia um certo regalo no caldinho quando sentia as pontadas, ou algum prato melhor de vez em quando. Diz Berrini em *O Portugal de Eça de Queiroz*:

Os pobres, na verdade, trazem no ventre uma fome insatisfeita de séculos. Por isso Juliana é gulosa: “nutre o desejo insatisfeito de comer bem, de petiscos, de sobremesas”. Conquista o seu caldinho adulando Joana, a cozinheira, fazendo vistas grossas quanto aos seus amores com o carpinteiro, que efectivamente a escandalizavam (BERRINI, 1984, p. 89).

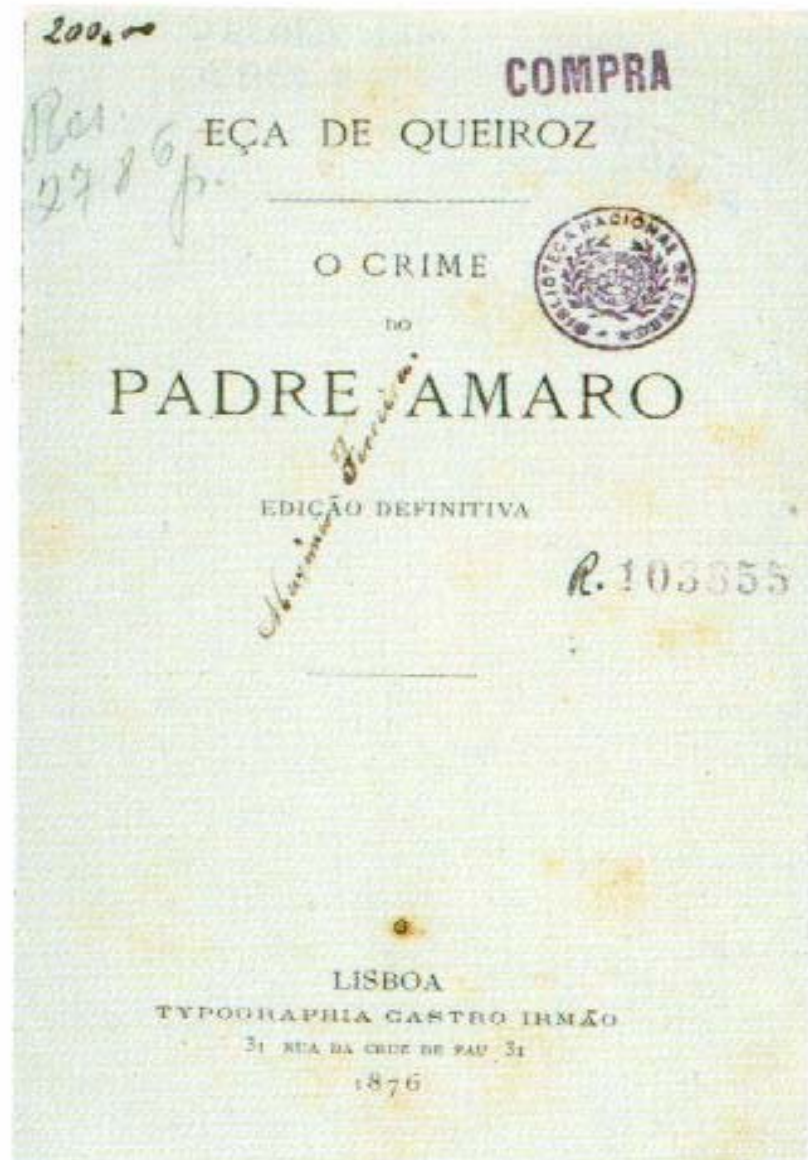
Juliana e Joana trabalham para Luísa, personagem limitada pela mediocridade da média burguesia, frágil diante da força da primeira, e fraca diante da segunda, por não conseguir defendê-la frente à chantagem de Juliana, uma vez que teve que demiti-la por pressão.

Refletindo sobre o momento histórico vivido pelas criadas, podemos verificar que elas agem e sofrem pressões típicas de sua época. A antagonista Juliana talvez seja a que melhor representa o momento vivido pelas classes trabalhadoras. Percebemos assim, como Eça, em sua fase realista, almejava, como ele mesmo relatou na conferência do Casino, retratar objetivamente a realidade social com o fim de contribuir para o seu melhoramento, pois o homem é um produto, um resultado e uma conclusão das circunstâncias que o envolvem.

Refletindo também sobre a interferência do realismo (enquanto escola literária) na produção artística, verificamos que Eça de Queirós criou Juliana, personagem complexa e de profundidade psicológica. Esta tem força e vitalidade, apesar de apresentar um tipo físico enfraquecido pela doença e idade, para lutar pelo que aspira: ascensão social.

A verdade incontestável é que Eça busca o jogo das relações humanas para a elaboração de suas personagens. Com um olhar aguçado sobre o feminino da época, não desprezou a serviçal doméstica, criando-a com riqueza de detalhes, destacando-a perfeitamente.

Antonio Sérgio em *Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de E. Q., Ensaios VI*, refere-se a Juliana: “uma criada excepcionalíssima... com tal capacidade e eficácia de ódio que constitui um caráter dos de maior relevo de toda a literatura de ficção do Mundo, capaz de por si só imortalizar um autor” (MATOS, 1988, pp. 594-595).



Fotografia 04. *O Crime do Padre Amaro*, 1876. 2.<sup>a</sup> vers.  
 Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*,  
 1845-1900.



---

### O CRIME DO PADRE AMARO:

#### “O ÚNICO ROMANCE QUE EÇA TROUXERA DO VENTRE”

“*O Crime do Padre Amaro* era o único romance que Eça trouxera do ventre, e tudo o mais eram trabalhos de humorismo”.

(Fialho de Almeida, *Figuras de destaque*, p. 138).

#### 3.1. Crítica à sociedade Portuguesa

*O Crime do padre Amaro* foi um romance originariamente publicado na *Revista Ocidental*, em 1875, e posteriormente submetido a duas revisões profundas, que dariam origem às edições de 1876 e 1880. Alberto Machado da Rosa situa a composição deste romance em 1871-72. Esta primeira versão foi subseqüentemente publicada em 1875 e causou aborrecimento no autor, pois Jaime Batalha Reis (secretário da revista) não lhe enviou as provas para revisão antes da publicação. Isso provocou uma reação violenta no autor que mandou Batalha Reis suspender imediatamente a publicação do romance, uma vez que não tinha feito a revisão das 136 páginas inéditas que já apontavam a caracterização e intensidade do tema e da crítica social.

Em 1876 o editor Chardron, do Porto, comprou a primeira edição em volume, que foi custeada pelo pai de Eça, o Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz. Esta foi uma edição refundida e ampliada, na qual foram impressas somente 800 exemplares.

Chardron também lançou, em 1880, a segunda edição em volume, que foi publicada com quase o dobro de páginas da anterior, tendo sido revista por Eça de Queirós em Bristol, entre outubro de 1878 e outubro de 1879. Esta é uma nova versão da primeira edição em livro, e vem com um prefácio em que o romancista se defende da acusação que lhe fizera Machado de Assis de que *O Crime do padre Amaro* era a imitação de *La Faute de L' Abbé Mouret* de Zola. No *Cruzeiro* de 16 de Abril de 1878 escrevia o romancista brasileiro:

Que o Sr. Eça de Queiroz é discípulo do autor do *Assomoir*, ninguém há que o não conheça. O próprio *Crime do Padre Amaro* é imitação do romance de Zola, *La Faute de l' Abbé Mouret*. Situação análoga; iguais tendências; diferença do meio; diferença do desenlace; idêntico estilo; algumas reminiscências, como no capítulo da missa, e outras; enfim, o mesmo título. Quem os leu a ambos, não contestou de certo a originalidade do Sr. Eça de Queiroz, porque ele a tinha, e tem, e a manifesta de modo afirmativo; creio até que essa

mesma originalidade deu motivo ao maior defeito na concepção do *Crime do Padre Amaro*. (ASSIS, 1910, p. 59)

O nosso objetivo não é proceder a um estudo profundo das diferenças que encontramos, nas três versões deste romance, mas não podemos deixar de citar que uma das verificações feitas pelos críticos que se dedicaram ao estudo comparativo destas três versões é a existência de uma perceptível evolução da personalidade da personagem protagonista do romance, que inclusive, empresta seu nome à obra. Vejamos como Alberto Machado da Rosa diferencia o padre Amaro nas três versões:

Em 1875, [Amaro] é o homem dominado pelo instinto, apesar da sua condição de eclesiástico; em 1876, é o sedutor, que chega a aproveitar-se do confessorário para alcançar os seus fins e a matar seu filho, por covardia. Em 1880, a sensualidade domina-o como sempre, mas, me vez de perverso e assassino, é, sobretudo mau padre e egoísta. Utilizando-se de todas as manhas e artimanhas clericais, explora a candidez e o caráter supersticioso de Amélia. Conseguir insinuar-se a ponto de convencê-la de que amá-lo carnalmente é quase um mandato divino (ROSA, 1967, p. 174).

João Gaspar Simões compreende que o romancista, de versão para versão, foi evoluindo e mostrando mais maestria ao elaborar suas técnicas narrativas que caracterizam a estética naturalista. Vejamos o que ele diz:

Na verdade, a primeira versão do romance difere profundamente das subseqüentes, em especial da terceira, que é nesta que Eça de Queirós, já então inteiramente rendido ao naturalismo posto em prática no *Primo Basílio*, procura converter o *Crime* num quadro experimental dos costumes eclesiásticos (SIMÕES, 1986, p. 469).

Eça de Queirós em nota da segunda edição escrita em 1 de janeiro de 1880, em Bristol, relata que “*O Crime do Padre Amaro* é apenas, no fundo, uma intriga de clérigos e de beatas tramada e murmurada à sombra duma velha Sé de província portuguesa” (QUEIROZ, 1945, p. 8). Eça finaliza esta nota agradecendo à crítica do Brasil e de Portugal pela atenção dedicada às suas obras.

De fato, o romance *O Crime do Padre Amaro* foi extremamente criticado, e, no conjunto das obras de Eça de Queirós, é um dos títulos mais problemáticos e controversos. Logo na sua primeira edição suscitou leituras críticas muito desiguais, portanto não poderia deixar de ser uma obra importuna, incômoda, na qual encontramos o romancista trabalhando com ousadia uma abordagem que evidenciava o desejo sexual em confronto com as imposições sociais e da vida eclesiástica.

*O Crime do Padre Amaro* não se resume a uma obra de críticas; é também um livro de pura arte. É um documento humano e social do país e de sua época. Para Álvaro Lins, “este livro não inovou, apenas, a carreira literária de Eça de Queirós. Foi a própria literatura portuguesa que ele revolucionou, com espantosa violência, iniciando o realismo português –

do qual o seu autor se tornou, de repente, o profeta, o pregador e o mestre” (LINS, 1966, p. 63).

Eça inovou com sua estética. Criou no seu romance um espaço cada vez mais vasto formado por inúmeras personagens. Foram elas que deram vida à cidade e ao país. O aumento da crítica social intensificou-se com os traços negativos das personagens. A condenação das corruptas instituições portuguesas completa a versão definitiva do romance. Assim, *O Crime do padre Amaro* transformou-se, de romance de costumes (em sua primeira versão) em apelo a uma mudança social (na versão final).

Logo no primeiro capítulo percebemos que as muitas personagens são classificadas de acordo com seu grau de proximidade da ação principal e do seu grau de elaboração. Portanto, Amaro e Amélia, protagonistas, levam por diante a ação central. Eles surgem em um ambiente em que o próprio papel da religião é alvo de grandes polêmicas e discussões e a moralidade de cada personagem é posta à prova. Enquanto a trágica história de amor se desenvolve, personagens secundários travam instigantes debates sobre o papel da fé.

Em proximidade com a ação central, podemos destacar as personagens mais importantes S. Joaneira e Cônego Dias, criados com elaboração extensiva. Entre as personagens secundárias destacamos João Eduardo, Gustavo, Ruça e Dionísia. Ainda contamos com os padres e as velhas beatas, que criam o cenário que determina o curso do romance. Amaro ocupa o espaço de personagem protagonista, cujos costumes deixam pressupor a sua própria queda. É através de uma ironia aguda e destrutiva que Eça de Queirós descreve suas personagens e Amaro é um exemplo desta técnica, pois a caracterização física do protagonista é criada como se fosse a observação atenta de um modelo real. Esta concepção era, naturalmente, um ideal da escola realista-naturalista: “Parecia bem feito; tinha um cabelo muito preto, levemente anelado. O rosto era oval, de pele trigueira e fina, os olhos negros e grandes, com pestanas compridas” (QUEIROZ, 1945, p. 27).

O olhar é feminino. Esta descrição pormenorizada é feita pela S. Joaneira, quando, à mesa de jantar, o admira mentalmente. Logo no início do romance percebemos que Amaro havia-se tornado padre sem vocação, apenas por que sua madrinha, a Marquesa de Alegros, desejava e também porque assim ascenderia socialmente. Como seminarista, já alimentava fantasias sexuais com a imagem da Virgem Maria:

Na sua cela havia uma imagem da Virgem coroada de estrelas, pousada sobre a esfera, com o olhar errante pela luz imortal, calcando aos pés a serpente. Amaro voltava-se para ela como para um refúgio, rezava-lhe a Salve-Rainha: mas, ficando a contemplar a litografia, esquecia a santidade da Virgem, via apenas diante de si um linda moça loura; amava-a; suspirava; despindo-se olhava-a de revés lubricamente; e mesmo a sua curiosidade ousava erguer as pregas castas da túnica azul da imagem e supor formas, redondezas, uma carne branca... (QUEIROZ, 1945, p. 43).

A intenção do romancista ao escrever *O Crime do padre Amaro* não era somente fazer a denúncia dos vícios do clero, mas também descrever a vida na província portuguesa. As personagens centrais, Amaro e Amélia, são criticadas pelo narrador. As personagens secundárias são criadas para revelar os embates e dilemas da sociedade em que estão inseridas.

Eça de Queirós trouxe para *O Crime do padre Amaro* um cenário recheado de personagens pobres, e suas caracterizações mostram os ambientes, as classes sociais em conflito constante, o desejo de ascensão de alguns, a mesquinhez e vilania de outros.

Eça de Queirós raramente dá ao proletariado posição de protagonismo em suas obras. Em *O Crime do padre Amaro*, entretanto, temos o maior número de personagens das camadas populares, dentre os romances de Eça.

### 3.2. Amaro: O retrato de um homem ou de um padre?

Baseado no ideal da escola naturalista-realista, Eça de Queirós criou a caracterização física de seu protagonista Amaro Viera. Como se observasse um modelo real, o romancista acumulou pormenores na elaboração das características físicas, morais e psicológicas de Amaro. Natural de Lisboa, filho de um criado do marquês de Alegro e uma criada de quarto da marquesa, Amaro fica órfão muito cedo: “O pai de Amaro tinha morrido de apoplexia; e a mãe, que fora sempre tão sã, sucumbiu, daí a um ano, a uma tísica de laringite. Amaro completara então seis anos” (QUEIROZ, 1945, p. 33). A marquesa resolve fazê-lo padre. Ele aceita o sacerdócio passivamente, sem qualquer vocação para o exercício da função, o que contribui para fazer dele a espécie de padre que mais tarde se torna.

Por meio de *flashback* Eça descreve o desenvolvimento físico de Amaro antes do tempo da ação (sua ida para Leiria), quando ele, ainda pequenino, passou a ser criado e educado pela marquesa. Seu aspecto doentio e débil o destinava já à carreira eclesiástica: “A sua figura amarelada e magrita pedia aquele destino recolhido” (QUEIROZ, 1945, p. 34). Com sua entrada para o seminário o autor descreve, através da mesma técnica, a primeira indicação que há em Amaro uma atração física: “Achou logo amizades; o seu rosto bonito agradou. Começaram a tratá-lo por tu, a admiti-lo” (QUEIROZ, 1945, p. 40). Contudo, a evolução significativa do aspecto físico do protagonista aparece depois de ter passado um ano no ar da serra de Feirão: “Os ares lavados e vivos da serra tinham-lhe fortificado o sangue; voltava robusto, direito, simpático, com uma boa cor na pele trigueira” (QUEIROZ, 1945, p. 48). Mas, a finalização do retrato de Amaro aparece impessoalmente: “Falava-se da chegada do

pároco novo, e todos sabiam já que tinha trazido um baú de lata, que era magro e alto, e que chamava Padre-Mestre ao cónego Dias” (QUEIROZ, 1945, p. 65).

A partir do desenvolvimento físico de Amaro, torna-se evidente que a influência do meio é demonstrada pela narrativa em *flashback* que Eça apresenta. Amaro apresenta-se física e psicologicamente um fraco, por aceitar passivamente o seminário e o sacerdócio. Esta fraqueza é ainda mais reforçada pela educação que recebeu. Sua origem está no fato de sua sensualidade ter sido despertada muito cedo, pois as criadas o tornaram afeminado. Estas, na ausência da marquesa, vestiam Amaro de mulher, e ele imitava então as atitudes femininas:

As criadas de resto feminizavam-no, achavam-no bonito, aninhavam-no no meio delas, beijavam-no, faziam-lhe cócegas, e ele rolava por entre as saias, em contacto com os corpos, com gritinhos de contentamento. Às vezes, quando a senhora marquesa saía, vestiam-no de mulher, entre grandes risadas; ele abandonava-se, meio nu, com os seus modos lânguidos, os olhos quebrados, uma roseta escarlate nas faces (QUEIROZ, 1945, p. 35).

Quanto à influência moral das criadas, o desenvolvimento de Amaro é como mentiroso e intriguista: “as criadas além disso, utilizavam-no nas suas intrigas umas com as outras: era Amaro o que fazia as queixas. Tornou-se enredador, muito mentiroso” (QUEIROZ, 1945, p. 35). Torna-se evidente a base da sensualidade de Amaro e a sua disposição para mentiras e intrigas. Portanto, na caracterização moral do protagonista, percebemos fortemente marcada a influência do meio como determinante para o caráter do homem. O resultado é que Amaro vive constantemente envolvido em mentiras, intrigas, hipocrisia e egoísmo. É a personagem mais controversa e inquietante do romance, colocando em destaque a questão do celibato dos padres. Seu caráter deve-se, a princípio, ao fato de ter sido criado entre as saias das criadas da marquesa de Alegros.

Da criança tímida e seminarista sufocado pela repressão à sexualidade e pela disciplina rígida, surgem o padre e o homem. Com a influência dos colegas com que convive, o protagonista, um belo rapaz simpático, se interessa por Amélia, jovem, alta, muito bem feita, alegre, simpática e bonita.

O padre de certa forma amaldiçoa a religião quando Amélia engravida, pois é impedido de assumir o filho e busca uma solução para evitar o escândalo. O destino de Amélia fica nas mãos de Amaro, submisso às normas sociais, ambicioso de permanecer dentro dos quadros reconhecidos moralmente pela sociedade. Amaro exerce sobre Amélia uma ação muito profunda, manobrando-a facilmente e, erro após outro, ela deixa-se levar pela paixão. Apaixona-se rapidamente por ele, apesar de manter um noivado, sem amor, com João Eduardo. Quando Amélia engravida e Amaro consegue afastá-la para que ninguém suspeite, esta começa a descobrir o mau caráter do amante e, sem objetivos, começa a idealizar a

maternidade como uma saída para sua existência. Sonha com o perdão de João Eduardo. Porém, morre no parto. Sua morte representa o castigo e a solução para a inconciliável dualidade de moça solteira e mãe. Amélia, se sobrevivesse, viveria marginalizada. Depois de sua morte, o egoísmo de Amaro atinge o auge.

Amaro é fraco para escolher um caminho mais humano. Depois que seu filho nasce, o quer vivo, mas, por não haver tempo de entregá-lo à outra ama, assina a sentença de morte da criança entregando-o a Carlota. Quando no dia seguinte, arrependido, vai procurar pelo filho, a criança está morta. Percebemos então, que a carreira sacerdotal de Amaro é o reflexo da sua vida moral. Como apresenta um caráter fraco, sua vida é influenciada pela decadência que o rodeia, passando de padre sem relevo a padre corrupto e cínico (já em Lisboa).

Eça de Queirós traça uma narrativa em flashback para apontar as forças sociais que impeliram Amaro a seguir a carreira eclesiástica. Amaro não possui nenhuma vocação para o sacerdócio. Aceita-o por comodismo; sua conduta covarde tem correspondência com as atitudes de um sacerdote. Porém o lado material da profissão também o atrai. O romancista critica o clero desde o início da narrativa. A elite aparece em *O Crime do padre Amaro* na figura dos padres e dos políticos, e estes agem apenas por interesses grosseiramente materiais: dinheiro, poder e sexo. Há constantemente uma contradição entre o que realmente são e o que aparentam ser.

Com a técnica de *flashback* empregada por Eça, o narrador fundamenta o caráter de Amaro, de acordo com os princípios da estética realista-naturalista. Amaro, logo no terceiro capítulo do romance, lembra-se, em especial, que os padres que frequentavam a casa da Marquesa de Alegros eram muito aristocráticos, cantavam belas missas, comiam finos doces e falavam suavemente às mulheres, confraternizavam com elas em contato íntimo e recebiam presentes em salvas de prata:

Nunca ninguém consultara as suas tendências ou a sua vocação. Impunham-lhe uma sobrepeliz; a sua natureza passiva, facilmente dominável, aceitava-a, como aceitaria uma farda. De resto não lhe desagradava ser padre. Desde que saíra das rezas perpétuas de Carcavelos conservara o seu medo do Inferno, mas perdera o fervor dos santos; lembravam-lhe porém os padres que vira em casa da senhora marquesa, pessoas brancas e bem tratadas, que comiam ao lado das fidalgas e tomavam rapé em caixas de ouro; e convinha-lhe aquela profissão em que se fala baixo com as mulheres, - vivendo entre elas, cochichando, sentindo-lhes o calor penetrante, - e se recebem presentes em bandejas de prata (QUEIROZ, 1945, p. 38).

Amaro demonstra uma atração acentuada para vida de luxo. Ele quer ascender socialmente. Porém o conflito entre sua sexualidade e o celibato exigido pela Igreja tornam-se um obstáculo em sua vida. Sua falta de vocação e vontade fundamentalmente fraca fazem-no o padre que mais tarde se torna.

É através da influência do conde de Ribamar que Amaro obtém a paróquia em Leiria, onde se hospeda na casa da S. Joaneira e torna-se amante de sua filha Amélia. A casa apresenta um ambiente de servilismo beato, que, somado ao cinismo explícito dos seus colegas de batina, acaba fazendo com que ele se metesse em várias ações desonrosas. No fim do romance, Amaro torna-se idêntico aos seus pares. Em uma conversa com o Cônego Dias, mostra, de forma clara, como sua carreira eclesiástica, assim como a dos seus amigos, representa a do clero, sem vocação e hipócrita. Ambos discutem a respeito da Comuna, afirmam que seus seguidores merecem a masmorra e a forca por não respeitarem o clero e “Destroem no povo a veneração pelo sacerdócio”, caluniando a igreja. Passa então uma mulher diante deles e Dias exclama: “ – Hem, seu padre Amaro? ... Aquilo é que você queira confessar?”. Amaro responde: “Já lá vai o tempo, padre mestre – disse o pároco rindo – já as não confesso senão casadas!” (QUEIROZ, 1945, p. 616).

### 3.3. A distribuição dos personagens secundários

As personagens secundárias *d'O Crime do Padre Amaro* são uma parte importante do romance.

O objetivo do romancista parece ter sido social. Ele pretendia criticar o velho mundo burguês, devoto, católico, sentimental, explorador e aristocrático, fotografando-o ou caricaturando-o. Em *O Crime do Padre Amaro*, Eça critica o velho mundo beato e o novo mundo burguês e democrático.

O escrevente João Eduardo, apaixonado por Amélia, considera-se “um mártir do amor” e “uma vítima das perseguições religiosas”. Observa e acompanha o desenrolar dos acontecimentos na vida do protagonista, e, às vezes, tenta deter o seu curso. João Eduardo é suavemente caricaturado em relação ao seu romantismo sentimental e político. Eça descreve diretamente João Eduardo e enfatiza repetidamente o traço do seu bigode, pois o fato de o escrevente estar constantemente a retorcê-lo e a mordê-lo é, sem dúvida, indicação de um hábito nervoso: “Era alto, todo vestido de preto: sobre o rosto de pele branca, regular, um pouco fatigado, destacava bem um bigode pequeno, muito negro, caído aos cantos que ele costumava morder com os dentes” (QUEIROZ, 1945, p. 71). Inimigo dos padres, achava-os um “perigo para a civilização e para a liberdade; supunha-os intrigantes, com hábitos de luxúria, e conspirando sempre para restabelecer as trevas da Meia-Idade”. Odiava a confissão, “que julgava uma arma terrível contra a paz do lar; e tinha uma religião vaga – hostil ao culto, às regras, aos jejuns, cheia de admiração pelo Jesus poético, revolucionário, amigo dos

pobres, e pelo sublime espírito de Deus que enche todo o Universo!” (QUEIROZ, 1945, p. 186). Moralmente, João Eduardo era visto como um jovem de boas qualidades, mas pelas velhas beatas é considerado irreverente. Amélia chama atenção para sua seriedade e modéstia: “João Eduardo estava lá, modesto, sério, todo vestido de preto. Havia muito que Amélia o conhecia; mas naquela tarde, reparando na brancura da sua pele e na gravidade com que ajoelhava, pareceu-lhe muito bom rapaz” (QUEIROZ, 1945, p. 101). É extremamente romântico, tanto nas suas atitudes políticas, quanto na compaixão que tem por si mesmo. A insistência com que importuna Amélia reflete falta de amor próprio, conduzindo-o a alguns vícios menores baseados no ciúme, tais como, embriaguez e mentiras.

João Eduardo estava sempre presente nas reuniões da Rua da Misericórdia. Desde a chegada do padre Amaro a este lugar, onde vivia Amélia, enchia-se de ciúmes, o que acarretou a publicação do “Comunicado”, na *Voz do Distrito*, onde Dr. Godinho, diretor desse jornal, imprimia reprovações severas contra o clero. Assinara “Um liberal” e denuncia as torpezas dos padres de Leiria. As relações de João Eduardo com Amélia, durante a maior parte do romance, são unilaterais. Embora ele sinta por ela grande atração, ela tem por ele grande indiferença: “E João Eduardo, então, falando-lhe junto do rosto, disse-lhe a sua grande paixão. Tomou-lhe a mão, repetia todo perturbado: – Gosto tanto de si! Gosto tanto de si!” (QUEIROZ, 1945, p. 104). O romancista descreve por várias vezes durante o romance quão atencioso e sentimental João Eduardo é, principalmente durante a doença de Amélia. Mas esta não quer mais falar-lhe e as portas da S. Joaneira fechar-se-lhe-ão para sempre.

Um dia, saindo da taberna do tio Osório um pouco bêbado, o escrevente procura Amélia na Rua da Misericórdia. A criada não o recebe. No largo da Sé, ao encontrar o padre Amaro, atira-lhe um murro e é preso. Vemos aqui a ruptura da ordem estabelecida. Com isso é despedido do cartório onde trabalha e tenta ir viver em Lisboa. Antes disso, porém, consegue a proteção do Morgadinho de Poiais, que possui um “ódio maníaco” ao clero. João Eduardo será contratado pelo Morgadinho como preceptor dos seus filhos. Mesmo sem ser correspondido por Amélia, João acompanhará o seu enterro carregado de tristeza, desfalecendo junto de sua sepultura. Maria Luísa Nunes comenta a posição de João Eduardo no romance de Eça:

A sua função principal no âmago do romance parece ser a de fornecer mais um ponto de vista e criar um certo *suspense* quando, temporariamente, obstrui o curso dos acontecimentos escrevendo o “Comunicado”, e, em consequência dele, persuadindo Amélia a concordar em casar com ele. (NUNES, 1976, p. 282).

João Eduardo é um espectador impotente da ação do romance. Torna-se uma testemunha da tragédia de Amélia. É salvo pelo Morgadinho de Poiais, um anticlerical,



representante da nova burguesia. Na realidade não existia título nenhum, apenas recebeu da população da aldeia o título por ter comprado a propriedade dos Morgados dos Poiais. O que existia era poder e influência. Era rico e desprezava os valores da velha elite. É o seu ódio aos padres que o leva a tomar João Eduardo como preceptor dos filhos, oferecendo boa remuneração, uma família, uma posição e uma reabilitação estrondosa. O Morgadinho desafia a elite de Leiria quando ampara João: “Cá o trago, cá o trago em triunfo! Vem para quebrar a cara a toda a padraria... E se houver custas a pagar, sou eu que as pago!” (QUEIROZ, 1945, p. 533). Analisa Maria Luísa Nunes a respeito do Morgadinho de Poiais:

O Morgadinho dos Poiais funciona como um novo elemento social em Portugal – a nova burguesia enriquecida, nascida com a implantação do liberalismo na primeira metade do século dezenove. Como tal, ele é violentamente anticlerical e demonstra as modernas tendências da nação (NUNES, 1976, p. 432).

O que realmente acontece de importante nesta esfera do romance é o Morgadinho de Poiais salvar João Eduardo da humilhação e da pobreza e levá-lo novamente a Leiria, onde o jovem passa a ter esperanças de casar-se com Amélia e também uma nova posição na sociedade.

Outra personagem que merece destaque em *O Crime do padre Amaro* é Gustavo, o tipógrafo revolucionário da *Voz do Distrito*. Assim como João Eduardo, Gustavo é “rebelde” e clamará pela necessidade de uma revolução capaz de “arrasar tudo, tudo!” (QUEIROZ, 1945, p. 324). Apesar de sua retórica revolucionária, tem grande respeito pela aristocracia. Gustavo não participa da ação principal do romance, mas é personagem valiosa para a política, visto que sua passagem pela história reflete a corrente radical que vigorava na Europa no tempo em que o autor escreveu o romance. É João Eduardo quem primeiro observa Gustavo:

Dobrava a esquina no terreiro, quando ao pé da casa de pasto do Osório se encontrou com um moço de quinzena clara debruada de uma fita negra muito larga, e com um bigodinho tão preto que parecia posição sobre as suas feições extremamente pálidas. (...) Era um Gustavo, tipógrafo da *Voz do Distrito*, que havia dois meses fora para Lisboa. (QUEIROZ, 1945, p. 311-312).

A amizade entre Gustavo e João Eduardo surgiu entre as conversas sobre religião, em que ambos demonstravam um anticlericalismo acentuado e grande admiração por Jesus Cristo. Gustavo fora viver em Lisboa para poder estar perto de um centro operário e exercer atividades associativas. Desde que frequentara o clube democrático de Alcântara e ajudara uma greve, achava-se exclusivamente ao serviço do proletariado. A taberna do Tio Osório é o local de encontros sociais, um centro de opiniões políticas, onde João Eduardo encontra Gustavo para conversar sobre suas lutas contra o clero de Leiria. Gustavo, revolucionário, prioriza a política radical e minimiza os aspectos sentimentais da questão. É inteligente, bem

educado e politicamente ativo. Escreve artigos sobre política estrangeira. Segundo Agostinho era “rapaz de cabeça e instruído, mas de idéias do diabo”. Moralmente, era visto como responsável: “Mas como sustentava a mãe, velha e doente, e como era mais econômico viverem juntos, voltara a Leiria” (QUEIROZ, 1945, p. 312). Sua ideologia radical é bem formada. Fala das suas esperanças numa revolução, da injustiça da riqueza e do sofrimento dos pobres. O autor cita causas contemporâneas nas atitudes políticas de Gustavo:

Escrevia às vezes artigos de Política Estrangeira, onde introduzia frases poéticas e retumbantes, amaldiçoando Napoleão III, o czar e os opressores do povo, chorando a escravidão da Polónia e a miséria do proletário” (QUEIROZ, 1945, p. 312).

O grupo profissional e social chamado “pessoal doméstico” tem também importância no conjunto d’*O Crime do padre Amaro*. Vejamos...

Ruça é a criada da S. Joaneira. Embora tuberculosa, serve as várias vistas da Rua da Misericórdia, leva recados e contribui para dar verossimilhança ao ambiente da casa de S. Joaneira. Além de ser enfezada e sardenta, seu traço característico mais marcado é a falta de saúde: “Muito achacada, muito! ... A *Pobre de Cristo* era sua afilhada, órfã, e estava quase tísica. Tinha-a tomado por piedade...” (QUEIROZ, 1945, p. 29).

Escolástica é a criada de Amaro. Sua primeira aparição no romance é narrada pelo autor: “D. Josefa Dias arranjava-lhe muito barata uma cozinheira excelente, e que se chamava Escolástica” (QUEIROZ, 1945, p. 411). A criada exprime uma opinião muito aquém da verdade quando Dionísia traz a notícia da morte de Amélia: “Parece que tinha muita amizade à menina – começou a Escolástica, falando baixo como na casa dum moribundo”. O autor revela-nos que ela também sofria do coração: “A Escolástica também sofria do coração; mas nela eram flatos, dos maus tratos que lhe dera o marido... Ah, tinha sido bem infeliz também!” (QUEIROZ, 1945, p. 594). Sua atuação no romance serve para dar verossimilhança ao ambiente da casa de Amaro.

Gertrudes é a criada do Cônego Dias. Além de servir o Cônego Dias e D. Josefa, participa do parto de Amélia na Riçosa. Seu traço característico mais marcado é estar sempre embrulhada em um xale: “O Cônego vivia só com uma irmã velha, a Sra Josefa Dias, e uma criada, que todos conheciam também em Leiria, sempre na rua entrouxada num xale tingido de negro, e arrastando pesadamente as suas chinelas de ouro” (QUEIROZ, 1945, p. 13). O comentário que Gertrudes faz à morte de Amélia reflete um ponto de vista que julga os acontecimentos que acabaram de acontecer. Esta convencida que nesta morte há um pecado e um crime: “Ai, Sr. abade, pobre criaturinha! Ia tão bem, e de repente isto... que foi por lhe tirarem o filho... eu não sei quem é o pai, mas o que sei é que nisto tudo anda um pecado e um

crime” (QUEIROZ, 1945, p. 594). Sua atuação no romance é de desempenhar as funções normais de uma criada, como servir os patrões.

Percebemos que estas criadas desempenham a função de manter a ordem e a limpeza da casa e acolher e bem tratar os hóspedes. Preenchem, de certa forma, o romance, ampliando algumas cenas. Mas também apresentam um ponto de vista a respeito da ação do romance e acontecimentos. Elas são, de certo modo, a expressão do senso comum, a “voz do povo”. A nota de humor que Escolástica acrescenta quando é avisada da morte de Amélia, não é colocada em vão pelo autor. A ironia, e talvez pudéssemos dizer “sarcarmo”, mostra o que todos sabiam, mas que Amaro e Amélia não tinham sabido esconder. O senso comum condenava e tolerava o sexo fora do casamento, desde que guardadas certas reservas e convenções. O erro maior de Amaro e Amélia talvez não tenha sido tanto terem tido relações sexuais, mas sobretudo não terem sabido esconder e manter as aparências (o que incluía o casamento de conveniência com o João Eduardo).

Neste romance podemos perceber a diferença de algumas classes sociais. Temos a burguesia, média e pequena, provinciana. Os padres e políticos representam a elite. O clero atua em meio a personagens que vivem à sombra e se constituem em prolongamentos da sua ação. A elite é concentrada nas mãos dos sacerdotes e políticos. Além deles, temos os grupos das beatas, submetidas às decisões dos membros do clero. São hipócritas, pois caem frequentemente em contradição com a vida que levam, pois praticam devoções, sem terem propriamente a fé religiosa. Outro grupo apresenta-se por Godinho, inimigo dos padres por conveniência política. Igualmente hipócrita, se diz inimigo dos padres, mas está sempre pronto a reconciliar-se com eles, abandonando João Eduardo à sua sorte.

Leiria está povoada de “fariseus”. Homens se submetendo ao poder do dinheiro e administradores que namoram a mulher alheia. Até João Eduardo, pobre escrevente, vítima dos poderosos, tem seus momentos de fraqueza, quando sente falta de coragem de dizer-se amigo de Agostinho Pinheiro. Percebemos então que a pequena burguesia aparece impotente para qualquer alteração do “status quo”. A sociedade pequeno burguesa apresenta-se incapaz de criar ou de admitir uma nova realidade social, econômica e política. Estão presos ao modelo herdado do passado e reféns também de algum modo dos novos costumes liberais.



Fotografia 05. 1ª. Edição d'O Mandarim (1880). Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*, 1845-1900.

---

**O MANDARIM:****O HOMEM COMO VÍTIMA DA SOCIEDADE E DA CONSCIÊNCIA**

“Sob a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”.

Eça de Queirós.

**4.1. Em plena Fantasia**

*O Mandarin* foi publicado entre 7 e 18 de julho de 1880. A primeira edição em volume, do editor do Porto Ernesto Chardron, apresenta um texto de maior extensão do que a primeira versão (MATOS, 1988, p. 391). Envergonhado com as promessas, falhadas, que fizera ao seu amigo Lourenço Malheiro, dono do periódico, de entregar o manuscrito d’*Os Maias*, que se comprometera a publicar neste mesmo periódico, Eça decidira enviar-lhe esta obra singular, escrita durante suas férias em Angers. Logo em 1881, aparece publicada em volume, em uma edição de luxo da casa Chardron, a primeira versão ampliada da obra.

Trata-se, antes de mais nada, de um conto – Eça assim o classificou –, e nele o autor pretendeu contrastar as obras realistas com aquilo que ele próprio qualifica de fantasia. Além disso, é uma obra cuja gestão e nascimento se deram em curtíssimo espaço de tempo. Somente a partir da quinta edição de 1907 se incluirá o prefácio em francês, que Eça escreveu para a edição na *Revue Universelle*, de Paris, em 1884. Este prefácio, intitulado “A propos du Mandarin”, é de suma importância, pois aborda o problema da dita “estética realista” em Portugal, em confronto com a especificidade da criação literária queirosiana em seu conjunto.

Em *O Mandarin* o autor segue o modelo do conto fantástico oitocentista, recriando o pacto diabólico a fim de destacar o conflito interno da personagem. Assim, afastando-se, a princípio, da estética realista-naturalista, Eça cria um texto à parte no conjunto de sua obra devido a seu caráter fantasista e cômico.

Narrado em primeira pessoa, toda a trama de *O Mandarin* se concentra à volta de um único personagem (Teodoro). A ação é reduzida em um único acontecimento (uma campanha que, sem qualquer tipo de explicação, mata o mandarim Ti-Chin-Fú), que traz como consequência todos os desenvolvimentos posteriores. Percebemos nesta obra o romancista afastando-se das fórmulas estritas do romance experimental e das obras de análise, ao criar

uma "obra pertencente ao sonho e não à realidade"<sup>24</sup>, inventada e não fruto da observação "científica", cujo enredo tem participação de uma figura declaradamente romântica: o Diabo, de sobrecasaca, representando a tentação para o homem de emoção, que caracteriza, segundo Eça de Queirós, o espírito português.

Que surpresa para os leitores de Eça de Queirós! Afastado da realidade social que retratara e observara n'*O Crime do padre Amaro* e n'*O primo Basílio*, não podemos deixar de ressaltar que o autor vivia numa Inglaterra que à altura ainda era o maior império do Ocidente. Portanto, em 1880, deixando para trás Lisboa e Leiria, o olhar agudo de Eça de Queirós estaria voltado para as vigentes negociações referentes à política mundial.

As características presentes no tema denunciam um universo mágico. Apesar de Eça ser o precursor do realismo em Portugal, ainda assim preocupou-se em questionar o modelo de literatura que ele próprio forjara. É bem verdade que o leitor é convocado também a lançar sobre esta obra um olhar incrédulo, uma vez que Eça não abandona a incerteza, a perplexidade e a ironia que sempre matizaram suas obras.

Seria de fato *O Mandarin* uma obra de fantasia? João Gaspar Simões observa: "Em relação ao que Eça escrevera nos últimos dez anos, sem dúvida que sim". Na verdade *O Mandarin* só era produto da fantasia porque o que nele se passava excedia o domínio dos factos. Ninguém vira ainda o diabo de chapéu alto e luvas pretas. Quando muito os leitores conheciam-no de pés de bode e unhas em garra". Observa ainda: "O mais decorre no mesmo tom de farsa satírica que devia presidir à factura das projectadas *Cenas da Vida Real*" (SIMÕES, 1980, p. 470-471).

Do ponto de vista da crítica moral, *O Mandarin* aponta para várias linhas (ao menos três) de desenvolvimento que se sobrepõem. A primeira mostra-nos que todos tratam Teodoro de acordo com a fortuna que possui. Assim, em Teodoro vemos a hipocrisia que domina as relações sociais e pessoais. A segunda envolve a auto-representação do narrador, por isso mais complexa. O ponto-chave é a ideia de que o crime não compensa, independente de qualquer outra consideração. E a prova disso é que Teodoro, após cometer o crime que lhe propicia a riqueza, tornou-se infeliz, ao ponto de só conseguir alguma paz de espírito ao retornar à vida rotineira e medíocre de hóspede pobre da pensão de D. Augusta. Num terceiro

---

<sup>24</sup> A propos du Mandarin: " Vou voulez, Monsieur, donner aux lecteurs de la Revue Universelle internationale une idée du nouvement littéraire contemporain en Portugal, et vous me faites l'honneur de choisir le mandarin, un conte fantaisiste et fantastique, où l'on voit encore des fantômes, quoique avec de très bonnes intentions psychologiques. Vous prenez là, Monsieur, une oeuvre bien modest et qui s'écarte considérablement du courant moderne de notre littérature devenue, dans ces dernières années, analyste et expérimentale; et cependant par cela même que cette oeuvre appartient au revê et non à la réalité, qu'elle est inventée et non observée, elle caractérise fidèlement, ceme semble, la tendance la plus naturelle, la plus spontanée de l'esprit potugais".

movimento (uma outra leitura igualmente possível) podemos ler que Teodoro foi fraco, foi vencido, como tantos outros e outras de seu tempo. Mas... Quantos cometem crimes semelhantes, mais sutis, mais dissimulados, e permanecem incólumes? (DAVID, 2007, pp. 49-80).

Eça de Queirós critica também o egoísmo potencialmente criminoso, personificado na figura de Teodoro, que mata o Mandarin para poder alcançar a vida luxuosa com que sempre sonhara. E a crítica não para por aí... A sociedade é também criticada porque impõem a tantos Teodoros uma vida praticamente sem horizontes.

*O Mandarin* reproduz a tensão ideológica presente na contradição entre o indivíduo como ser cultural vinculado a relações sociais, tradições, religião, convenções, aspirações, submetido a uma conduta não original, dependente do coletivo.

Teodoro, homem de pouca fé, tornou-se facilmente alvo da corrupção. Envolvido em uma sociedade corroída pelo vício, não soube avaliar a gravidade da situação e pensou somente em si mesmo. O seu grande dilema é a opção entre a riqueza e a pobreza. Preferiu a primeira, com a consciência pesada, à segunda, mesmo com alguma paz de espírito. Porém, não pode gozar plenamente da riqueza alcançada, pois a fonte de seus bens é um crime, ainda que cometido à distância. Certamente, a sociedade, que facilmente despreza os pobres e adula aos ricos, absolutamente nada faz para que uma terceira via talvez se abrisse para ele.

#### 4.2. Teodoro: sempre na posição de vítima

O protagonista da obra, bacharel amanuense do Ministério do Reino, vivia na Travessa da Conceição nº 106, na casa de hóspedes da D. Augusta, em Lisboa. Teodoro, um simples funcionário público, ganhava 20.000 réis por mês, mas tinha aspirações elevadas. A sua ambição reduzia-se em intensos desejos de “jantar no Hotel Central com champagne, apertar a mão mimosa de viscondessas, e, pelo menos duas vezes por semana, adormecer, num êxtase mudo, sobre o seio fresco de Vénus” (QUEIROZ, 1945, p. 22). Levava uma vida monótona e pacata. Era magro, muito supersticioso e corcovava. Chamado pelos seus companheiros da pensão de “enguicho”: “Chamava-me enguicho! Eu sorria, sem me escandalizar. Enguicho! Era com efeito o nome que me davam na casa” (QUEIROZ, 1945, p. 21). A respeito, analisa Sérgio Nazar David:

E é porque aceita este lugar de “enguicho”, de “corcovo, de amanuense que supõe valer o que ganha, isto é, a miséria de vinte mil-réis por mês, que está excluído da sociedade e tem de se contentar com as doçuras da vida humilde... (DAVID, 2007, pp. 53-54).

O protagonista, representante típico do burguês nacional, frustrado, medíocre e de baixos valores morais, para sair da posição de “enguiço” e “corcovo”, rende-se à cobiça do dinheiro, fator imprescindível na sociedade portuguesa oitocentista para ascensão social. Teodoro rende-se ao crime: “– Vamos, Teodoro, meu amigo, estenda a mão, toque a campainha, seja um forte!” (QUEIROZ, 1945, p. 27-28). Teodoro hesita, mas não por muito tempo: “É só agarrar a campainha, e fazer telim-telim. Eu não sou bárbaro: compreendo a repugnância dum *gentleman* em assassinar um contemporâneo: o espirrar do sangue suja vergonhosamente os punhos, e é repulsivo o agonizar de um corpo humano” (QUEIROZ, 1945, p. 35). Teodoro acaba por repenir a campainha e herdar mais oiro do que pode sonhar a ambição de um Nababo.

Considerava-se um “positivo”. Só aspirava “ao racional, ao tangível, ao que já fora alcançando por outros no meu bairro, ao que é acessível ao bacharel” (QUEIROZ, 1945, p. 23). Também se considerava um descrente, chega a afirmar: “Céu e inferno são concepções sociais para uso da plebe – e eu pertencço à classe média” (QUEIROZ, 1945, p. 29). Porém, contraditoriamente rezava todas as noites a Nossa Senhora das Dores: “pedia-as todas as noites a Nossa Senhora das Dores” (QUEIROZ, 1945, p. 24). A sua justificativa era simples:

Porque, assim como pedi o favor do senhor doutor para passar no meu acto; assim como, para obter os meus vinte mil-réis, implorei a benevolência do senhor deputado; igualmente para me subtrair à tísica, à angina, à navalha de ponta, à febre que vem da sargeta, à casca da laranja escorregadia onde se quebra a perna, a outros males públicos, necessito ter uma protecção extra-humana (QUEIROZ, 1945, pp. 29-30).

Ele reza sem fé, apenas porque acha que precisa de uma protecção. Iguala Nossa Senhora das Dores a um simples deputado. Talvez por isso rende-se ao crime. O que o move é sua ambição, sua vontade de deixar de ser um simples funcionário público e se deliciar nos desejos da carne. Assim como o autor fez em *O primo Basílio*, faz novamente em *O Mandarim*. Tece uma análise de toda a burguesia portuguesa de sua época através de Teodoro. Os valores morais vigentes são atacados por Eça de Queirós através desta personagem, que é capaz de matar o próximo para conseguir o que lhe atrai: o dinheiro, o status. Como diz Beatriz Berrini: “O Mandarim gira todo ele em torno do facto de ter ou não ter dinheiro” (BERRINI, 1984, p. 282). Ao examinarmos os romances ecianos estudados nesta pesquisa, perceberemos uma certa coerência, a partir do entrelaçamento entre tema, enredo, personagens, espaço e tempo. Todos eles mostram a sociedade portuguesa e aristocrática, rural, provinciana e urbana. E esta sociedade parece ter como principal objetivo



a conquista do dinheiro, do poder, do status, somente deixando de apresentar essa atração as personagens que já possuem fortuna. Cito Beatriz Berrini:

Há momentos – numerosos – em que o mundo eciano parece converter-se, por um tique de mágica, em ouro, em puro ouro... a tal ponto que chegar-se-á a profanar o sagrado, reduzindo-o à realidade material, e a sacralizar os prazeres que a fortuna proporciona e o próprio ouro, que será o divino ouro... Sacralizado explicitamente ou não, quem tem o dinheiro é quem manda (BERRINI, 1984, p. 301).

Teodoro vive uma experiência fantástica ao ler um livro antigo comprado na Feira da Ladra. Fica frente a frente com a lenda do Mandarim rico, de quem poderá herdar milhões, bastando para isso apenas tocar uma campainha, levando à morte o rico sábio:

No fundo da China existe um Mandarim rico de que todos os reis de que a Fábula ou a História contam. Dele nada conheces, nem o nome, nem o semblante, sem a seda de que se veste. Para que tu herdes os seus cabedais infindáveis, basta que toques essa campainha, posta a teu lado, sobre o livro (...) E tu verás a teus pés mais ouro do que pode sonhar a ambição dum avaro (QUEIROZ, 1945, p. 25).

Percebemos como as características do tema apontam para um universo mágico: “uma influência sobrenatural apoderando-se de mim, arrebatava-me devagar para fora da realidade, do raciocínio”. Nesta hora, Teodoro tinha duas visões apenas: “dum lado um Mandarim decrépito, morrendo sem dor, longe, num quiosque chinês, a um telim-telim de campainha; do outro cintilando aos meus pés!” (QUEIROZ, 1945, p. 27). O diabo lhe aparece de repente, atíça-o tocar a campainha e, após hesitar, Teodoro o faz: “De mão firme, repeniquei a campainha” (QUEIROZ, 1945, p. 37). O diabo representa aqui a queda de Teodoro. Seduzido pelas palavras do inusitado visitante, que lhe mostra as possibilidades de uma vida de privilégios, o amanuense rende-se ao crime. Assim, herda o dinheiro que tanto desejara para ascender socialmente. O “dinheiro” é obviamente o objetivo principal da sua busca. Após herdar a fortuna, começa uma experiência de libertar todas as suas fantasias de esbanjamento e de certo modo uma impaciência diante dos “inferiores”. Sai da repartição, compra um palacete e mantém um harém de mulheres. Começa a ser cortejado e a ocupar as manchetes dos mais importantes jornais:

Então começou a minha vida de milionário. Deixei bem depressa a casa da madame Marques – que, desde que me sabia rico, me tratava todos os dias a arroz doce, e ela mesma me servia, com o seu vestido de seda dos domingos. Comprei, habitei o palacete amarelo, ao Loreto: as magnificências da minha instalação tão bem conhecidas pelas gravuras indiscretas da *Ilustração Francesa* (QUEIROZ, 1945, p. 55).

Porém, logo depois de desfrutar das primeiras conquistas, Teodoro começa a perceber o quão desprezível é o ser humano, pois compreende que todo o cortejo e respeito que a sociedade lhe demonstra provém, exclusiva e unicamente, do interesse pelo seu dinheiro e posição social. Aumenta sua indignação e desprezo por essa sociedade hipócrita e bajuladora. Apesar de rico, Teodoro não é feliz, pois sua consciência começa a lhe cobrar o ato indigno

que cometera. O espectro do Mandarim não o largava. Uma tristeza, um vazio interior, juntamente com um remorso por sentir-se culpado pela morte do mandarim Ti-Chin-Fú toma conta da sua consciência. Este remorso surgiu depois de uma visão recorrente do mandarim moribundo:

Então, ao chegar junto à cama, vi isto: estirada de través, sobre a coberta, jazia uma figura bojuda de Mandarim fulminado, vestida de seda amarela, com um grande rabicho solto; e entre os braços, como morto também, tinha um papagaio de papel! (QUEIROZ, 1945, p. 54).

A consciência de Teodoro começa então a acusá-lo impiedosamente. Vivia triste, enfasiado. Por vezes, sentia falta dos velhos tempos ocupados da repartição: “O horror supremo consistia na idéia, que se me cravara então no espírito como um ferro inarrancável – *que eu tinha assassinado um velho!* Teodoro vivia assombrado, arrepiado e aniquilado diante da mesma visão, sempre aquela “figura bojuda, de rabicho negro e túnica amarela, com o seu papagaio nos braços”. Vivia a murmurar: “– *Preciso matar este morto!*” (QUEIROZ, 1945, p. 63). Resolve então viajar. França, Suíça, Escócia, palestina, Egito, mas nada lhe tira a tristeza, o tédio, a angustia e desencanto com as conquistas da civilização. Resolve então ir à China. Sua intenção era descobrir a família de Ti-Chin-Fú e casar-se com uma descendente para, desse modo, legitimar a sua herança:

Nasceu, de repente, a ideia de partir para a China! (...) Partiria para Pequim; descobriria a família de Ti-Chin-Fú; esposando uma das senhoras, legitimaria a posse dos meus milhões; daria àquela casa letrada a antiga prosperidade; celebraria funerais pomposos ao Mandarim, para lhe acalmar o espírito irritado. (QUEIROZ, 1945, p. 75).

Durante a estada de Teodoro na China, Eça de Queirós nos apresenta em tom irônico e mordaz, suas aventuras e peripécias. Talvez tenha sido esta a forma do romancista lançar sua crítica à corrupção existente na esfera política de uma sociedade, o contraste da decadência atual de Portugal e o seu passado de glórias, o oportunismo de pessoas que buscam interesses individuais em todos os tipos de situações e toda uma gama de mazelas humanas. Teodoro não consegue realizar o que planejou para sua viagem à China e retorna a Lisboa ainda acochado pela imagem do chinês: “quando desembarquei em Lisboa, no cais das Colunas, a sua figura bojuda enchia todo o arco da Rua Augusta; o seu olho oblíquo fixava-me – e os dois olhos pintados do seu papagaio pareciam fixar-me também...” (QUEIROZ, 1945, p. 155).

Extremamente perseguido pela imagem do mandarim, o protagonista resolve livrar-se de seus milhões: “meditei sacudir de mim, como um adorno de pecado, esses milhões sobrenaturais”. Teodoro achava que assim se livraria do mandarim e de seu papagaio abominável. Em uma tentativa desesperada de por fim à sua condenação, abandona o palacete e volta a viver no seu antigo quarto, na pensão de D. Augusta. Volta também à Repartição, a implorar os seus vinte mil-réis mensais. Mas, nem assim consegue afastar de si a imagem do

Ti-Chin-Fú, pois ainda possuía os milhões do velho mandarim em sua conta bancária: “porque os seus milhões, que jaziam agora estéreis e intactos nos Bancos, ainda de facto eram meus! Desgraçadamente meus!” (QUEIROZ, 1945, p. 158-159).

Vendo-o pobre novamente, a sociedade lisboeta, que o cortejava, o bajulava, volta-se contra ele, insultando-o:

Os jornais, num triunfo de ironia, achincalharam a minha miséria. A aristocracia, que balbuciara adulações aos pés do Nababo, ordenava agora aos seus cocheiros que atropelassem nas ruas o corpo encolhido do plúmifero de Secretaria. O clero, que eu enriquecera, acusava-me de *feiticeiro*; o povo atirou-me pedras. (QUEIROZ, 1945, p. 158).

Teodoro revolta-se e indignado volta a viver em seu palacete. Novamente, a sociedade lisboeta se roja aos seus pés: “Logo, Lisboa, sem hesitar, se arrojou aos seus pés”. Desiludido e atormentado, o ex-amanuense encontra certa noite, em uma rua deserta, a mesma figura que outrora lhe fizera, a um telim-telim de campainha, herdar tantos milhões detestáveis. Desesperado pede a ele que o livre das suas riquezas e ressuscite o mandarim: “Restitui-me a paz da miséria!”, mas o diabo respondeu-lhe não ser possível tal ato.

O mundo de riquezas sonhado por Teodoro, ao som da campainha, transforma-se em um mundo ameaçador, pois a figura do velho mandarim com seu papagaio de papel irá persegui-lo para sempre. O que Eça nos mostra é que não há perdão para um pacto diabólico.

Teodoro então passa a viver exilado, imerso em ruínas, onde a solidão é a única amiga da sua alma. Tudo contribui tão intensamente para a tese da existência do Diabo, que o protagonista acaba por deixar-lhe suas riquezas: “Sinto-me morrer. Tenho o meu testamento feito. Nele lego os meus milhões ao Demónio; pertencem-lhe; ele os reclame e que os reparta...” (QUEIROZ, 1945, p. 161). Contudo, o cinismo predomina, uma vez que o narrador, ao fim da narrativa, evidencia sua descrença no ser humano e põe em dúvida aquilo que parecia a “lição” do conto:

E a vós, homens, lego-vos apenas, sem comentários, estas palavras: “*Só sabe bem o pão que dia-a-dia ganham as nossas mãos: nunca mates o mandarim!*” E todavia, ao expirar, consola-me prodigiosamente esta ideia: que do Norte ao Sul e do Oeste a Leste, desde a Grande Muralha da Tartária até às ondas do Mar Amarelo, em todo o vasto Império da China, nenhum Mandarim ficaria vivo, se tu, tão facilmente como eu, o pudesses suprimir e herdar-lhe os milhões, ó leitor, criatura improvisada por Deus, obra má de má argila, meu semelhante e meu irmão! (QUEIROZ, 1945, pp. 161-162).

Como temos uma narrativa escrita em primeira pessoa, o “eu” torna-se elemento participante e constitutivo na relação narrativa, levando o protagonista a deixar conselhos que se aproximam da moralidade. Se pudesse escolher, assegura Teodoro, o leitor não vacilaria em apertar a campainha. A mensagem, a princípio, é a aceitação resignada de que não se deve matar o mandarim. Mas, na verdade, qualquer um o faria se tivesse tal oportunidade.

No fim da narrativa, fica-nos um gosto amargo de fracasso na busca incessante do homem pela felicidade. A propósito, analisa Sérgio Nazar David:

O conselho ao leitor para que não mate o Mandarim tem ironia, mas é também um falso final. Logo em seguida, Teodoro vai pôr abaixo o conselho dado. Afinal qualquer um, segundo ele, tocaria a companhia. Teodoro, assim, se desimplica definitivamente do que fez e estende sua condenação – agora não mais simplesmente à sociedade – à Humanidade. Uma humanidade como esta faz até o homem desprezar Deus (DAVID, 2007, p. 78).

Teodoro tenta comprar sua paz doando dinheiro à igreja; tenta aliviar seu desassossego, refugiando-se no amor comprável de algumas mulheres; come e bebe do melhor, mas nada adianta. Eça nos mostra em *O Mandarim* o contrário do que reza a doutrina cristã. Nem arrependimentos, nem indulgências, nem penitências conseguem inserir novamente em Teodoro a sua paz de espírito. Assim, o pacto com Diabo, ao que tudo indica, não se torna passível de rescisão.

Após Teodoro render-se ao crime, ascende econômica e socialmente, mas em nenhum momento deixa de ocupar a posição de vítima, ora da sociedade pela fortuna que possui, ora da consciência, que o acusa. Teodoro não consegue ser feliz nem como rico nem como pobre.

Como amanuense Teodoro é excluído da sociedade, ela o faz “enguiço”. Depois que herda os milhões, sente-se convertido em ouro. E este ouro obscurece de vez a beleza moral de uma sociedade falsa, inconscientemente beata e corrompida pelos vícios. Teodoro compra tudo com o dinheiro: prazeres, jornais, títulos nobiliárquicos, entretanto não consegue comprar amizades verdadeiras, o amor de Cândida, e, o mais importante, a paz da sua consciência.

O legado final de Teodoro ao leitor é falso, talvez as suas palavras mais hipócritas dentro da narrativa: “Só sabe bem o pão que dia-a-dia ganham as nossas mãos: *nunca mates o mandarim!* (p. 161). Lição de moral inútil falado por alguém que não o aplicara a si mesmo, não se desfazendo de sua fortuna. Na realidade, nenhum mandarim ficaria vivo se os homens pudessem suprimi-los e herdar-lhes impunemente seus milhões.

Teodoro vive atormentado pelos poderes maléficos do dinheiro. Vive abatido pelo fatalismo. Não consegue se encontrar naquela sociedade hipócrita, que o desprezava enquanto funcionário público e o bajulava enquanto herdeiro da fortuna do mandarim.

Percebemos nitidamente como é fortemente marcado por Eça de Queirós a posição de vítima que o protagonista assume diante da sociedade e da sua própria consciência. A figura declaradamente romântica do Diabo, de sobrecasaca, representa a tentação para o homem de emoção, que caracteriza, segundo Eça, o espírito português. Teodoro nos mostra este espírito. Levado pela emoção, reconhece na proposta do Diabo a sua única saída para ascender

socialmente e não hesita: mata o mandarim. Apodera-se dos milhões e, assim, deixa de ser vítima da sociedade que o fazia “enguicho” e passa a ser vítima da sua própria consciência.

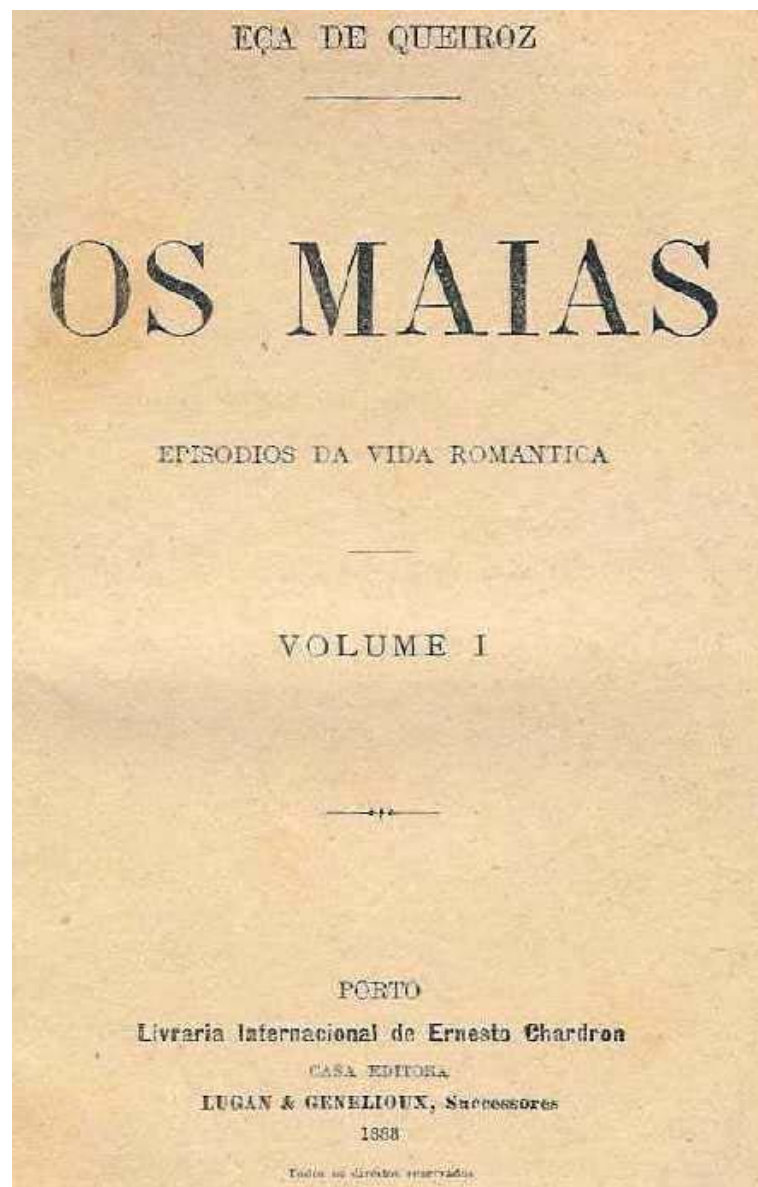
O conto nos mostra que o poder do Diabo funciona em combinação com o lado negro do ser humano. A caracterização do Diabo mostra que o mal, na verdade, está bastante próximo do homem, até se confunde com ele mesmo.

O realismo, apesar de ser visto como um período literário revolucionário, apresenta, em boa parte de suas obras, por vezes um tom moralizante. Representando a burguesia, o Realismo português denuncia a degeneração presente naquela sociedade. Podemos compreender uma literatura interessada na valorização da moral e da família. Entretanto, *O Mandarim* não se resume a um manual de ética. O mais interessante na obra é analisar sincronicamente a presença e/ou ausência da moral, da culpa e de seus efeitos sobre a consciência.

Eça de Queirós considera-se, enquanto autor, peça importante para a reconstrução da ética e da moral na sociedade de seu tempo, pois o que pretende com sua literatura é dar a “bengalada do homem de bem”. Percebemos em *O Mandarim* que esta bengalada é dada em Teodoro por sua própria consciência, quando esta o acusa e condena pela eliminação do mandarim, fazendo-lhe conviver com a culpa e o remorso.

É assim que Eça constrói *O Mandarim*, mostrando-nos situações através das quais a sociedade é formada, dissecando uma sociedade e o próprio homem, ambos merecedores da “bengalada”. Teodoro não nasceu num lar burguês, onde os filhos ganhavam ares de aristocracia, desprezando o trabalho e legitimando o ócio como garantia de status social. Muito pelo contrário. Teodoro vivia como vítima da sociedade, e estava fadado aos deveres de amanuense. Fadado a ser “enguicho”, “corcovo”. Talvez seja possível afirmarmos que a única forma para sua ascensão social era o crime. Ao praticá-lo, se arrepende, pois além do dinheiro não lhe dar tudo, lhe rouba a paz de espírito.

O século XIX forjou a crença no evangelho do trabalho. Ao mesmo tempo, manteve velhas estruturas (arranhadas, mas ainda de pé) que permitiam a manutenção do *status quo* e o enriquecimento ilícito. É um mundo que muda, mas nem tanto. *O Mandarim* mostra-nos isto. O liberalismo (constitucional e democrático) mantinha os caminhos à ascensão social bastante fechados. Em síntese: eram muitos os Teodoros, embora – obviamente – nem todos vivessem martirizados de remorsos.



Fotografia 06. *Os Maias*. Grande fresco da sociedade portuguesa oitocentista, 1888. Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*, 1845-1900.

---

## O PROLETARIADO NO ROMANCE *OS MAIAS*

Em Arte é vivo o que é original. É original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais virgem duma personalidade artística. A primeira condição duma obra viva é pois ter personalidade e obedecer-lhe.”

José Régio.

### 5.1. Cenas da vida portuguesa

*Os Maias* veicula sobre Portugal do século XIX uma perspectiva um pouco pessimista. O país perdeu a inteligência e a consciência moral, os costumes são dissolvidos e as pessoas corrompidas. O tédio invadiu as almas e a classe média afundou-se na imbecilidade e na inércia. A visão crítica incide sobre o mundo social, econômico, político e cultural do século XIX e da Lisboa finissecular. Há uma ampla análise do Portugal da regeneração, marcado por um progresso postiço e apenas aparente, pelo espírito romântico pessimista e frustrado, pela corrupção dos costumes e das instituições. Os políticos são mesquinhos, ignorantes e corruptos, os homens de letras são dissolutos, e os jornalistas, venais.

De fato, Eça de Queirós, ao escrever *Os Maias*, cria uma desenvolvida crônica de costumes da vida lisboeta da segunda metade do século XIX. Lisboa é o espaço privilegiado no romance, é mais do que um espaço físico, é um espaço social. É neste ambiente enfadonho que o escritor português vai fazer a crítica social, em que domina a ironia, corporizada em certos tipos sociais e inúmeras personagens intervenientes em variados episódios. E é graças a estes variados episódios que podemos observar a superficialidade, a ignorância, a corrupção, a frivolidade e as mentalidades retrógradas da segunda metade do século XIX.

Ao recorrer à crítica social e à movimentação das ideias sociais, políticas e literárias, *Os Maias* constitui um romance chamado pela crítica mais especializada, “realista”.

Quando o autor mais tarde escreve o romance *A Cidade e as Serras*, expõe uma atitude muito mais construtiva: o protagonista regenera-se pela descoberta das raízes rurais ancestrais não atingidas pela degradação da civilização, num movimento inverso ao que predomina n’*Os Maias*.

Faremos um breve percurso sobre a temática do trabalho, que sofreu grandes transformações sociais e desenvolvimentos econômicos e políticos no Oitocentos.

Em seguida, mostraremos o papel da mulher portuguesa neste contexto. As críticas ao falso puritanismo de Portugal na época, ainda romântico, eram duras e mordazes e, em muitas das obras de Eça, as mulheres era o alvo predileto e um elemento de grande importância.

E por fim, mostraremos a importância do proletariado na obra *Os Maias* de Eça de Queirós. A valorização de alguns estratos sociais – a classe política, a burguesia e as elites –, em detrimento de outras – a comercialização e o “pessoal doméstico” –, gerou uma carência de interesses acadêmicos, especialmente a estes últimos grupos sociais e, é neste âmbito, um tanto quanto obscuro, que seguiremos.

Em qualquer universo de ficção, a personagem revela-se um elemento de muita importância. Em *Os Maias*, não é diferente. Observa-se um vastíssimo leque de personagens. Dentre as várias possibilidades de análise desses componentes, escolhemos as que muitas vezes passam despercebidas no romance, ou seja, as personagens dotadas de mínima intervenção na ação, que, como componentes da história, obtiveram um processo de caracterização perfeitamente elaborado e merecem ser objetos de atenção e estudo.

É dentro desse prisma que tentaremos estudar a importância de algumas personagens aparentemente “esquecidas”, salvaguardando os elos de ligação destas com as principais.

## 5.2. A temática do trabalho no século XIX

No decorrer de muitos anos de história socialista e operária, era evidente que se manifestassem forças econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas, psicológicas, etc. Torna-se necessário determinar as interferências, desenvolvimentos e transformações sociais dessas forças no comportamento da sociedade da época.

Em 1820, com a proclamação da liberdade do trabalho, surgiram por oposição ao clero e à nobreza, conhecidos como “classes ociosas”, novas classes: comerciantes, agricultores, fabricantes (proprietários do estabelecimento), oficiais (trabalhadores de fábrica) e artistas (trabalhadores de oficinas e manufaturas).

Em 1851, encerra-se em Portugal o Cabralismo e inicia-se a Regeneração. Este novo regime privilegia a paz social. Começa então, a realização industrial da burguesia portuguesa e o termo “operário” começa a ser utilizado com mais frequência. Entre 1852 e 1870, a expressão característica do movimento operário é a mutualidade em seus múltiplos aspectos. A propósito, sublinha Carlos da Fonseca:



Os conflitos do trabalho são ainda raros e geralmente liquidados através das vias legais. As aspirações mais prementes do mundo do trabalho (instruções, socorros, etc.) são facilmente diferidas pelas classes dominantes, que fazem coincidir as necessidades de desenvolvimento do sistema com a conservação em bom estado (estado utilizável), da força do trabalho (FONSECA, [s.d], p. 22).

Nas décadas imediatas, as classes trabalhadoras se filiaram à Associação Internacional dos Trabalhadores e se lançaram temerariamente contra a exploração capitalista. A ruptura gerada e as consequências deste movimento socialista, que vai de 1871 até 1876, fizeram com que o termo “operário” começasse a se vulgarizar.

A crise gerada até 1876 alterou o ritmo de crescimento do capitalismo português. O movimento operário português caminhou para a particularização das lutas, para a teorização das especificidades nacionais e para o isolamento internacional. O desaparecimento da Associação Internacional dos Trabalhadores decreta a derrota da classe operária e os partidos socialistas nacionais começam crescer. O aspecto que mais sobressai no período de 1877 a 1886 é o incontestável domínio exercido pelos sociais-democratas.

Em 1887, verifica-se um progressivo afastamento do associativismo mutualista e uma proximidade com os ideais das novas classes sindicais. Nasce um movimento de autonomismo sindical que vai até 1897. Ao transformar-se gradativamente de mutualista em sindical, as classes operárias começaram utilizar as greves frequentemente. Sobre este ponto, analisa Policarpo:

Se a greve, em princípio, era considerada uma manifestação desordeira do viver social, porque alterava a ordem dos lugares e o equilíbrio funcional da sociedade topográfica e hierárquica, caso havia, no entanto, em que a “justiça” reclamava uma diversa consideração das situações concretas (POLICARPO, 1992, p. 340).

De 1898 a 1908 verifica-se uma década de grandes formações de associações sindicais. Esta geração de militantes concretiza-se com o surgimento do jornal sindicalista revolucionário “*A Greve*” (Lisboa, março de 1908) e com a vitória sobre os sociais-democratas em 1909, ano que marca o início de uma década que é conhecida como o período “áureo” do sindicalismo português. Até 1919, o número de militantes inscritos na organização operária cresceu progressivamente, assim como o ritmo das vitoriosas lutas.

Mas é durante os anos de 1919 e 1920 que a capacidade de luta e mobilização dos operários portugueses chegou ao ponto mais elevado, o capitalismo cedeu ao movimento operário uma série de aquisições de importância capital. Infelizmente estas conquistas, arrancadas com tanto esforço, não saíram do papel. Sobre o assunto analisa Carlos da Fonseca:

A depressão do pós-guerra, o enfraquecimento econômico das classes operárias, a repressão policial, a repetição mecânica dos conflitos do trabalho, a duração cada vez maior das greves e, finalmente, a retomada do trabalho nas condições anteriores. Na razão inversa do

enfraquecimento do sindicalismo revolucionário, a capacidade de resistência da burguesia parece organizar-se. Intuitivamente, os maximalistas e os comunistas compreenderam a necessidade de uma dinâmica nova” (FONSECA, [s.d], pp. 24 -5).

Em 1934 ocorre o fracasso da “greve geral” revolucionária e a classe operária entra no período mais difícil da sua história. São trinta negros anos até 1964, quando a ditadura policial da burguesia portuguesa rapidamente declina, minada pelas contradições econômicas e lutas coloniais. Nos ambientes rurais os trabalhadores reivindicavam aumento de salários e redução da jornada de trabalho. O salazarismo cede ao capitalismo internacional e milhares de portugueses são obrigados a emigrar para não morrerem de fome. Esta crise generalizada leva as forças armadas, em 25 de Abril de 1974, a derrubarem uma das mais longas ditaduras da história.

A literatura divulgou sempre muito pouco o movimento operário no Portugal oitocentista.

### 5.2.1. O papel da mulher portuguesa neste contexto

São opostos os espaços em que se situa o homem e a mulher no século XIX. Em meio a uma sociedade patriarcal, o homem desempenha um papel reconhecido e por isso merecedor de respeito; a mulher, um papel secundário, no qual assume a maternidade e os cuidados com a casa. Nesta sociedade, o casamento é o destino da mulher. Para Michelle Perrot:

As desordens da História, até a Revolução Francesa, estão ligadas ao desequilíbrio dos sexos. A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira (PERROT, 1998, p. 9)

A tese de Michelle Perrot se coaduna com o que Peter Gay escreveu em *O Século de Schnitzler*, sobre a divisão dos sexos no século XIX: “A doutrina da separação das esferas do século XIX dividia claramente os sexos e ditava o território adequado para o trabalho das mulheres de classe média: a família” (GAY, 2002, p. 219).

Qualquer que fosse a ideologia dominante na era vitoriana, a separação das esferas não seria jamais integral. As mulheres do século XIX, excluídas de uma ativa participação na sociedade, de garantirem dignamente sua própria sobrevivência, de não poderem assumir cargos públicos e de não terem acesso ao nível superior, eram submissas aos maridos. Tinham a função de gerenciar o lar, supervisionar os empregados, assumir o papel principal na criação dos filhos, manterem-se dentro do orçamento doméstico, serem colaboradoras do marido e boas anfitriãs. “Ordem e limpeza, devem existir na casa em toda a parte e em todos os momentos: essa é a precondição para uma dona de casa competente. Em poucas palavras, esse

era o trabalho das mulheres – responsável, variado, árduo e jamais terminado (GAY, 2002, p. 220).

Sem dúvida, em muitos lares vitorianos havia empregadas domésticas para fazer o trabalho mais pesado. A “empregada” neste âmbito merece compaixão, pois sua vida é muito solitária. Levanta sempre muito cedo e está sempre a limpar e a organizar. O nível médio de escolaridade dessa classe, geralmente baixo, não favorecia à grande massa de trabalhadoras de serviços domésticos.

O crescimento das forças econômicas e sociais proporcionou empregos para as mulheres mais instruídas, mais respeitáveis. Além de muitas exercerem as funções de professoras, governantas e até mesmo escritoras, o surgimento das invenções tecnológicas do século XIX, de novas empresas, novos bancos, novas indústrias e instituições governamentais gerou a necessidade de funcionárias alfabetizadas e educadas, engajando assim muitas pequeno-burguesas no mercado de trabalho, mesmo sendo estes empregos, ainda, de nível baixo.

Após a metade do século, o surgimento de grandes lojas dificultou a sobrevivência de pequenos comércios especializados, geralmente de comerciantes que cuidavam de seus negócios em parceria com a esposa. Evidentemente, essas mulheres acabavam fazendo parte da grande massa de trabalhadoras em serviços domésticos.

A partir deste crescimento social e econômico, os homens começaram a reconhecer que as mulheres eram frequentemente bastante competentes e inteligentes.

No romance *Os Maias*, encontramos governantas, preceptora, ama, empregadas, ou seja, personagens femininas que representam o “pessoal doméstico”, e que desempenham funções variadas. As mulheres da alta sociedade aparecem, por sua vez, como adúlteras: Maria Monforte e a condessa de Gouvarinho. Ambas com vidas fúteis, regadas a festas noturnas, passeios e jogos.

Maria Monforte, uma das personagens principais, era filha única de um rico comerciante. No entanto, apesar da fortuna do pai, não era aceita entre as famílias lisboetas liberais, devido à origem desta riqueza, proveniente do tráfico negreiro. Casa-se com Pedro da Maia e em seguida apaixona-se por um príncipe e foge abandonando o marido juntamente com o filho. Assim se origina a intriga principal do romance. A condessa de Gouvarinho mantém um caso com Carlos Eduardo e não se preocupava com os padrões impostos pela sociedade. Raquel Cohen não resiste aos encantos de João da Ega e se torna sua amante. Maria Eduarda não era casada, mas apresenta-se com o nome de Castro Gomes. Aos olhos da sociedade lisboeta e aos olhos de Carlos da Maia, ela é a “senhora Castro Gomes”.

Eça quer montar um painel crítico da sociedade portuguesa, que concedera à educação e ao comportamento feminino uma grande importância. Cria personagens para mostrar que as mulheres dessa época tinham uma educação que visava prepará-las para um casamento rico e uma vida de futilidades sentimentais.

### 5.3. O proletariado no romance *Os Maias*

*Os Maias*, na opinião dos críticos, ocupa o lugar de obra mais importante entre as criações do grande romancista português, por constituir, de forma resumida, um apanhado do modo de vida, em Portugal, no século XIX.

Do subtítulo *Episódios da Vida Romântica*, despontam diversos episódios da sociedade romântica da época da Regeneração. Muitos são os cenários onde passeiam personagens que retratam as qualidades, os defeitos e as mentalidades de certos grupos profissionais, sociais e culturais.

O grupo profissional e social analisado nesta pesquisa – “pessoal doméstico” – tem também importância no conjunto do romance.

Como patriarca da família, Afonso da Maia constituía para todos um valor de referência. Por amor a sua esposa deixou seu filho, Pedro da Maia, crescer e ser educado segundo cânones tradicionais portugueses. Porém, a educação de seu neto, Carlos da Maia, foi totalmente diferente. Educado à maneira inglesa, com normas rígidas, intensas atividades físicas, sem o tradicionalismo da cartilha católica, Carlos torna-se um belo homem, física e intelectualmente. O responsável por esta educação típica do sistema inglês é o preceptor Mr. Brown.

Brown, partidário de uma educação que concede primazia ao desenvolvimento e equilíbrio físicos, ensinara Carlos da Maia a remar e a fazer exercícios de trapézio, numa predominância de atividades de educação física. Sobre o assunto, discorre o mordomo Teixeira:

Deixava-o correr, cair, trepar às árvores, molhar-se, apanhar soalheiras, como um filho de caseiro. E depois o rigor com as comidas! Só as certas horas e de certas coisas... E às vezes a criancinha, com os olhos abertos, a aguar! Muita, muita dureza (QUEIROZ, 2003, p. 40)

Visto como um “herético” e “protestante”, a presença de Brown causava desgosto, principalmente ao abade Custódio, que preconizava que “deve-se começar pelo latinzinho, deve-se começar por lá. É a base; é a basezinha”. Brown, sempre energético e possante, replica ao abade que “não! Latim mais tarde! Primeiro músculos, músculos!” (QUEIROZ, 2003, p. 43).

Afonso da Maia aprova esta orientação de Brown profundamente: “O latim era um luxo de erudito. Nada mais absurdo que começar a ensinar a uma criança numa língua morta. O primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessário ser são, e ser forte. Toda a educação sensata consiste nisto: criar a saúde, a força e os seus hábitos, desenvolver exclusivamente o animal, armá-lo de uma grande superioridade física, tal qual como se não tivesse alma. A alma vem depois. A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande” (QUEIROZ, 2003, p. 43).

De fato, Carlos cresce atlético, são, belo, magnífico, mas isso não quer dizer que esta criação foi em tudo eficaz, prova disto é que se torna um diletante e mais adiante, ao tomar conhecimento do terrível desfecho de sua história amorosa com Maria Eduarda, vê-se assombrado com a morte do avô e torna-se um fracassado da vida. Assim, jovem, bonito, inteligente, cobiçado e culto, com tudo para se tornar um vencedor, Carlos é destinado, tal como seu pai, a fracassar.

Através de Brown, D. Afonso traz para Portugal algo que ele achava que a Inglaterra tinha de bom, uma educação rígida, fora dos padrões portugueses, porém, agora vemos, nem tão eficaz assim.

Teixeira, o mordomo de Afonso, empregado tão antigo da casa que já era tratado familiarmente, sempre muito acolhedor para com os convidados do Ramalhete, servia D. Afonso com apreço e cuidava dos escudeiros com rigor, mas não aprovava o modelo de educação inglesa do preceptor Brown. A propósito afirmava:

Coitadinho dele, que tinha sido educado com uma vara de ferro! Não tinha a criança cinco anos já dormia num quarto só, sem lamparina; e todas as manhãs, zás, para dentro numa tina de água fria, às vezes a gear lá fora.. E outras barbaridades (QUEIROZ, 2003, p. 40).

Outra que também não aprovava a educação ministrada por Brown é a governanta Gertrudes, administradora do Ramalhete. Recebera o menino dos braços da ama na noite em que seu pai, Pedro da Maia, suicidou-se. Terna, amável e familiar, tratava Carlos por “o menino”, praticamente como filho. Tanto Gertrudes, como Teixeira recebiam acolhedoramente os hóspedes do Ramalhete, principalmente o administrador da família Maia, Sr Vilaça, por quem tinham grande apreço. Viviam atarefados com os serviços do Ramalhete: “A Gertrudes toda atarefada entrara com os braços carregados de roupa de cama: o Teixeira bateu vivamente os travesseiros...” (QUEIROZ, 2003, p. 35).

Tinham a função de gerenciar o lar de Afonso da Maia, supervisionar o restante dos criados, acolher e bem tratar os hóspedes, manter a ordem e limpeza da casa, enfim, trabalhadores competentes que, com o passar dos anos, são tratados familiarmente por todos que preenchem, de alguma forma, o Ramalhete:

O mordomo, o Teixeira, que ia já embranquecendo, mostrou-se todo satisfeito de ver o Sr. administrador, com quem às vezes se correspondia, e o conduziu à sala de jantar onde a velha governanta, a Gertrudes, tomada de surpresa, deixou cair uma pilha de guardanapos, para lhe saltar ao pescoço (QUEIROZ, 2003, p. 37).

Eça não relata com detalhes o falecimento desses estimados trabalhadores domésticos, mas em poucas palavras descreve uma lastimável perda que, involuntariamente, muda o cenário de um ambiente outrora familiar:

Mas a existência neste meio rico não era agora tão alegre: O Teixeira primeiro, a Gertrudes depois, tinham morrido, ambos de pleurises, ambos no entrudo. Agora, as férias, realmente, só eram divertidas para Carlos quando trazia para a quinta o seu íntimo, o grande João da Ega, a quem Afonso da Maia se afeiçoara muito... (QUEIROZ, 2003, p. 64).

Batista, conhecido familiarmente por “Tista”, criado absorvido pela família, vivendo inteiramente ao serviço dos seus interesses, é nomeado no romance como “o famoso criado de quarto de Carlos” (QUEIROZ, 2003, p. 66). Este viera com o preceptor Brown para Santa Olávia e acompanhou Carlos da Maia desde os seus onze anos de idade. Tinha um ar excessivamente *gentleman* e servia a Carlos acompanhando-o a Coimbra durante o curso de Medicina. Por ter viajado muito com Carlos, tornou-se um amigo confidente, a ponto de colaborar nas suas aventuras amorosas:

Foi em Coimbra, nos paços de Celas, que Batista começou a ser um personagem: Afonso correspondia-se com ele de Santa Olávia. Depois viajou com Carlos; enjoaram nos mesmos paquetes, partilharam dos mesmos sandwicks no bufete das gares; Tista tornou-se um confidente. Tinha a considerável aparência de um alto funcionário. Mais tarde, durante as férias de Coimbra, acompanhava Carlos a Lamego e o ajudava a saltar o muro do quintal do sr. Escrivão da fazenda – aquele que tinha uma mulher tão garota (QUEIROZ, 2003, p. 95).

O surgimento de um criado de quarto aproxima formidavelmente diferentes classes sociais. Batista solícito organiza o quarto de Carlos, cuida de suas roupas, da agenda, lê o jornal para transmitir-lhe os noticiários, cuida das correspondências amorosas, descalça-o, serve-o... Enfim, era seu braço direito, confidente e amigo, mas acima de tudo serviçal. Jamais tratamento será de igual para igual.

Mas não só Carlos da Maia possuía um criado confidente. Maria Eduarda tem em Melanie, sua criada francesa – “*rapariga magra e sardenta, de olhar petulante*” – (QUEIROZ, 2003, p. 238), que desde pequena lhe prestava serviços, uma confidente e amiga que se encarregava de empenhar suas joias quando a patroa se apaixona por Carlos da Maia e não quer mais receber ajuda de Castro Gomes, com quem até aí vivia:

A senhora levava o seu escrúpulo a ponto de que, desde que viera para os Olivais, nunca mais gastara um centil das quantias que lhe mandava o sr. Castro Gomes. As letras para receber dinheiro conservava-as intactas, entregara-lhas nessa tarde... Não se lembrava ele de ter a encontrado uma manhã à porta do Montepio? Pois bem! Fora lá, com uma amiga francesa, empenhar uma pulseira de brilhantes da senhora. A senhora vivia agora das suas jóias; tinha já outras no prego (QUEIROZ, 2003, p. 335).

Sem dúvida, era comum, no século XIX, as Madames possuírem criadas de quarto para fazer o trabalho mais pesado. Maria Monforte tinha a arlesiana – sua criada francesa –, uma bela moça que via no amante italiano Tancredo uma “*pintura de Nosso Senhor Jesus Cristo*”:

A arlesiana, criada francesa de quarto de Maria Monforte, a cada momento aparecia lá a levar toalhas de rendas, um açucareiro que ninguém reclamara, ou algum vaso com flores para alegrar a alcova... (QUEIROZ, 2006, p. 28).

Miss Sara, a governanta de Maria Eduarda e preceptora inglesa de sua filha Rosa, era natural de York. Ostenta uma aparência correta e aos olhos da patroa era rapariga muito séria, porém Rosa não lhe tinha afeição:

Vestia-se sempre de preto, com uma ferradura em broche sobre o colarinho direito de homem. Recuperara as suas cores fortes de boneca, e as pestanas baixas tinham uma timidez mais virginal sob o liso dos bandos puritanos, Gordinha, com o peito de pomba farta estalando dentro do corpete severo, mostrava-se toda contente da vida calma e lenta de aldeia (QUEIROZ, 2003, p. 308).

A preceptora, por transparecer uma obsessão compulsiva pela ordem, sempre grave, astuta, metódica, puritana, laboriosa, sugere uma forte repressão sexual, expressa na comoção face às atenções de Carlos, deixando subtendida uma forte carência afetiva.

Encena-se, nos jardins da “Toca”, sob as ramagens, entre as relvas, no chão, um ato sexual entre a preceptora e um trabalhador qualquer. Carlos a surpreende rugindo, estirada na relva, sujando brutalmente o poético retiro dos seus amores... e treme de indignação. Não queria mais a presença desta “impura fêmea” junto de Rosa:

Bem lavada, toda correta, com os seus bondós puritanos, aceitava um qualquer, rude e sujo, desde que era um macho! E assim os embaíra, meses, com aquelas suas duas existências, tão separadas, tão completas! De dia virginal, severa, corando sempre, com a Bíblia no cesto da costura: à noite a pequena adormecida, todos os seus deveres sérios acabavam, a santa transformava-se em cabra, xale aos ombros, e lá ia para a relva, com qualquer! (QUEIROZ, 2003, p. 313).

Esta personagem retrata, a princípio, a legítima inglesa, tal qual a literatura, o romantismo, a ociosidade, a riqueza, o abuso da domesticidade fixaram. Miss Sara vem de uma sociedade, que aparentemente não satisfaz às aspirações de sua “sentimentalidade”. Por fim, rende-se ao desejo sexual, ao que, aos olhos de Carlos, é imoral.

Eça de Queirós, em março de 1875, escreve de Newcastle ao amigo Ramalho Ortigão, aludindo “a besta que estes anjos têm dentro de si”. Explica ao amigo que se estas não fossem contidas, reservadas e limitadas, cairiam no delírio amoroso. Adverte a propósito, ao amigo: “Não se iluda na ilusão geral que toma a inglesa como a mulher ideal. Não: é, uma mulher excessivamente filha d’Eva e do pecado.”<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Queiroz, Eça de. *Correspondência*. 3 ed. Porto: Lello & Irmão – Editores. Livraria Chardron, 1928.

A força do desejo em Miss Sara revela o sexual enquanto vício e bestialidade. Ao ser surpreendida num ato sexual nos jardins da “Toca”, cria involuntariamente uma nota realista contrastante com o amor cheio de requintes de Carlos da Maia e, de certa forma, como comenta Eça sobre este episódio, “um reflexo da sua própria culpa”. Mais uma vez, o olhar é masculino. Miss Sara é vista “por fora”, ou seja, pelos olhos de Carlos, pelo ponto de vista dominante à época (machista), como “mulher indigna”.

Eça de Queirós trouxe, vemos isto neste episódio, para *Os Maias*, através também destas personagens secundárias, a discussão que se travava à época: o embate entre o dado particular da sociedade portuguesa e o universal, que viria da França e da Inglaterra, supostamente “civilizadas”.

Eça de Queirós abraça a idéia do romance como um elemento crucial na reforma de costumes. Mas o que queria o romancista com o Realismo? “Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado?” O ideal prefixado pelo espírito realista inspira em Eça o desejo de criar e, ao mesmo tempo, fazer a “a anatomia do caráter” e “a crítica do homem”.

É imbuído deste princípio, embora já com algumas ambiguidades que começam a separá-lo das propostas estéticas dos anos 70, que o autor escreve *Os Maias*. Portanto, o que se faz ao longo deste romance é a dissecação da sociedade portuguesa do século XIX, que ele esmera por expor para apontar-lhe os males e a degeneração. A literatura de Eça tem uma maneira própria de recriação e de crítica dos males sociais e é caracterizada por traços bem particulares de apreender e tratar a realidade que a inspira.

Este novo modo de encarar a arte e a literatura se ocupa também de tipos populares, também da dinâmica das classes e do choque de interesses entre elas, embora isto não se dê diretamente, explicitamente. Porém, parece-nos, tudo adquire uma capa de “corrupção da sociedade” cujo responsável seria a mentalidade romântica e beata. O último capítulo do romance bem mostra isto, quando Carlos e João da Ega andam por Lisboa para notarem que, efetivamente, talvez nada tivesse mudado, apesar de décadas de luta dos liberais. Imersos nas transformações, sem o distanciamento tantas vezes necessário para se ver bem a história, erram, erram muito: o Portugal liberal, apesar dos pesares, já ia longe do velho Portugal de D. João VI.





Fotografia 07. Carolina Augusta Pereira d'Eça e Dr. José Maria d'Almeida Teixeira de Queiroz. Fonte: Eça de Queirós. *Marcos biográficos e literários*, 1845-1900.

## 6 CONCLUSÃO

---

Foi no Outono de 1845 que Carolina Augusta fora despachada pela mãe, Ana Clementina de Abreu e Castro Pereira d'Eça, para o domicílio de uma tia-avó em Póvoa de Varzim. Tinha dezenove anos, estava grávida e era solteira. Era conveniente que o parto se realizasse fora do local de residência da família, onde toda a vizinhança gostava de investigar a vida alheia. A 25 de Novembro nascia José Maria Eça de Queirós. A criança poderia ter sido entregue na “Roda”, onde eram depositados os filhos indesejados, mas Carolina Augusta e o pai da criança, o Dr. José Maria Teixeira de Queirós, quiseram manter o filho. Sabiam que não era possível trazê-lo com eles: nem para Viana, onde vivia Carolina, nem para Ponte de Lima, onde o Dr. Teixeira de Queirós era delegado do procurador régio.

Carolina Augusta, resignada, regressa ao lar materno, pois conhecia já o possível destino de seu filho. Este ficou em Vila do Conde, entregue a uma ama. Esta era filha natural de uma criada que estivera ao serviço do avô paterno da criança, cujo papel foi crucial para a vida da criança. Este orientou Teixeira de Queirós, no assento do batismo para que fosse a criança filha de pai reconhecido, sem todavia se enunciar o nome da mãe. Isso não era normal naquela época, mas foi essencial para o futuro do filho, uma vez que ao casar-se, anos mais tarde, com Carolina Augusta, não seria preciso a justificação de filiação nem processo de legitimação. Assim, em primeiro de Dezembro, a criança era batizada na igreja matriz de Vila do Conde. O assento do batismo registrava: “José Maria, filho natural de José Maria de Almeida de Teixeira de Queirós e de mãe incógnita; neto paterno de Joaquim José de Queirós e de sua mulher, D. Teodora Joaquina de Almeida Queirós”.

Somente em 1849 Carolina Augusta Pereira d'Eça e José Maria Teixeira de Queirós regularizavam a sua situação. Com o casamento de seus pais, Eça de Queirós ficou automaticamente legitimado. Certezas sobre esta demora no matrimônio não constam nos registros. No entanto, parte deste mistério reside na figura da mãe de Carolina. Apenas seis dias após sua morte, realizou-se o casamento entre os jovens. Eça continuou ainda a viver em Vila do Conde, em casa da ama. Em 1850 a ama morria e Eça muda-se para Verdemilho, uma aldeia perto de Aveiro, onde os avôs paternos tinham construído uma casa. Foi nesta casa que Eça cresceu. A criança formou seu caráter no colo de uma velha avó e de um casal de criados negros. Foi entre muros, sem ninguém da sua idade, que cresceu.

Eça tinha conhecimento que, além da ama, que o amamentara, e dos avós, a quem depois foi entregue, tinha pai, mãe e irmãos. Ouvira falar que no Porto viviam irmãos seus, mas por razões que lhe escapavam, ficara só ele em Verdemilho. Era necessário aprender as primeiras letras. Foi o padre Antonio Gonçalves Bartolomeu que exerceu tal função. Em 1855 morre a avó paterna, deixando em seu testamento, um legado que será aplicado para completar sua educação. Eça vai para o Porto e seus pais decidiram inscrevê-lo como aluno semi-interno, no Colégio da Lapa, onde permanecerá até partir para Coimbra.

Nesta época, a maioria dos filhos naturais vinham das classes populares e eram registrados, conforme dissemos, apenas com o nome da mãe. Porém, o Dr. José Maria tinha dinheiro e habilidade em lidar com os abismos sociais que a sociedade da época lhe apresentava. Com astúcia, salvou seu filho de sofrer os preconceitos que recaem sobre as classes populares. Eça, tendo crescido sozinho, parece ter carregado consigo uma alma de criança hostilizada, que se refugiou em si mesma. Isso, de certa forma, pode ter contribuído para a construção e composição de alguns de seus personagens pobres.

A sociedade que Eça nos apresenta nas páginas de seus romances é burguesa, baseada na família e na propriedade. Logo, quem não tem dinheiro, quem não possui bens nem status não possui espaço em tal sociedade. Com razão, portanto, João Eduardo, no *Crime do padre Amaro*, conclui: "Aquele perpétuo obstáculo do pobre, falta de dinheiro e dependência do patrão" (QUEIROZ, 1945, p. 324). Nessa passagem João Eduardo reconhece a situação socioeconômica dominante e amaldiçoa a própria sorte. A falta de garantias no emprego e a insuficiência de meios para mudar esta situação dão ao trabalhador a condição de quase escravo, dependente da complacência dos dominadores, sem a possibilidade de ganhar o indispensável para a simples sobrevivência.

"Ninguém morre de fome em Portugal" (QUEIROZ, 1945, p. 350), diz Amaro, ocultando a verdade. Assegura a Amélia que "o homem não morre de fome". É preferível acreditar que não há pobreza em Portugal, talvez por ser mais cômodo e confortável. O que Amaro faz é ocultar a realidade sob o véu da mentira ilusória, exatamente o que faziam aqueles que pertenciam às classes dominantes.

N' *A Relíquia*, há algo que está na fala de Crispim, que se coaduna com o que diz Amaro: "Em Portugal, graças à Carta e à Religião, todo o mundo tinha uma fatia de pão: o que a alguns faltava era o queijo" (QUEIROZ, 1945, p. 340).

N' *Os Maias* Maria Eduarda diz: "Jesus viveu há muito tempo, Jesus não sabia tudo... Hoje sabe-se mais, os senhores sabem muito mais... é necessário arranjar-se outra sociedade, e depressa, em que não haja miséria". Maria Eduarda aqui afirma a Carlos da Maia que em

“Londres, às vezes, por aquelas grandes neves, há criancinhas pelos portais a tiritar, a gemer de fome” (QUEIROZ, 1945, Vol. II, p. 33). Na verdade, o que Maria Eduarda mostra-nos aqui é um olhar crítico a respeito do seu país e da própria Europa, denunciando a barbárie produzida pela própria “civilização”. Maria Eduarda não oculta a verdade, como faz Amaro. Ela consegue ver o que não estava bem (DAVID, 2008). Em vez de chamar a atenção do leitor para o luxo do *boulevard*, mostra-nos que os pobres pouco aparecem, embora fossem muitos. E por que isto? Porque a religiosidade daquele mundo induzia as pessoas a não pensarem na pobreza, a considerarem natural gemer de fome, quando na verdade não é. O que nos parece, já agora, é que aquela literatura (e nisto se inclui Eça) é, neste aspecto, muito pouco “realista”.

O século XIX trouxe muitas transformações para Portugal. É um mundo que muda, mas nem tanto. O que aparenta é que tudo adquire uma capa de “corrupção da sociedade” cujo responsável seria a mentalidade romântica e beata. O último capítulo d’*Os Maias* mostra-nos isto, quando Carlos e João da Ega andam por Lisboa para notarem que, efetivamente, talvez nada tivesse mudado, apesar de décadas de luta dos liberais. Imersos nas transformações, sem o distanciamento tantas vezes necessário para se ver bem a história, erram, erram muito: o Portugal liberal, apesar dos pesares, já ia longe do velho Portugal de D. João VI.

Eça de Queirós traçou um panorama muito abrangente da sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX e, assim, sua crítica incide sobre o abismo que separa o burguês rico do homem pobre, e também sobre a aristocracia decadente, a avidez do dinheiro, a condição da mulher, a organização social e econômica.

Muitas destas propostas são inquietantes: a mulher, vítima de um tratamento absolutamente desigual em relação ao homem (Luísa); a reivindicação de melhores condições de vida para os trabalhadores (Juliana); a condenação da família burguesa (os Maias); o silêncio dos famintos, prestes a explodir (Joana, Gertrudes, Teixeira).

É dentro deste abrangente panorama que Eça cria bons exemplos de personagens representantes das camadas populares. Neste espaço, a criadagem assume um papel importante, a expressão do senso comum, a “voz do povo”. Diz Juliana: “O Pão! Aquela palavra que é o terror, o sonho, a dificuldade do pobre” (QUEIROZ, 1945, p. 87). Quando consegue as cartas comprometedoras de Luísa, pensa ter assegurado “o pão da velhice”. Por diversas vezes esta expressão é repetida no universo de Juliana: “o pão!” Não se trata de riqueza, mas de sobrevivência, de tentar garantir, mesmo ilicitamente, a garantia mínima de escapar à morte. Juliana, melhor do que qualquer outra criada, está inserida no abismo que separa o burguês do homem pobre. Eça a constrói dentro do quadro histórico da época, e

coloca, em suas ações, atitudes e palavras, a descrição minuciosa de como vive o pobre na segunda metade do século XIX em Portugal. Juliana deseja ascender socialmente. Porém, é apresentada como vítima de uma sociedade que gera e forma criadas desprezíveis em meio a uma instituição deficiente e decadente, psicológica, social e moralmente frágil. Eram muitas as Julianas.

Luísa, representante da pequena burguesia, é castigada pela criada que tenta a todo custo garantir “o pão da velhice”, e condenada à morte no fim do romance por ter transgredido as leis sociais da “ordem” e dos “bons costumes”. Curioso que Amélia também é condenada por ter transgredido estas mesmas leis. Ambas vivem paixões com impedimentos intransponíveis e são condenadas à morte. Mas o que acontece com Maria Eduarda ao longo d’*Os Maias*? Com a Gouvarinho? Com Raquel Cohen? As ricas e aristocratas têm a seu favor o silêncio da sociedade, escapando às punições. Maria Eduarda consegue ficar acima dos preceitos, pois quando perde tudo, ganha a herança. Mais uma vez prevalece a burguesia baseada na família e na propriedade. Mas ela também tem algo que Luísa e Amélia não têm: Maria Eduarda tem habilidade e inteligência para mover-se num mundo dominado pelo dinheiro e pelos preconceitos morais.

Personagens como os Gouvarinhos, os Choen, Jorge e Luísa, Leopoldina e Zagalo representam casais unidos por poucos interesses comuns, talvez por isso procuram extraconjugalmente a felicidade do amor, sonhada de certa forma, a partir de leituras romanescas. Assistimos nos textos ficcionais de Eça de Queirós casamentos resultantes de aproximações econômicas e não afetivas. Tais uniões representam um contrato como qualquer outro.

Eça de Queirós não é fatalista ao lidar com os costumes sexuais, assim também como não é com a ascensão social. Prova disso são os personagens Amaro e Maria Eduarda, que mesmo infringindo as normas da moral rígida, conseguem ficar acima dos preceitos, ou seja, não são condenados. Amaro ascende por ser padre e Maria Eduarda por receber herança. O médico Julião também ascende pela medicina, apesar de ainda trazer os estigmas da pobreza. Já Teodoro não ascende, pois se torna vítima da sociedade e da sua consciência. Leopoldina, mesmo sendo vítima de um tratamento absolutamente desigual, consegue manter-se na sociedade através do casamento.

Refletindo sobre o momento histórico vivido por cada personagem, podemos verificar que elas agem e sofrem pressões típicas de sua época. Percebemos assim, como Eça, sobretudo nos romances aqui abordados, almejava, como ele mesmo relatou na conferência do Casino, retratar objetivamente a realidade social com o fim de contribuir para o seu

melhoramento. Mas seus personagens, como vimos, nem sempre são produto das circunstâncias.

Eça de Queirós teve um olhar para os pobres, ao contrário do que dizia a crítica, ele não os ignorou. Dentro desse olhar, o autor criou uma galeria de personagens secundários que representam o povo. Uma parcela da sociedade tão menosprezada, ora silencia (como Joana) ora grita (como Juliana) as suas mazelas. Este aspecto é bem marcado por Eça através da personagem Ruça, a criada da S. Joaneira, que explicita com seu silêncio e diligência, a situação servil de boa parte da criadagem; também por Escolástica (criada de Amaro) e Gertrudes (criada do Cónego Dias) n' *O Crime do padre Amaro*; Teixeira e Gertrudes (criados do Ramalhete) n' *Os Maias*; Joana (criada de Luísa) n' *O primo Basílio*. Todos estes criados representam o silêncio dos inferiores, que vivem no conformismo. Destes criados, muitas vezes, não se escuta nem a voz, como é o caso de Ruça, apresentada por este “apelido”. Sempre laboriosos, presentes, responsáveis pela limpeza e ordem, executam as obrigações que lhes são exigidas, muitas vezes sem abrir a boca, diferentemente de Juliana (criada de Luísa), que cultivava o habito de odiar, sobretudo as patroas, “com um ódio irracional e pueril”.

Eça mostra-nos a integração destes profissionais da classe popular na família burguesa através do serviço submisso, sendo estes criados um útil utensílio para a execução de tarefas rotineiras e “pesadas”. Muitas vezes não são tratados como seres humanos. Entretanto, “pesadas” também são as palavras que certos criados dizem a respeito das suas condições de vida e trabalho. Vejamos Juliana, mais uma vez: trabalhava muito, mas dormia mal, comia mal, vestia mal, vivia adoentada. Através da voz (quando falamos voz incluímos ações, comportamento e atitudes) de Juliana, Eça de Queirós reivindica à sociedade melhores condições de vida para o trabalhador “doméstico”. Portanto, as personagens pobres que povoam as cenas dos grandes romances de Eça têm a função de “gritar” a fome, os maus tratos, a desigualdade social, as humilhações, o abandono, a barbárie, que, muitas vezes, como disse Maria Eduarda anteriormente, é produzida pela própria “civilização”.

Seria impossível imaginarmos tais “gritos” vindos de Carlos da Maia, por exemplo. Membro da alta sociedade, com dinheiro e posição social. Portanto, podemos dizer que, de certa forma, o autor traz a “voz do povo” para seus romances ditos realistas, publicados nas décadas de 70 e 80, a fim de fazer uma literatura de combate. O modo de combater é que vai mudando.

É dentro deste universo miserável e oprimido, dentro desta luta, muitas vezes surda, que Eça de Queirós descreve detalhadamente a pobreza, a desigualdade social, o aproveitamento desumano e a prepotência da classe dominante no Portugal liberal de XIX.

## REFERÊNCIAS

- 
- ALBERT, Silbert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- ALVES, Silvio Cesar dos Santos. *Repensando o São Cristovão no conjunto da obra queirosiana*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Instituto de Letras, 2008.
- BANDEIRA, Manuel. *Correspondência de Eça de Queiroz para imprensa brasileira*. In: Livro do Centenário de Eça de Queiroz. Portugal-Brasil: Edições Dois Mundos, 1945.
- BERRINI, Beatriz. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CANDIDO, Antônio. *Tese e Antítese*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1978.
- CATROGA, Fernando. *Romantismo, Literatura e História*. In: MATTOSO, José (org) *História de Portugal – O Liberalismo*. Coord. Luís Torgal & João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, Vol. 5.
- CENTO e cinqüenta anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, USP, 1997.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Antologia da Ficção Portuguesa contemporânea*. 1ª Ed. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- CORTESÃO, Jaime. *Eça e a questão social*. Lisboa: Seara Nova, 1949.
- DAVID, Sérgio Nazar. *O Século de Silvestre da Silva*. Estudos queirosianos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, Vol. 2.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo, O Diabo e a Carne: Eça de Queirós e os inimigos da Alma*. In: *O Diabo é o Sexo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Entre o vício e o dever: a ficção realista-naturalista*. In: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Estudos galego-portugueses. Rio de Janeiro / A Corunha: programa de pós-graduação em Letras da UERJ / Universidade da corunha, 2003.
- \_\_\_\_\_. *De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos*. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e História social. Portugal ontem e hoje. In: Cadernos de Literatura comparada. Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto. Vilas-Boas, Gonçalo e Outeirinho, Maria de Fátima (org.), nº 18, 2008, p. 107-127.
- \_\_\_\_\_. *Freud & a religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DUBY, Georges: Michelle Perrot. *Imagens da Mulher*. Sob direção de Georges Duby. Edições Afrontamento, ed. 435.

FERREIRA, Alberto. *Antologias de Textos Pedagógicos Portugueses*. Lisboa, 1975, vol. II.

\_\_\_\_\_. *Antologias de Textos Pedagógicos Portugueses*. Lisboa, 1975, vol. III.

FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das idéias socialistas em Portugal*. Martins, Europa - América, s.d. 4 vols.

GAY, Peter. *O Século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média: 1815-1917*. Tradução S. Duarte. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GARRETT, Almeida. *Da Educação*. Livro primeiro, Educação Doméstica e Paternal. Londres, 1829.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira. *As Mulheres na Obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Livraria Clássica, 1943.

HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARNES, Johan. *Uma leitura política de O Primo Basílio*. Colóquio/Letras. Lisboa, nº 40, Novembro de 1973.

JUNIOR, Antônio Salgado. *História das Conferências do Casino*. Lisboa: 1871, p. 58.

LINS, Álvaro. *História Literária de Eça de Queiroz*. Lisboa: Bertrand, 1959.

\_\_\_\_\_. *História Literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

LOPES, Renata Rodrigues. *Vida Urbana e Vida Literária em Fialho de Almeida*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Instituto de Letras, 2009.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1992.

\_\_\_\_\_. *Crítica*. Rio de Janeiro: Paris: Livraria Garnier, 1910.

MANNO, Liana Flosky. *A Experiência Burguesa do Amor na Obra de Eça de Queirós*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Instituto de Letras, 2005.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.

MARTINS, António Coimbra. *Ensaio Queirosianos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.



MARRECA, Oliveira. *Educação das Mulheres*. Jornal Mensal da Educação, 1835, In: Obra Econômica, Recolha, anotações e revisão de textos de Cecília Barreira, Lisboa, 1983. vol. I, p. 44-45.

MATOS, A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

\_\_\_\_\_. *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

\_\_\_\_\_. *Imagem do Portugal Queirosiano*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sobre Eça de Queiróz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5

MEDINA, João. *Eça Político*. Ensaios sobre aspectos políticos-ideológicos da obra de Eça de Queiroz. Seara Nova, Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_. *Eça de Queiroz e o seu tempo*. Coleção Horizonte, direcção de Joel Serrão. Vise: Livros Horizontes, 1972

\_\_\_\_\_. *Eça de Queiroz, das Farpas aos Maias*. Lisboa: Livro Horizonte LTDA., 2000.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1960.

\_\_\_\_\_. *A Literatura Portuguesa Através dos Textos*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MÓNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 4ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001.

MOOG, Viana. *Eça de Queirós e o século XIX*. 4ª ed. Porto Alegre: [s. n.], 1945.

NUNES, Maria Luísa. *As técnicas e a função do desenho de personagens nas três versões de O Crime do Padre Amaro*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1976.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. (coord). *História da Vida Privada – da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 4 v.

POLICARPO, João F. de Almeida. *O Pensamento social do grupo católico de A Palavra* (1872-1913), Lisboa, INIC, 1992.

QUEIROZ, Eça de. *Correspondência*. 3ª ed. Porto: Lello & Irmão – Editores. Livraria Chardron, 1928.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *O primo Basílio*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *O Crime do Padre Amaro*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *O Mandarim*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *O Mandarim*. 5ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1907.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. Vol I, Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. Vol II, Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *A Relíquia*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Cartas de Inglaterra*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Notas Contemporâneas*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Contos*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Correspondência*. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

\_\_\_\_\_. *Novas Cartas Inéditas*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1940.

REIS, Carlos. *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à leitura d'Os Maias*. 5ª ed. / 83ª reimpressão. Coimbra, 1994.

\_\_\_\_\_. *Eça de Queirós – Cônsul de Portugal à Paris (1888 – 1900)*. Paris: Centre Culturel C. Gulbenkian, 1997.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e Anticabralismo*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 107-120.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Regeneração e seu Significado*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 121-130.

ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado? Formação de Eça de Queiroz (1875-1880)*. Lisboa: Presença, 1967.

SARAIVA, Antônio José. LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

SARAIVA, Antônio José. *As idéias de Eça de Queirós*. Lisboa: Vertrand, 1982.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1995.

SÉRGIO, António. *Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Eça de Queirós*, In: *Ensaio*, tomo VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, p. 594-595.

SERRÃO, Joel. *Temas oitocentistas*. Para a história de Portugal no século passado. Lisboa: Livros horizonte, 1980, 2 vols.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Actas do Colóquio, Coimbra, 1986, vol. II.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queiroz*. 3ª ed. Novamente revisada. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.

\_\_\_\_\_. *Eça de Queiroz, a obra e o homem*. Lisboa, Arcádia, 1978.

\_\_\_\_\_. *Eça de Queiroz, o homem e o Artista*. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945.

SILVA, António Martins. *A Vitória Definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo*. In: MATTOSO, José. História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5.

VAQUINHAS, Irene. *Senhoras e Mulheres na Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Edições Colibri. Lisboa, 2000.

VARGUES, Isabel Nobre. *O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820*. In: MATTOSO, José. História de Portugal - O Liberalismo (1807 – 1890), Lisboa, 1998, vol. 5, p. 45-64.